


Os conhecimentos ecológicos tradicionais sobre a **pesca do guaiamum** em áreas protegidas do rio São João

2ª EDIÇÃO



Marília Fonseca
Fátima Alves
Luciana Mota
Márcio Macedo



Os conhecimentos ecológicos tradicionais sobre a pesca do guaiamum em áreas protegidas do rio São João

Marília Fonseca
Fátima Alves
Luciana Mota
Márcio Macedo

2022

Capa: Louhana Barreto
Foto da capa: Eduardo Almeida
Colaboração: Eduardo de Almeida
Diagramação: Lucas Melo Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Os conhecimentos ecológicos tradicionais sobre a pesca do guaiamum em áreas protegidas do rio São João [livro eletrônico] / Márcio Macedo...[et al.]. -- 2. ed. -- Rio das Ostras, RJ : Ed. dos Autores, 2022. PDF.

Outros autores: Luciana Mota, Fátima Alves, Marília Fonseca.

Bibliografia.

ISBN 978-65-00-58829-3

1. Caranguejos - Pesca 2. Pesca artesanal - Aspectos ambientais I. Macedo, Márcio. II. Mota, Luciana. III. Alves, Fátima. IV. Fonseca, Marília. V. Título.

22-139290

CDD-639.541081

Índices para catálogo sistemático:

1. Caranguejo guaiamum : Pesca : Aspectos ambientais : Brasil 639.541081

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Todos os direitos reservados. O texto dessa obra não pode ser reproduzido todo ou em parte, por qualquer meio, sem prévia e formal autorização dos proprietários dos direitos autorais.



Aos pescadores artesanais de guaiamum do rio São João:
autores anônimos que participaram generosamente na
elaboração deste livro.





“O cheiro do guaiamum
destapando é
o cheiro mais
maravilhoso que tem”
(Amauri França,
pescador artesanal).



PROJETO GUAIAMUM



Apoio:



"A realização da Pesquisa Marinha e Pesqueira é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa PRIO, conduzido pelo Ministério Público Federal - MPF/RJ"

Marília Fonseca é Mestre em Cidadania Ambiental e Participação pela Universidade Aberta de Portugal e é bacharel em Ciências Biológicas com ênfase em Biologia Marinha. Como investigadora colaboradora está integrada ao CFE - Centro de Ecologia Funcional, Ciência para as Pessoas & o Planeta, Universidade de Coimbra, na Linha de Investigação Sociedades e Sustentabilidade Ambiental. Atua a cerca de 25 anos em projetos com comunidades tradicionais voltados à conservação e educação ambiental, sendo a maioria implementados em áreas protegidas. Destacam-se a experiência com metodologias participativas e a habilidade para mediação e gestão de conflitos.

Fátima Alves é doutora em Sociologia e Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais e Gestão da Universidade Aberta. Como investigadora está integrada no CEF - Centro de Ecologia Funcional, Ciência para as Pessoas & o Planeta, Universidade de Coimbra, onde coordena a Linha de Investigação Sociedades e Sustentabilidade Ambiental. Coordena a Extensão do CEF da Universidade de Coimbra na Universidade Aberta. Trata-se de um grupo de investigação multidisciplinar que integra investigadores e alunos de pós-graduação das ciências naturais e das ciências sociais. A sua produção científica preocupa-se com a necessidade de articular diferentes perspectivas disciplinares que enfatizem dimensões complementares dos fenômenos socioambientais e da sustentabilidade. O seu trabalho de investigação tem-se centrado na Sociologia do Ambiente; Sociologia da Saúde e Doença e Doença Mental; Política social; Mudanças Climáticas e Saúde; Gênero e Saúde; Interculturalidades, Saúde e Bem-estar; Ambiente e Sociedade; Racionalidades Leigas e Mudanças Climáticas; Ambiente, Sociedade e Cultura; Governança dos Sistemas Socioambientais, Participação e Cidadania; Metodologias Qualitativas. Tem mais de 80 publicações em artigos, livros e capítulos de livros, participa na coordenação de 14 projetos de investigação financiados (internacionais e nacionais), três dos quais são H2020 EU, e integra a equipa de investigação em mais de 8 projetos financiados. Orientou dezenas de teses de mestrado e doutorado, 37 mestrados e 5 doutorados concluídos, e 7 pós-doutorandos. Tem desenvolvido trabalho de cooperação para o desenvolvimento com Moçambique e Brasil.

Luciana Mota é graduada em Língua Portuguesa e Literatura. Há 13 anos vem atuando em projetos voltados a comunidades tradicionais. Coordenou projetos condicionantes de licenças ambientais de Comunicação Social e Educação Ambiental em empresas petrolíferas. Experiente em intermediar negociações entre empresas, órgãos ambientais e comunidades impactadas por empreendimentos de alto risco.

Marcio Luís Chagas Macedo é graduado em Ciências Biológicas pelas Faculdades Integradas Maria Thereza, pesquisador associado do Laboratório de Carcinologia do Departamento de Zoologia do Instituto de Biologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desde 2004 atua profissionalmente com as comunidades pesqueiras artesanais da costa brasileira tendo como foco a educação ambiental e o conservacionismo. Monitoramento do desembarque pesqueiro, pesca sustentável, biologia e tecnologia pesqueira são algumas das principais áreas de trabalho com maior atuação no estado do Rio de Janeiro.

Apresentação

Desde a década de 1980 a pesca artesanal do caranguejo guaiamum (*Cardisoma guanhumi*) ocorre nas margens do rio São João, em Casimiro de Abreu e Cabo Frio, estado do Rio de Janeiro. Atualmente essa atividade é praticada por pelo menos 70 pescadores locais e se configura como uma importante fonte de renda.

Com características artesanais, seja pela confecção das armadilhas (ratoeiras), tipos de embarcações utilizadas ou o regime adotado (autônomo ou de economia familiar), o conhecimento tradicional é ponto determinante para o sucesso na captura do guaiamum. Assim, pescadores experientes sabem identificar as melhores áreas, épocas e horários para armar as ratoeiras, se é um macho ou fêmea que habita determinada toca e até mesmo estimar o tamanho do animal ali escondido.

Contudo, em 2014¹ o guaiamum passou a ser integralmente protegido, pois foi classificado como espécie “criticamente em perigo” na “Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos”. Por isso, captura, transporte, manejo e comercialização foram proibidos em todo o território nacional afetando negativamente os pescadores que sustentam as suas famílias a partir da comercialização desses animais.

Mais recentemente, a legislação vigente³ apresentou uma alternativa que concilia a conservação da espécie e a pesca, especificamente em áreas de unidades de conservação. Nestes casos, deveriam ser elaborados Planos de Gestão Local da espécie contendo diretrizes e orientações detalhadas para a continuidade da atividade de captura do guaiamum.

Em dezembro de 2019, com base nessas diretrizes legais, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio em parceria com a Fundação

¹ Portaria MMA nº 445, de 17 de dezembro de 2014.

² A Portaria MMA nº 148 de 7 de junho de 2022 atualizou a Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção emitida pouco antes da finalização desse livro. O guaiamum passou à categoria de VULNERÁVEL e se mantém em risco alto de extinção na natureza.

³ Portaria Interministerial nº 38 de 26 de julho de 2018.

Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro Fiperj iniciou uma série de oficinas junto aos pescadores artesanais de guaiamum da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado. O objetivo foi levantar as informações necessárias para subsidiar a elaboração do PGL, que atualmente encontra-se em fase de análise do órgão responsável para a oficialização por meio de publicação.

É justamente neste contexto que se dá a implementação do Projeto Guaiamum - Bioecologia e Etnoconhecimento para a Conservação⁴. Fruto da intenção de contribuir para a proteção do guaiamum e para a sustentabilidade da atividade de pesca artesanal dessa espécie, objetiva-se gerar um conjunto de dados que fortaleça o PGL e sugerir adequações caso seja pertinente. Para tanto, considera-se essencial o diálogo entre os conhecimentos tradicional e acadêmico sendo fundamental a participação dos pescadores artesanais ao longo de todo o processo.

Neste livro⁵ apresentamos como é realizada a pesca artesanal do guaiamum no rio São João a partir, principalmente, do olhar das comunidades envolvidas. Começamos por apresentar a área onde esses pescadores atuam, oferecendo um contexto geral dos municípios e das Unidades de Conservação.

Em seguida, apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados na coleta de informação sobre a forma como os pescadores capturam o guaiamum.

⁴ Apoiado pelo FUNBIO por meio da Chamada de Projetos ^{11/2020} - Conservação e Uso Sustentável dos Manguezais do Estado do Rio de Janeiro. Instituição proponente: Fundação Educacional Ciência e Desenvolvimento (FECD). Instituições parceiras: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (Fiperj), Colônia de Pescadores Z-4 de Cabo Frio, Linha de Investigação Sociedades e Sustentabilidade Ambiental do CFE - Centro de Ecologia Funcional da Universidade de Coimbra, Instituto de Biologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Biologia Animal da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Sul da Bahia, School of Applied Sciences da Edinburgh Napier University.

⁵ Este livro compõe uma trilogia cujos outros dois títulos são: "Mapeamento Participativo: uma viagem pelo rio São João com os pescadores artesanais de guaiamum" e "O guaiamum no rio São João e a gestão das áreas protegidas: da diversidade de atores aos conflitos locais".

Assim, na caracterização da pesca artesanal do guaiamum iniciamos com um breve resgate histórico de ambas as comunidades, características das embarcações, materiais e estratégias de captura, beneficiamento e comercialização, entre outros temas. De igual modo nos deteremos na apresentação do entendimento que esses pescadores possuem acerca da legislação vigente e quais as boas práticas já utilizadas por eles visando contribuir com a conservação da espécie.

As principais instituições que atuam em interface com a pesca, o território ou com os pescadores locais também estão apresentadas. O interessante aqui é que a maioria das instituições é abordada sobre duas perspectivas: a de seus representantes ou técnicos e a dos pescadores, sendo, muitas vezes, bastante distintas.

Finalizamos expondo as potencialidades e fragilidades relacionadas à atividade pesqueira de guaiamum e as expectativas e perspectivas dos pescadores.

A nossa intenção não é somente de valorizar o conhecimento tradicional, mas, sobretudo, desejamos que essas informações sejam úteis na elaboração de políticas públicas e no ordenamento, elaboração e implementação de estratégias que priorizem a proteção da espécie em consonância com a atividade pesqueira.

A proteção e a desproteção do Guaiamum – para conhecimentos e políticas contextualizados.

As áreas protegidas de cariz público são um instrumento para a conservação da biodiversidade em geral e para a proteção de espécies em vias de extinção em particular, onde se insere o Guaiamum alvo de análise neste livro e cuja proteção urge compatibilizar com o equilíbrio dos ecossistemas, a satisfação das necessidades básicas e a sobrevivência dos modos de vida locais.

A abordagem pela via da conservação não pode deixar de articular de forma muito clara esses territórios alvo de proteção pública, com aqueles que ficam fora dessa classificação, uma vez que a sua continuidade/descontinuidade não conhece fronteiras territoriais naturais delimitadas.

A compatibilização da presença humana no funcionamento equilibrado dos ecossistemas é um desafio que se torna tanto mais premente quanto mais sabemos que a cada dia a deterioração dos ecossistemas, a perda de biodiversidade e o aumento das extinções não cessam de aumentar.

Neste contexto, nem sempre a ciência e a política têm estado abertas à pluralidade de saberes, de formas de entender, explicar e lidar com a degradação ecológica e as extinções.

Esta situação é tanto mais visível quanto políticas, geralmente de caráter top down, pouco ou nada têm contribuído para uma mudança transformadora deste cenário apocalíptico e ainda pior, tendem a antagonizar as comunidades nos territórios. Uma política de conservação que não assente num conhecimento aprofundado das características biofísicas e sócio-econômico-culturais dos territórios, que não articule a pluralidade de conhecimentos, de poderes e posições glocais está condenada ao fracasso e a autorizar o aprofundamento da degradação ambiental que pretende contrariar.

Por isso, este livro apresenta uma tentativa de contrariar essa tendência ao trazer para o cenário os conhecimentos tradicionais locais sobre o Guaiamum e a sua pesca, bem como o conhecimento dos modos de vida local, com as suas culturas próprias e as suas cosmologias, no sentido de os valorizar e de os integrar nas políticas de conservação locais. Só partindo deste universo simbólico local é possível fazer/atuar diferente e com maior impacto, implicando essas comunidades, dando-lhes voz e poder. Sem isso provavelmente as políticas continuarão a ficar no papel por falta de articulação com as dinâmicas locais.

O grande desafio da conservação apesar de ser global, emerge em cada território de forma singular, atendendo às culturas locais e às relações que os diversos atores locais estabelecem com os diversos elementos da natureza – relações de cooperação, de subordinação, de domínio, entre outras tantas. Por isso, quando se avança num estudo com esta magnitude – perceber de que forma as populações locais (os diversos atores/stakeholders) entendem, significam e interatuam com o Guaiamum – os desafios que ficam para as sociedades, em particular para o legislador e os políticos é imenso – o dever de incluir os saberes das margens e trazê-los para o centro, para que eles se constituam como o foco a partir do qual a conservação é repensada, redimensionada e reconceitualizada, a favor de novos equilíbrios de forças capazes de sustentar mudanças transformadoras.

Desta forma, podemos perceber a importância que o papel dos conhecimentos tradicionais desempenha na definição de políticas e medidas de proteção local, o que este livro representa de forma muito contundente. Fica assim o desafio lançado por todos e todas os/as que participaram da pesquisa que teve por base este livro.

Fátima Alves, Professora Associada na Universidade Aberta, Portugal, Coordenadora da Linha de Investigação Sociedades e Sustentabilidade Ambiental no Centro de Ecologia Funcional, Ciência para as Pessoas e o Planeta, Universidade de Coimbra; Membro da Comissão Científica da Cátedra Unesco para a Biodiversidade e Conservação, Universidade de Coimbra, Portugal

Henry Sahdalá, Economista, Mestrando na Universidade de Amsterdã, Holanda

- Figura 1 - Destaque dos municípios de Cabo Frio e Casimiro de Abreu, ambos no estado do Rio de Janeiro/Brasil, cujas comunidades de pesca artesanal de guaiamum do Chavão e Arroz, respectivamente, estão situadas. **31**
- Figura 2 - Unidades de Conservação cujas áreas às margens do rio São João são utilizadas pelas comunidades do Chavão e Arroz para a pesca artesanal de guaiamum: APA da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado e Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado. **35**
- Figura 3 - Local das reuniões junto aos pescadores artesanais de guaiamum da comunidade do Chavão, na sede do projeto Rede Observação de Cabo Frio. **43**
- Figura 4 - Local das reuniões juntos aos pescadores artesanais de guaiamum da comunidade do Arroz, à beira rio. **43**
- Figura 5 - Convite oficial para a Devolutiva. **49**
- Figura 6 - Pescadores e representantes institucionais participantes da devolutiva. **50**
- Figura 7 - Apresentação das informações com o apoio dos banners para a validação dos participantes. **53**
- Figura 8 - A ferramenta Matriz Histórica apresenta a análise de pescadores artesanais de guaiamum da comunidade do Arroz sobre diferentes aspectos a partir da década de 80 até os dias atuais. **56**

- Figura 9 - Antigo pescador artesanal de guaiamum do Arroz compartilhando as suas lembranças durante a elaboração da Matriz Histórica relacionada à pesca de guaiamum. **57**
- Figura 10 - Rio São João e a vegetação em suas margens. **63**
- Figura 11 - Pescador do Arroz se deslocando até a sua área de trabalho pelo rio São João. **63**
- Figura 12 - Imagem de satélite demonstrando a ocupação na região do Arroz no ano de 2003 (A), 2013 (B) e 2021 (C).
Fonte: Google Earth **64**
- Figura 13 - Elaboração da ferramenta “Matriz Histórica” da pesca do guaiamum realizada por antigos pescadores do Chavão. **65**
- Figura 14 - A ferramenta Matriz Histórica apresenta a análise de pescadores artesanais de guaiamum da comunidade do Chavão sobre diferentes aspectos a partir da década de 80 até os dias atuais. **66**
- Figura 15 - Parte do bairro do Chavão na década de 80, destacando (seta) uma das casas mais antigas da localidade, atual sede do Projeto Rede Observação. **67**
- Figura 16 - Parte do bairro do Chavão atualmente mais populoso. A casa (atual sede do Projeto Rede Observação) retratada na figura anterior está hoje rodeada por outras residências, conforme sinalizado pela seta. **67**
- Figura 17 - Imagem de satélite demonstrando a ocupação na região do Chavão - Cabo Frio no ano de 2003 (A), 2013 (B) e 2021 (C).
Fonte: Google Earth **69**

Figura 18 - Situação atual da vegetação em um trecho do rio São João.	70
Figura 19 - Interior de um bosque em uma das áreas de captura localizadas no rio São João - Cabo Frio.	70
Figura 20 - "Casa quebrada", Ilha da Carioca, uma das áreas com maior quantidade de guaiamum no passado.	73
Figura 21 - Vista à frente da "casa quebrada". Local onde havia fatura de toca de guaiamum. Hoje a área apresenta-se degradada, tomada por moitas de tiririca.	73
Figura 22 - Guaiamuns saindo das suas tocas em uma área próxima à margem do rio São João.	73
Figura 23 - Pescadoras de guaiamum participando de uma das reuniões na comunidade do Chavão.	77
Figura 24 - Pescadoras de guaiamum participando de uma das reuniões na comunidade do Arroz.	77
Figura 25 - Ferramenta "Matriz de Uso do Tempo" aplicada junto aos pescadores do Arroz.	78
Figura 26 - Reunião participativa realizada na comunidade do Chavão com pescadores de guaiamum.	81
Figura 27 - Ferramenta "Matriz de Pesca" elaborada com pescadores de guaiamum da comunidade do Arroz.	81
Figura 28 - Algumas das embarcações utilizadas por pescadores artesanais de guaiamum apostadas à beira do rio São João, no Chavão.	83

Figura 29 - Ferramenta “Calendário Sazonal” elaborada por pescadores artesanais de guaiamum do Chavão.	86
Figura 30 - Densidade de tocas de guaiamum em uma das áreas de captura próxima à margem do rio São João.	87
Figura 31 - Ferramenta “Calendário Sazonal” elaborado por pescadores artesanais de guaiamum do Arroz.	88
Figura 32 - Ferramenta “Calendário Sazonal” elaborado por pescadores artesanais de guaiamum do Chavão.	90
Figura 33 - Pescador de guaiamum do Chavão se deslocando a pé em direção à área de captura do guaiamum.	93
Figura 34 - Tocas de guaiamum posicionadas próximas às áreas de sombra e de fonte de alimentação.	94
Figura 35 - Fezes de guaiamum na entrada da toca indicando a existência da espécie e facilitando ao pescador a identificação do seu tamanho e gênero.	95
Figura 36 - Guaiamum amarrado na folha de embira (cipó), conforme sinalizado por seta, pronto para ser comercializado. Fonte: Imagem cedida por um pescador de guaiamum da comunidade do Chavão.	96
Figura 37 - Folha de embira. Vegetação comum nas áreas de captura do guaiamum.	96
Figura 38 - Ferramenta “Rotina Diária” elaborada com os pescadores de guaiamum da comunidade do Chavão.	98
Figura 39 - Ferramenta “Rotina Diária” elaborada com os pescadores de guaiamum da comunidade do Arroz.	99

Figura 40 - Ferramenta “Matriz de Pesca” elaborada com os pescadores de guaiamum da comunidade do Chavão.	103
Figura 41 - Estratégia do laço fixado na toca para a captura de caranguejo-uçá.	104
Figura 42 - Fêmea de caranguejo-uçá capturada por um laço em um manguezal do fundo da Baía de Guanabara. Fonte: Karina Maciel	104
Figura 43 - Ratoeira confeccionada com cano de PVC, petrecho utilizado na captura do guaiamum.	106
Figura 44 - Guaiamum capturado por um pescador do Chavão por meio de uma armadilha de PVC.	106
Figura 45 - Ratoeira nomeada pelos pescadores de guaiamum do rio São João como forma de identificação do petrecho.	107
Figura 46 - Pescador do Chavão retirando os fitilhos do saco de farinha para a confecção do “laço”.	108
Figura 47 - Fitilhos com os gravetos presos em suas pontas para fixar a armadilha na abertura da toca do caranguejo-uçá.	109
Figura 48 - Viveiro dos guaiamuns na residência de um pescador da comunidade do Chavão.	110
Figura 49 - Guaiamuns sendo cevados com milho na residência de um pescador da comunidade do Chavão.	111
Figura 50 - Ferramenta “Fluxograma de Comercialização” elaborada pelos pescadores de guaiamum da comunidade do Chavão.	113

Figura 51 - Embarcações atracadas no “portinho” organizado pelos pescadores.	121
Figura 52 - Acampamento de pescadores de guaiamum localizado próximo à margem do rio São João.	121
Figura 53 - Diagrama de Venn elaborado a partir da perspectiva dos pescadores artesanais de guaiamum da comunidade do Chavão, mostrando as onze instituições relevantes analisadas por eles.	143
Figura 54 - Diagrama de Venn elaborado a partir da perspectiva dos pescadores artesanais de guaiamum da comunidade do Arroz, mostrando as onze instituições relevantes analisadas por eles.	145
Figura 55 - Sede da Colônia de Pescadores Z-4 de Cabo Frio.	147
Figura 56 - Sede da Secretaria de Agricultura e Pesca de Casimiro de Abreu.	158
Figura 57 - Sede da ALA na beira rio.	163
Figura 58 - Embarcações ancoradas no portinho da ALA, rio São João.	163
Figura 59 - Aplicação da ferramenta “FOFA” com os pescadores de guaiamum da comunidade do Chavão.	178
Figura 60 - Aplicação da ferramenta “FOFA” com os pescadores de guaiamum da comunidade do Arroz.	178
Figura 61 - Ferramenta “FOFA” elaborada junto aos pescadores de guaiamum da comunidade do Chavão.	180

Figura 62 - Ferramenta “FOFA” elaborada junto aos pescadores de guaiamum da comunidade do Arroz. **183**

Figura 63 - Desenho produzido por uma criança de nove anos da comunidade do Arroz, retratando o rio São João. **195**

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Remuneração de Royalties e Participações Especiais aos municípios de Cabo Frio e Casimiro de Abreu no período de 2000 a 2020. Fonte: Info Royalties **34**

Gráfico 2 - Proporção de homens e de mulheres das instituições e das comunidades do Chavão e do Arroz que participaram das ferramentas participativas de DRP. **47**

Gráfico 3 - Proporção entre cidadão, pescadores do Arroz, pescadores do Chavão e representantes de instituições que participaram da Devolutiva. **50**

Gráfico 4 - Proporção de homens e mulheres participantes da Devolutiva. **51**

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Remuneração em valores exatos de Royalties e Participações Especiais aos municípios de Cabo Frio e Casimiro de Abreu no período de 2000 a 2020. **33**

Tabela 2 - Objetivos de cada ferramenta participativa utilizada ao longo das atividades de campo. **41**

Tabela 3 - Agenda diária das atividades de DRP junto às instituições e comunidades do Arroz e Chavão. **44**

Tabela 4 - Média de horas semanais dedicadas a cuidado de pessoas e/ou afazeres domésticos por pessoas de 14 anos ou mais no Brasil e em cada região do país	79
Tabela 5 - Diferentes cenários de estimativa de renda diária de pescadores do Chavão a partir da venda do guaiamum.	118
Tabela 6 - Diferentes cenários de estimativa de renda diária de pescadores do Arroz a partir da venda do guaiamum.	119
Tabela 7 - Período de defeso do guaiamum previsto em lei e as sugestões apresentando os meses considerados ideais para o defeso segundo os pescadores do Chavão e do Arroz.	130
Tabela 8 - Atuação das instituições entrevistadas durante o DRP junto às comunidades de pescadores artesanais de guaiamum do Chavão e /ou do Arroz segundo o que foi abordado durante as entrevistas com os seus representantes.	139
Tabela 9 - Avaliação realizada por pescadores das comunidades do Arroz e do Chavão consolidada Importância: notas de 1 a 5, sendo que quanto maior a nota, maior a importância; Atuação: notas de 1 a 5, sendo que quanto maior a nota, mais distante da atividade de pesca de guaiamum a atuação da instituição está; traço: não mencionada/avaliada.	141
Tabela 10 - Resumo das questões elencadas pelos pescadores do Arroz e do Chavão durante a aplicação da ferramenta FOFA.	186

Sumário

1.	INTRODUÇÃO	30
1.1	Contexto Municipal de Cabo Frio e Casimiro de Abreu	30
1.2	Unidades de Conservação	35
1.2.1	Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado	36
1.2.2	Área de Preservação Ambiental da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado	37
1.2.3	Mosaico Mico-Leão-Dourado	39
2.	METODOLOGIA	39
2.1	AGENDA DAS ATIVIDADES	42
2.2	DEVOLUTIVA	49
3.	CARACTERIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL DO GUAIAMUM	56
3.1	RESGATE HISTÓRICO	56
3.1.1	COMUNIDADE DO ARROZ	56
3.1.2	COMUNIDADE DO CHAVÃO	65
3.2	OS PESCADORES ARTESANAIS DE GUAIAMUM	74
3.3	NÚMERO DE PESCADORES	80
3.4	EMBARCAÇÕES	83

3.5	RECURSOS PESQUEIROS	84
3.6	ESTRATÉGIAS DE CAPTURA	92
3.7	MATERIAL DE CAPTURA	105
3.8	BENEFICIAMENTO	109
3.9	COMERCIALIZAÇÃO	112
3.10	RENDA E PLURIATIVIDADE	117
3.11	INFRAESTRUTURA	120
3.12	LEGISLAÇÃO	122
3.13	BOAS PRÁTICAS	134
3.14	INSTITUIÇÕES / ATORES	138
3.14.1	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA DE CABO FRIO	146
3.14.2	COLÔNIA DE PESCADORES Z-4 DE CABO FRIO	147
3.14.3	CAPATAZIA DA COLÔNIA DE PESCADORES Z-04 E ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES DO RIO SÃO JOÃO	150
3.14.4	COLÔNIA DE PESCADORES Z-22 DE RIO DAS OSTRAS	152
3.14.5	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO DE CABO FRIO	153
3.14.6	PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO MICO-LEÃO-DOURADO	155
3.14.7	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA DE CASIMIRO DE ABREU	158

3.14.8	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE CASIMIRO DE ABREU	160
3.14.9	ASSOCIAÇÃO LIVRE DOS AQUICULTORES DAS ÁGUAS DO SÃO JOÃO – ALA	162
3.14.10	COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DA REGIÃO DOS LAGOS - RIO SÃO JOÃO – CBHLSJ	164
3.14.11	PROJETO REDE OBSERVAÇÃO	166
3.14.12	FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESCA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FIPERJ	168
3.14.13	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO	170
3.14.14	FAZENDA CARIOCA	174
3.14.15	FAZENDA TOSANA	175
3.14.16	PROJETO GUAIAMUM	175
3.14.17	PROJETO PESCARTE	176
3.14.18	COLÔNIA DE PESCADORES E AQUICULTORES LIVRES DE CASIMIRO DE ABREU. – COPALICA	177
3.14.19	INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA	177
3.14.20	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA	178
4.	POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES	178

4.1	PONTOS FORTES	179
4.2	PONTOS FRACOS	182
5.	PERSPECTIVAS	188
6.	EXPECTATIVAS: SONHOS E NECESSIDADES	188
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	196
	ANEXO A - BANNERS	197

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO MUNICIPAL DE CABO FRIO E CASIMIRO DE ABREU

As comunidades que participaram desta caracterização da pesca artesanal de guaiamum são: Arroz, legalmente Vila Nova, localizada no município de Casimiro de Abreu e Chavão, oficialmente Parque Veneza, em Cabo Frio. Porém, é relevante mencionar que parte desses pescadores atualmente moram em bairros próximos à essas comunidades, mas continuam sendo considerados como do Arroz ou do Chavão por serem as suas comunidades de origem.

O município de Cabo Frio está situado na Região da Baixada Litorânea do Estado do Rio de Janeiro e ocupa uma área territorial de 413,449 km² tendo como municípios limítrofes Casimiro de Abreu ao norte, Armação dos Búzios ao sul, Silva Jardim, Araruama e São Pedro da Aldeia à oeste além de ter seu litoral banhado pelo Oceano Atlântico à leste.

° O município de Casimiro de Abreu está situado na Bacia do São João, também situado na Região da Baixada Litorânea do Estado do Rio de Janeiro e ocupa uma área territorial de 462,918 km² tendo como municípios limítrofes: Macaé e Rio das Ostras ao norte, Cabo Frio e Araruama ao sul, Nova Friburgo e Silva Jardim à oeste e também tem o seu litoral banhado pelo Oceano Atlântico à leste (Figura 1).

Ambos os municípios estão inseridos no Bioma Mata Atlântica e pertencem ao Sistema Costeiro-Marinho.

° As informações sobre área territorial, população, densidade demográfica, salário médio, rendimento nominal per capita até meio salário mínimo, taxa de escolarização, número de estabelecimentos de ensino fundamental e escolas de ensino médio, IDEB, estabelecimentos de saúde SUS e mortalidade infantil foram fornecidas pelo IGBE por meio da página IGBE Cidades (IBGE, s.d.a; IBGE, s.d.b).



Figura 1 -
Destaque dos municípios de Cabo Frio e Casimiro de Abreu, ambos no estado do Rio de Janeiro/Brasil, cujas comunidades de pesca artesanal de guaiamum do Chavão e Arroz, respectivamente, estão situadas.

De acordo com o censo de 2010, a população de Cabo Frio é de 186.227 habitantes, mas a estimativa para 2020 é que chegasse a 230.378, representando um incremento de 23,7% em 10 anos. Em Casimiro de Abreu esse incremento em 10 anos seria ainda maior, de 27,4%, pois a população em 2010 era de 35.347 habitantes e a estimativa para 2020 totalizava 45.041. Em 2010, a densidade demográfica de Cabo Frio (453,75 hab./km²) era quase seis vezes maior do que a de Casimiro de Abreu (76,71 hab./km²).

Quanto à educação, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade em Cabo Frio era de 96,9% em 2010, sendo que em 2018 o município contava com 97 estabelecimentos de ensino fundamental e 30 escolas de ensino médio.

Em Casimiro de Abreu, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade chega a 98,5% em 2010, sendo que em 2018 o município contava com 22 estabelecimentos de ensino fundamental e 10 escolas de ensino médio.

Assim sendo, Casimiro de Abreu apresentou taxa de escolarização 1,6% maior que a de Cabo Frio.

Ainda sobre educação, a comparação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), ano de 2019, entre esses dois municípios revela que Casimiro de Abreu apresenta maior qualidade na educação que oferece à sua população em estabelecimentos da rede pública, pois suas médias são superiores. No quesito “anos iniciais do ensino fundamental”, Casimiro de Abreu está pontuado com 5,9 e Cabo Frio 5,0 e em “anos finais do ensino fundamental” – Casimiro de Abreu apresenta 4,2 e Cabo Frio 3,6.

Em relação à saúde, Cabo Frio conta com 54 estabelecimentos de Saúde SUS de acordo com dados de 2009 e a mortalidade infantil é de 15,09 óbitos por mil nascidos vivos (2019). Em Casimiro há 16 estabelecimentos de Saúde SUS e a mortalidade infantil é significativamente inferior: de 6,85 óbitos por mil nascidos vivos segundo os dados de 2019.

Quanto à economia, o PIB per capita (2018) de ambos os municípios se aproxima: o de Casimiro de Abreu é maior, totalizando R\$ 50.532,71 enquanto Cabo Frio somou R\$ 49.297,56.

Parte significativa das receitas de ambos os municípios provém dos royalties do petróleo. No Brasil, segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP), “os royalties do petróleo são uma compensação financeira devida ao Estado pelas empresas que exploram e produzem petróleo e gás natural. É uma remuneração à sociedade pela exploração desses recursos, que são escassos e não renováveis. Este pagamento é feito mensalmente” (BARBOSA, 2001 p.12).

Não há regras que orientem a utilização das receitas geradas por Royalties relacionados a contratos cuja Declaração de Comercialidade⁷ seja anterior à 03 de dezembro de 2012. Apenas há a proibição de que esses recursos sejam utilizados para pagamento de pessoal integrante ao quadro permanente da Administração Pública ou de dívidas (exceto da União). Para contratos cuja Declaração de Comercialidade se deu a partir da data mencionada acima, os recursos ficam vinculados à educação (75%) e à saúde (25%)(GANTOS, 2014).

⁷ Declaração de Comercialidade é a notificação por escrito da concessionária à ANP informando que uma jazida foi descoberta na área autorizada para a exploração de petróleo e gás.

A seguir, a Tabela 1 e o Gráfico 1 apresentam a remuneração da soma dos Royalties e Participações Especiais em valores correntes recebida por Casimiro de Abreu e Cabo Frio no período de 2000 a 2020 (UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES, S.D).

Ano	Royalties + PE	
	Cabo Frio	Casimiro de Abreu
2000	R\$ 23.371.221,04	R\$ 11.547.893,15
2001	R\$ 30.038.850,35	R\$ 14.524.155,83
2002	R\$ 62.859.987,71	R\$ 26.387.344,44
2003	R\$ 87.556.221,75	R\$ 32.072.939,22
2004	R\$ 100.454.451,79	R\$ 31.873.289,34
2005	R\$ 152.964.041,87	R\$ 57.424.338,18
2006	R\$ 221.054.127,55	R\$ 83.354.214,53
2007	R\$ 176.280.616,46	R\$ 67.110.838,43
2008	R\$ 189.691.889,99	R\$ 80.218.274,15
2009	R\$ 133.778.273,24	R\$ 56.490.065,54
2010	R\$ 190.041.949,99	R\$ 72.130.225,33
2011	R\$ 245.857.232,03	R\$ 99.712.705,18
2012	R\$ 324.982.556,21	R\$ 112.016.299,75
2013	R\$ 329.883.323,75	R\$ 121.034.900,91
2014	R\$ 304.805.595,62	R\$ 110.221.140,83
2015	R\$ 128.410.306,97	R\$ 50.294.860,41
2016	R\$ 84.947.893,87	R\$ 33.783.052,65
2017	R\$ 124.136.531,45	R\$ 48.636.606,21
2018	R\$ 192.831.209,01	R\$ 83.552.012,82
2019	R\$ 175.218.480,91	R\$ 73.933.793,63
2020	R\$ 145.061.458,51	R\$ 56.039.752,66

Tabela 1-

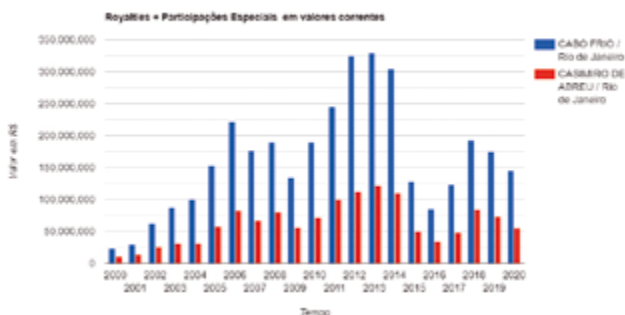
Remuneração em valores exatos de Royalties e Participações Especiais aos municípios de Cabo Frio e Casimiro de Abreu no período de 2000 a 2020.

Fonte -

UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES, s.d

Grafico 1-

Remuneração de Royalties e Participações Especiais aos municípios de Cabo Frio e Casimiro de Abreu no período de 2000 a 2020.
Fonte: Info Royalties



Em relação ao salário médio mensal dos trabalhadores formais, em Cabo Frio era de 02 salários mínimos (2018), com 24,6% da população ocupada. Em 2010, o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até meio salário mínimo abrangia 34,5%.

Já em Casimiro de Abreu, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 2,1 salários mínimos (2018), com 18,4% da população ocupada. Em 2010, o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até meio salário mínimo abrangia 31,1%.

Portanto, em Casimiro de Abreu o salário médio mensal é um pouco maior que em Cabo Frio que, embora haja mais pessoas ocupadas, é também onde há mais pessoas com rendimento per capita de até meio salário mínimo.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) mede o desenvolvimento de um município a partir de três indicadores: longevidade, educação e renda. Quanto mais o valor se aproximar do 1 maior é o desenvolvimento humano daquele município (PNUD-BRASIL, s.d.a.). O município que ocupa a 1ª colocação do ranking (2010) é São Caetano do Sul (SP), com IDHM de 0,862. O último município do ranking (posição 5565ª) é Melgaço (PA), com IDHM de 0,418 (PNUD-BRASIL, s.d.b.).

Neste mesmo ano (2010), Cabo Frio ocupa a 897ª colocação no ranking com o IDHM (Alto) de 0,735 enquanto o município de Casimiro soma 0,726 (IDHM Alto), posição 1133ª (PNUD-BRASIL, s.d.b.).

1.2 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foi instituído pela Lei nº 9.895 de 18 de julho de 2000 e estabelece os critérios tanto para a criação, como para a implantação e gestão das Unidades de Conservação (UCs).

As UCs são instituídas pelo Poder Público federal, estadual ou municipal após estudos técnicos e realização de consultas públicas. Esses espaços territoriais abrangem os recursos ambientais e as águas onde são aplicadas garantias de proteção. Elas podem ser de Proteção Integral ou de Uso Sustentável, a depender da categoria a qual se enquadra (BRASIL, 2000).

A gestão das UCs é feita por um Conselho Gestor (consultivo ou deliberativo) fundamentada pelo Plano de Manejo, documento técnico que apresenta os objetivos da Unidade, seu zoneamento, normas e estrutura física (BRASIL, 2000).

As UCs que compõem a área de abrangência desta caracterização da pesca artesanal de guaiamum são: Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado e Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado, ambas integrantes do Mosaico Mico-Leão Dourado. A seguir, uma breve descrição de cada uma delas (Figura 2).

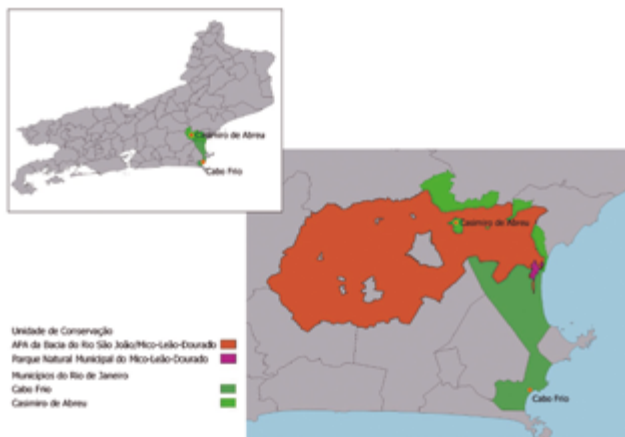


Figura 2 - Unidades de Conservação cujas áreas às margens do Rio São João são utilizadas pelas comunidades do Chavão e Arroz para a pesca artesanal de guaiamum: APA da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado e Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado.

1.2.1 PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO MICO-LEÃO-DOURADO

A categoria de Parque consiste em uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, onde a prioridade é manter os seus ecossistemas livres de alterações causadas pela interferência humana. Apenas é admitido o seu uso indireto, ou seja, o consumo, a coleta e dano ou destruição dos recursos naturais são proibidos. Por outro lado, são permitidos a visitação pública de acordo com as normas estabelecidas no Plano de Manejo e pelo órgão gestor, e pesquisa científica mediante autorização prévia da administração da Unidade (BRASIL, 2000).

O Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado foi criado por meio do Decreto nº 2.401, de 27 de março de 1997. Localizado integralmente no município de Cabo Frio, possui uma área total de 7.165.012,28m² que compreende terras de domínio privado como dos Loteamentos Centro Hípico de Cabo Frio, Samburá e Parque Veneza⁸ (CABO FRIO, 2020).

O Parque tem como objetivo a preservação e defesa de uma das últimas áreas remanescentes florestais da Mata Atlântica, abrigando matas ciliares, mangues e florestas densas, além de significativa diversidade de espécies (PREFEITURA DE CABO FRIO, 2021 a).

Os membros do Conselho Gestor do Parque foram instituídos pelo Decreto nº 6.345 de 29 de setembro de 2020 cuja organização é disciplinada pelo seu Regimento Interno, homologado pelo Decreto nº 6.203 de 13 de março de 2020. A elaboração do Plano de Manejo foi iniciada em janeiro de 2020 (PREFEITURA DE CABO FRIO, 2020).

A sede do Parque Municipal do Mico-Leão-Dourado foi inaugurada no dia 5 de junho de 2021 e está localizada no Centro Hípico, Tamoios. Por meio do Decreto Municipal nº 6.457 de 19 de fevereiro de 2021, a Prefeitura de Cabo Frio passou a ficar responsável pelo espaço que sediava a Associação dos Funcionários do Banerj (Abanerj). Nesta estrutura pretende-se também abrigar sedes do poder

⁸ Localidade comumente chamada de Chavão, é onde parte dos pescadores artesanais de guaiamum do rio São João residem.

público municipal (fiscalização ambiental, Guarda Civil Municipal, Unidade de Policiamento Ambiental) e outros serviços (PREFEITURA DE CABO FRIO, 2021 b).

Além de contar com viveiro de mudas nativas, trilha ecológica e auditório, foi assinado um protocolo de intenções com a Universidade Santa Úrsula para a gestão de pesquisas e projetos científicos especialmente relacionados à preservação e recuperação de animais silvestres (CABO FRIO, 2021).

1.2.2 ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DO RIO SÃO JOÃO/MICO-LEÃO-DOURADO

A categoria de Área de Preservação Ambiental (APA) consiste em uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, onde é permitida a *“exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável”*. Por isso, seu uso é denominado direto, pois é permitida a coleta e o uso, sejam com finalidade comercial ou não, dos seus recursos naturais. A área de uma APA é composta por terras públicas e/ou privadas, sendo a visitação pública e a realização de pesquisas científicas condicionadas pelo órgão gestor da Unidade ou, no caso das terras particulares, pelo proprietário (BRASIL, 2000).

A APA da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado foi criada pelo Decreto s/nº de 27 de junho de 2002. Sua área é de 150.700,00 hectares, incidindo sobre os seguintes municípios⁹: Silva Jardim (57%), Casimiro de Abreu (21,7%), Rio Bonito (6,4%), Araruama (6,2%), Cachoeiras de Macacu (4,1%), Cabo Frio (3,7%) e Rio das Ostras (0,9%)(ISA, s.d.).

Os objetivos principais da APA da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado são de “proteger e conservar os mananciais, regular o uso dos recursos hídricos e o parcelamento do solo, garantindo o uso racional dos recursos naturais e protegendo remanescentes de floresta atlântica e o patrimônio ambiental e

⁹ Área da UC no município.

cultural da região” (BRASIL, 2002).

Gerida pelo ICMBio, esta APA possui um Conselho Consultivo criado pela Portaria nº 87 de 7 de dezembro de 2005 cujos representantes estão descritos na Portaria nº10 de 6 de março de 2009 e Plano de Manejo aprovado pela Portaria nº 66 de 9 de setembro de 2008.

Por estar inserida na Mata Atlântica há uma grande oferta de passeios em meio à natureza, consistindo em grande potencial para os turismos rural e ecológico, e relacionados aos esportes náuticos (ISA, s.d.).

As principais áreas de pesquisa são: ecologia dos micos-leões-dourados e a sua dinâmica na paisagem, fragmentação da mata atlântica, espécies indicadoras e ictiofauna, além de conservação ambiental, turismo, socioeconomia e desenvolvimento sustentável.

De acordo com o seu Plano de Manejo, as atividades conflitantes que se destacam na APA são: *“caça, pesca predatória, queimadas e incêndios florestais, desmatamentos, produção de carvão vegetal nativo, extração de lenha nativa, corte seletivo de espécies arbóreas, uso indiscriminado de agrotóxicos, atividades agropecuárias degradantes, transporte de combustível por trem, dutos de gás e petróleo, tráfego pesado e/ou de cargas perigosas na Rodovia BR-101, criação de espécies exóticas, extração irregular de recursos minerais, disposição inadequada de resíduos sólidos e a expansão urbana desordenada”* (BRASIL, 2008).

A Área Estratégica Interna (AEI) do Baixo São João compreende toda a área entre a barragem de Juturnaíba e o limite da APA próximo da foz do rio São João, contemplando o leito antigo do rio e o canal retificado. Para esta área, espera-se que os recursos pesqueiros sejam utilizados de forma sustentável, que seja ordenado o uso do espelho d’água, que haja monitoramento contínuo da qualidade da água e a recuperação das matas ciliares. Uma das atividades previstas é o incentivo ao associativismo e o cooperativismo focado nos pescadores artesanais e catadores de caranguejo que utilizam essa AEI, além da rotina de fiscalização por via aquática (BRASIL, 2008).

1.2.3 MOSAICO MICO-LEÃO-DOURADO

Um mosaico é criado por meio de um ato do Ministério do Meio Ambiente e é constituído por um conjunto de Unidades de Conservação. A sua gestão deve ser realizada de forma integrada e participativa, de forma a considerar os diferentes objetivos de conservação e compatibilizar a diversidade biológica e social e o desenvolvimento sustentável regional (BRASIL, 2000; BRASIL, 2002).

O Mosaico Mico-Leão-Dourado e o seu Conselho Consultivo, responsável pela gestão, foram criados por meio da Portaria nº 481 de 14 de dezembro de 2010. O seu objetivo é “fortalecer a gestão integrada das UC que compõem o Mosaico, contribuindo com o desenvolvimento socioambiental regional” (ICMBIO, 2011).

A sua área total é de 209.127,15 hectares, abrangendo oito municípios e as bacias hidrográficas dos Rios Macaé e São João. O Mosaico é composto por cinco Unidades de Conservação federais (entre elas a APA da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado), uma estadual, quatro municipais (entre elas o Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado) e treze privadas. Há quatro programas temáticos coordenados por grupos de trabalhos formados por especialistas de diversas instituições, sendo eles: proteção e licenciamento, manejo da paisagem, educação ambiental e comunicação, e pesquisa e monitoramento (ICMBIO, 2011).

2. METODOLOGIA

A caracterização da pesca artesanal de guaiamum na Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado e no Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado foi realizada por meio da metodologia denominada Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) que surgiu ao final da década de 80, influenciado pelo movimento de educação popular que se iniciou anteriormente, na década de 60 (CHAMBERS, 1994; ASENSIO; EGUÍBAR; AFONSO, 2003).

A escolha por esse método se deu devido, principalmente, às suas características de valorização do saber leigo e de aprendizado dos participantes por meio da reflexão coletiva sobre a realidade. Outros fatores que podem ser citados são:

a geração de informação e de conhecimento, as possibilidades de participação de iletrados e de identificar propostas de solução para as questões relacionadas à gestão do guaiamum e à atividade de pesca artesanal dessa espécie (CHAMBERS; GUIJT, 1995; ASENSIO; EGUÍBAR; AFONSO, 2003).

Inicialmente foi elaborado o roteiro contendo os temas a serem abordados na caracterização da pesca artesanal do guaiamum na APA da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado, contribuindo para orientar as discussões e manter o foco.

O roteiro abordou os seguintes tópicos: resgate histórico, atores, artes e dinâmicas da pesca, número de pescadores, embarcações, estratégias e materiais de captura, recursos pesqueiros, beneficiamento e práticas de conservação, comercialização, renda e pluriatividade, infraestrutura, legislação e manejo, entidades ligadas à pesca, potencialidades/fragilidades e perspectivas/expectativas relacionadas à atividade de pesca do guaiamum.

A fim de estabelecer e de facilitar o diálogo, o DRP pressupõe a utilização de ferramentas participativas. Esses diagramas visuais são elaborados pelos próprios participantes, individualmente ou em grupo, ao longo da discussão sobre determinado tema. Além de contribuir na mediação de diálogos, oportunizam o levantamento e a análise de informações (FARIA; FERREIRA NETO, 2006). As seguintes ferramentas foram utilizadas com os pescadores artesanais no processo de caracterização da atividade: calendário sazonal, fluxograma de comercialização, F.O.F.A., matriz de pesca, matriz de uso do tempo, matriz histórica, navegada transversal e rotina diária. Já com as instituições, optou-se pelas entrevistas semiestruturadas. A Tabela 2 apresenta os objetivos de cada ferramenta participativa utilizada ao longo das atividades de campo:

Ferramentas Participativas	
Ferramenta	Objetivo
Calendário Sazonal	Identificar a sazonalidade das espécies de pescado capturadas, permitindo uma visão temporal dos ciclos naturais, das épocas de maior produtividade e de defeso.
Diagrama de Venn	Refletir sobre o papel, a importância e a atuação das instituições.
Entrevista Semiestruturada	Abordar o participante, estimular o diálogo e colher informações a partir de um roteiro de perguntas abertas pré-elaborado.
Fluxograma de Comercialização	Compreender o fluxo do pescado em cada elo da comercialização.
FOFA	Análise das fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças sobre determinado tema.
Matriz de Pesca	Levantar detalhadas informações sobre as modalidades de pesca.
Matriz de Uso do Tempo	Tornar visível qual é a participação dos homens e das mulheres nas diferentes atividades desenvolvidas por ambos durante o dia.
Matriz Histórica	Conhecer a história da comunidade e compreender as mudanças em determinados aspectos ao longo do tempo.
Navegada Transversal	Adaptada da ferramenta "travessia", seu objetivo é percorrer determinada área (neste caso, o Rio São João) observando as características do ambiente e ao mesmo tempo, dialogando com alguém que tenha amplo conhecimento da área.
Rotina Diária	Investigar quais são as principais atividades realizadas no período de um dia.

Tabela 2 - Objetivos de cada ferramenta participativa utilizada ao longo das atividades de campo.

Adaptado de GEILFUS (1997), DRUMOND (2002), FARIA; NETO (2006) E VERDEJO (2006).

Embora houvesse uma lista prévia de instituições a serem entrevistadas, outras foram incluídas por terem sido citadas como relevantes ao longo das atividades. Neste caso e em relação aos pescadores de ambas as comunidades, foi utilizada a técnica de amostragem chamada Snowball (Bola de Neve). Neste tipo de amostragem, as pessoas que participam indicam outras a serem procuradas justamente por terem características de interesse ao tema em questão (BIERNACKI; WALDORF, 1981).

As informações levantadas em campo foram, sempre que possível, cruzadas com dados secundários (artigos científicos, páginas da internet de órgãos e instituições, legislação, entre outros).

2.1 AGENDA DAS ATIVIDADES

O levantamento de informações junto aos pescadores artesanais das comunidades do Chavão e do Arroz foi realizado de forma presencial e respeitando as normas básicas de segurança visando a prevenção do Covid-19.

Houve a preocupação ética de explicar aos participantes sobre o levantamento de informações, seus objetivos e a gestão dos dados, sendo que todos consentiram em participar. Igualmente houve a preocupação de anonimizar dados pessoais ou que possam conduzir a identificação de sujeitos, não fazendo uso de informações pessoais como, por exemplo, o nome.

Com os pescadores artesanais do Chavão, as reuniões aconteceram na sede do Projeto Rede Observação de Cabo Frio localizada na comunidade (Figura 3). Já com os pescadores artesanais do Arroz, as reuniões foram realizadas à beira do rio São João, próximo ao antigo Sinttel, ou na residência de um dos pescadores desta comunidade (Figura 4).



Figura 3 -
Local das reuniões junto aos pescadores artesanais de guaiamum da comunidade do Chavão, na sede do projeto Rede Observação de Cabo Frio.



Figura 4 -
Local das reuniões juntos aos pescadores artesanais de guaiamum da comunidade do Arroz, à beira rio.

Em ambas as comunidades a mobilização para os encontros ocorreu por meio de textos e áudios transmitidos via aplicativo WhatsApp e com o convite realizado pelos próprios pescadores. Contudo, o primeiro contato com os comunitários foi realizado com a colaboração das representantes do Projeto Rede Observação, por já estarem trabalhando junto a essas comunidades desde 2017 no que diz respeito a organização social desses grupos, especialmente os pescadores de guaiamum do Chavão.

O fato de que o DRP precisou ser realizado a partir de reuniões previamente agendadas, sempre respeitando melhores dias e horários para os pescadores (segundas-feiras às 10h), e não a partir de visitas espontâneas em locais de uso

dos mesmos dificultou um pouco a participação e a possibilidade de abranger mais ferramentas, grupos ou coletar maior diversidade de informações.

O Chavão é um bairro totalmente residencial e sem infraestruturas voltadas à pesca, como pontos de desembarque, por exemplo. Essa realidade explica a necessidade de agendamento de reuniões, pois ao transitar pela comunidade, não se encontra grupos de pescadores executando alguma atividade relacionadas a pesca para abordá-los. Já no caso do Arroz, a equipe ficou impedida de transitar dentro da comunidade, também residencial, por ser uma área conhecidamente violenta devido a disputa entre facções do crime organizado e as incursões policiais.

Com as instituições, a maioria dos encontros foram realizados pela plataforma on-line do Google Meet embora algumas entrevistas tenham acontecido presencialmente.

As atividades de campo junto aos pescadores artesanais de guaiamum e as entrevistas semiestruturadas com os representantes das instituições ocorreram no período de junho a dezembro de 2021. A seguir, a Tabela 3 apresenta a agenda, dia-a-dia, das atividades de DRP.

Tabela 3 - Agenda diária das atividades de DRP junto às instituições e comunidades do Arroz e Chavão.

Agenda Diária do DRP							
N.	Data	Local	Ferramenta	Perfil dos Participantes	Número de Participantes		
					Homens	Mulheres	Total
1	14/06/2021	Rede Observação Cabo Frio Sede Chavão	FOFA	Pescadores e representantes do Proj. Rede Observação	20	20	40
2	15/06/2021	Rede Observação Cabo Frio Sede Chavão	Matriz Histórica	Pescadores	3	1	4
3	16/06/2021	Rede Observação Cabo Frio Sede Chavão	Rotina Diária	Pescadores	1	2	3

Continuação tabela 3 -

Agenda Diária do DRP							
N.	Data	Local	Ferramenta	Perfil dos Participantes	Número de Participantes		
					Homens	Mulheres	Total
4	28/06/2021	Rede Observação Cabo Frio Sede Chavão	Matriz de Pesca e Calendário Sazonal	Pescadores	13	7	20
5	29/06/2021	Rio São João	Navegada transversal	Pescador	1	0	1
6	29/06/2021	Rio São João	Entrevista semiestruturada	Pescador	1	0	1
7	30/06/2021	Colônia de Pescadores Z-4	Entrevista semiestruturada	Representantes da Colônia de Pescadores Z-4 e da Secr. Adjunta de Pesca de Cabo Frio	1	1	2
8	26/07/2021	Casa do Pescador	Entrevista semiestruturada	Representante da Assoc. dos Pescadores do Rio São João	1	0	1
9	26/07/2021	Residência	Entrevista semiestruturada	Representantes da Colônia de Pescadores Z-22 de Rio das Ostras	1	1	2
10	27/07/2021	Secr. Mun. de Agr. e Pesca de Casimiro de Abreu	Entrevista semiestruturada	Representantes da Secr. de Agr. e Pesca, Secr. de Meio Amb. e Des. Sust, Coord de Pesca - Casimiro de Abreu	4	1	5
11	02/08/2021	Beira Rio/ Sinttel	Calendário Sazonal e Matriz de Pesca	Pescadores	5	1	6

Continuação tabela 3 -

Agenda Diária do DRP							
N.	Data	Local	Ferramenta	Perfil dos Participantes	Número de Participantes		
					Homens	Mulheres	Total
13	06/08/2021	Google Meet	Entrevista semiestruturada	Representantes da Fiperj	1	2	3
14	09/08/2021	Beira Rio/Sinttel	Matriz Histórica	Pescadores	3	1	4
15	16/08/2021	Beira Rio/Sinttel	FOFA	Pescadores	3	2	5
16	17/08/2021	Google Meet	Entrevista semiestruturada	Representantes da Secr. de Meio Amb. E Saneamento de Cabo Frio e do Parque Mun. Nat. do Mico-Leão-Dourado	2	1	3
17	23/08/2021	Rede Observação Cabo Frio Sede Chavão	Fluxograma de Comercialização	Pescadores	10	4	14
18	23/08/2021	Beira Rio/Sinttel	Rotina Diária e Matriz de Uso do Tempo	Pescadores	3	2	5
19	30/08/2021	Google Meet	Entrevista semiestruturada	Representante do Comitê da Bacia Hidr. da Região dos Lagos - Rio São João	1	0	1
20	10/09/2021	Google Meet	Entrevista semiestruturada	Representantes do Núcleo de Gestão Socioambiental / ICMBio	0	3	3
21	15/09/2021	Sede do ALA	Entrevista semiestruturada	Representantes da ALA	2	1	3

Continuação tabela 3 -

Agenda Diária do DRP							
N.	Data	Local	Ferramenta	Perfil dos Participantes	Número de Participantes		
					Homens	Mulheres	Total
22	06/12/2021	Rede Observação Cabo Frio Sede Chavão	Diagrama de Venn	Pescadores	13	16	29
23	13/12/2021	Residência de Pescador do Arroz	Diagrama de Venn	Pescadores	3	1	4

Durante o DRP, foram realizadas 164 abordagens no total, sendo: 111 com a comunidade do Chavão, 25 com a comunidade do Arroz e 28 com representantes de instituições. O Gráfico 2 apresenta a proporção entre mulheres e homens abordados ao longo das atividades.

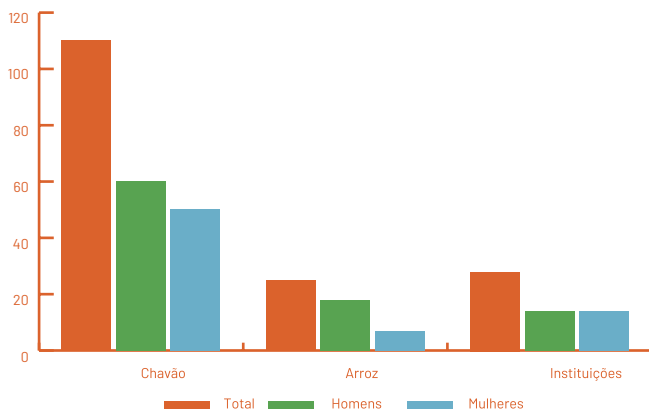


Gráfico 1 - Proporção de homens e de mulheres das instituições e das comunidades do Chavão e do Arroz que participaram das ferramentas participativas de DRP.

Considerando todas as atividades do DRP, a abordagem de mulheres representa 45% no caso do Chavão (50) enquanto no Arroz, aproximadamente 30% (7). Tal proporção evidencia equilíbrio nas abordagens, contemplando, na medida do possível, a participação tanto de homens como de mulheres nas atividades, visando sempre contemplar o máximo de perspectivas sobre os temas levantados.

Quanto às instituições, observa-se que foi igualitária a participação de homens e de mulheres. Em alguns casos, as entrevistas se deram com apenas uma pessoa,

geralmente homens. No caso da participação de equipes, houve equilíbrio entre homens e mulheres. A exceção se deu com o ICMBio cuja equipe é formada apenas por mulheres.

Como explicado anteriormente, não houve um acesso direto da equipe à comunidade do Arroz. Essa falta de presença na comunidade acabou limitando a abrangência da participação. As mulheres que participaram das reuniões são pescadoras artesanais de guaiamum e são esposas dos homens que participaram.

Outro fator é que na comunidade do Chavão, além das pescadoras casadas com pescadores, há as solteiras e outras que participaram das reuniões independente da presença dos seus maridos. O fato de as reuniões acontecerem dentro da comunidade facilita essa participação.

As instituições foram selecionadas a partir da sua interface direta ou indireta com as comunidades do Chavão e/ou do Arroz, com a atividade de pesca artesanal do guaiamum ou com o rio São João.

Foram entrevistados representantes das seguintes instituições: Colônia de Pescadores Z-4 (Cabo Frio), Secretaria Adjunta de Pesca de Cabo Frio, Secretaria de Meio Ambiente e Saneamento de Cabo Frio, Associação dos Pescadores do Rio São João, Projeto Rede Observação, Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (Fiperj), Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado, Comitê de Bacias Lagos São João, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Casimiro de Abreu, Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca de Casimiro de Abreu, Colônia de Pescadores Z-22 (Rio das Ostras/Casimiro de Abreu), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João (ALA). Ainda, houve um significativo esforço, sem sucesso, para dialogar com representantes da Fazenda Carioca.

2.2 DEVOLUTIVA

A Devolutiva foi realizada no dia 21 de fevereiro de 2022, das 9:30 às 13h, no Centro Administrativo Municipal Célio Sarzedas, localizado na Rodovia RJ 106 s/nº - Vila Campo Alegre - Barra de São João/Casimiro de Abreu (RJ). O local foi escolhido por ser considerado neutro pelos pescadores de ambas as comunidades e pelo fácil acesso, facilitando a participação de todos. Cabe mencionar que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Casimiro de Abreu disponibilizou o local e membros da sua equipe para apoiar na organização do evento.

A mobilização foi iniciada durante o levantamento de dados primários da caracterização da pesca artesanal e, nas semanas próximas ao dia do evento, os pescadores e as instituições receberam o convite oficial pelo aplicativo de WhatsApp e/ou e-mail (Figura 5). Cartazes também foram fixados em pontos estratégicos.

O cartaz é dividido em seções. No topo esquerdo, há o logo do Projeto Guaiamum com o texto 'PROJETO GUAIAMUM' e uma ilustração de um caranguejo. O título principal 'Devolutiva' está em letras grandes e laranças. Abaixo dele, o subtítulo 'CARACTERIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL DE GUAIAMUM' também em laranja. À esquerda, um box cinza contém as informações de tempo: 'Quando? 21/02/2022 9:30h às 12:00h'. À direita, outro box cinza contém o local: 'Onde? Centro Administrativo Municipal Célio Sarzedas (Ao lado do Ginásio Municipal)'. Abaixo disso, um box laranja contém o endereço: 'Rodovia RJ 106 s/nº Vila Campo Alegre Barra de São João'. Na parte inferior esquerda, há o texto 'Apoio:' seguido pelos logos do MPF, MPO, PetroRio e outro. Na parte inferior direita, há o logo da Pesquisa Marinha e Pesqueira. Na base do cartaz, há uma citação: 'A realização do Projeto Pesquisa Marinha e Pesqueira é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajuste de Conduta de responsabilidade da empresa PetroRio, conduzido pelo Ministério Público Federal - MPF/RJ'.

Figura 5 -
Convite oficial para a Devolutiva.

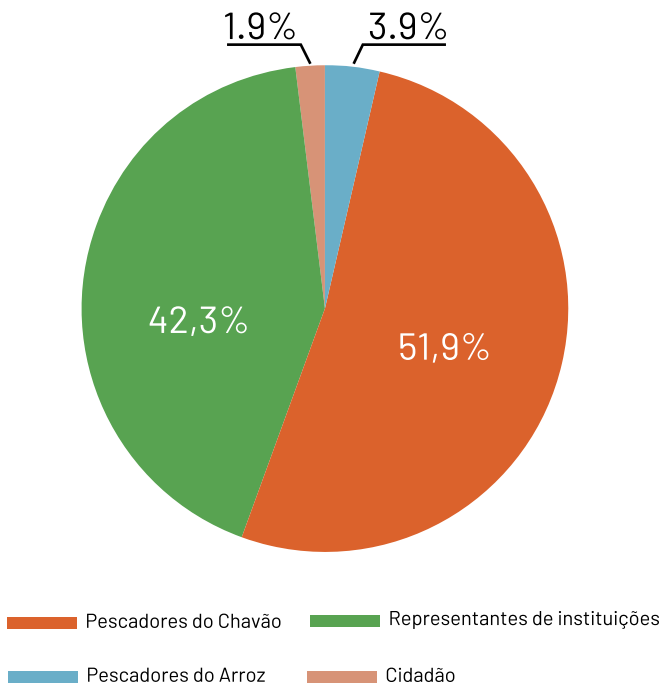
A Devolutiva contou com a participação de 52 pessoas (sendo que uma delas não assinou a lista de presença): 27 pescadores da comunidade do Chavão, 02 pescadores da comunidade do Arroz, 22 pessoas representantes de instituições e 01 cidadão (Figura 6).

Figura 6 -
Pescadores e representantes institucionais participantes da devolutiva.



Portanto, 55,8% dos participantes eram pescadores artesanais de guaiamum (Gráfico 3).

Gráfico 3 -
Proporção entre cidadão, pescadores do Arroz, pescadores do Chavão e representantes de instituições que participaram da Devolutiva.



Dentre os participantes, a presença majoritária foi de homens (61,5%). Porém, é pertinente considerar que a presença de mulheres foi positivamente significativa (38,5%)(Gráfico 4).

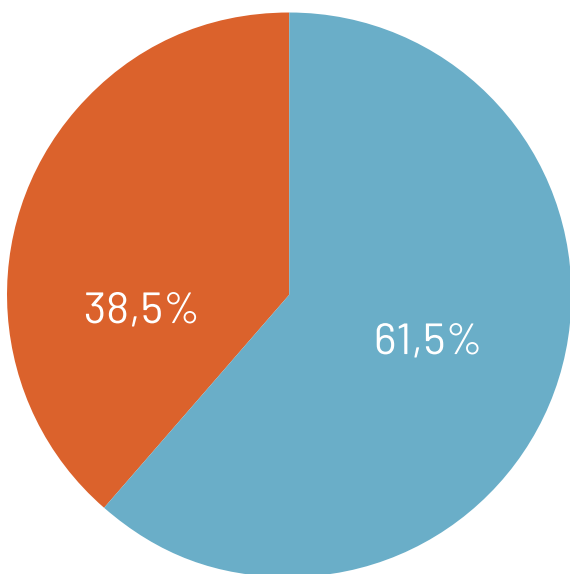


Gráfico 4 -
Proporção
de homens
e mulheres
participantes
da Devolutiva.

Mulheres Homens

Cabe mencionar que estiveram presentes 11 das 13 instituições que foram entrevistadas no âmbito da caracterização da pesca artesanal do guaiamum e, portanto, convidadas. Apenas não estavam presentes o Projeto Rede Observação e o Comitê de Bacias Lagos São João.

Em relação às instituições, estavam representadas:

- Colônia de Pescadores Z-22 (Rio das Ostras e Casimiro de Abreu)
- Colônia de Pescadores Z-4 (Cabo Frio)
- Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (Fiperj)
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)
- Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Casimiro de Abreu
- Secretaria de Agricultura e Pesca de Casimiro de Abreu
- Secretaria de Agricultura e Pesca de Cabo Frio (não assinou a lista de presença)
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento de Cabo Frio
- Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado
- Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João (ALA)
- Associação dos Pescadores do Rio São João

A considerável presença de representantes de instituições sinaliza não só um interesse em conhecer os resultados como o quanto os mesmos podem ser úteis no âmbito das atividades realizadas por cada uma dessas entidades.

Os objetivos da Devolutiva consistiram em:

- Alinhar sobre a metodologia utilizada.
- Apresentar os resultados priorizando os mais significativos e/ou polêmicos.
- Possibilitar a correção de informações ou ajustes no conteúdo.
- Fomentar interação entre pescadores artesanais e representantes institucionais.
- Valorizar a participação de todos no levantamento primário.
- Esclarecer eventuais dúvidas.
- Legitimar as informações apresentadas.

Os resultados foram apresentados tendo como base 10 banners (Anexo B) contendo o resumo de todo o conteúdo e três mapas impressos em tamanho A0 (Figura 7). Ao final da apresentação de cada banner, foi perguntado aos participantes se eles teriam algo a acrescentar, comentar ou até mesmo inquirir. Em seguida, os participantes eram questionados quanto a validação daquele conteúdo.



Figura 7 - Apresentação das informações com o apoio dos banners para a validação dos participantes.

Dentre as falas, cabe mencionar:

1. Esclarecimento à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento de Cabo Frio sobre a definição de quem é pescador artesanal de guaiamum utilizada ao longo das atividades. Foi respondido que todos aqueles que se apresentaram como pescadores de guaiamum independente do quanto essa atividade representa no seu orçamento familiar.

2. Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João – ALA e Associação dos Pescadores do Rio São João ressaltaram sobre a má qualidade ambiental do rio São João e a mortandade de várias espécies de peixes e outros organismos. Também se expressaram quanto à falta de fiscalização. O representante da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Casimiro de Abreu se manifestou dizendo que a secretaria está aberta para firmar parcerias neste sentido.

3. Sobre a divisão de tarefas executadas por homens e por mulheres, um pescador

ênfatezou que quando acampados, os homens cuidam de praticamente tudo, inclusive da comida. Já em casa, essas atividades são executadas majoritariamente pelas mulheres.

4. Sobre a ceva do guaiamum, um participante perguntou qual é a quantidade máxima e os pescadores responderam que depende do tamanho da área. Um deles respondeu que há de se tomar cuidado com essa quantidade para dar mais conforto, evitar brigas e estresse.

5. Quanto ao ciclo de vida do guaiamum, foi ênfatezado pelos pescadores que as mudanças nos períodos das chuvas alteram o ciclo da espécie.


6. Em relação aos conflitos, a Associação dos Pescadores do Rio São João ênfatezou a problemática abrangendo os catadores “de fora”, não só pela invasão de espaço, mas pela forma insustentável que capturam guaiamum e uçá e reforçou, novamente, a ineficiência da fiscalização.

7. Os pescadores compartilharam com os demais participantes a questão das placas agressivas colocadas na Fazenda Carioca e o impedimento da captura de guaiamum nesta área.

8. A Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Casimiro de Abreu se manifestou explicando que chegam denúncias praticamente diárias sobre a pesca no rio e que a secretaria não possui embarcação. Ênfatezou que a secretaria quer criar uma rotina de fiscalização, juntar diferentes órgãos e entender e mapear os limites legais para cada atividade.

9. A Colônia de Pescadores Z-4 esclareceu que atualmente há 25 catadores cadastrados na colônia e alguns recebendo defeso e que a instituição dispõe de um recurso para tornar possível uma sede em Tamoios voltada aos catadores, mas é preciso o apoio dos demais órgãos envolvidos para fazer acontecer.

10. A Colônia de Pescadores Z-22 mencionou a existência de omissões no cumprimento de normas e leis e que Rio das Ostras lança esgoto e descartes químicos no Canal Medeiros.



11. Um dos participantes mencionou que a Fazenda Agrisa é uma das grandes poluidoras do rio São João.

12. O Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Casimiro de Abreu explicou que a secretaria não tem poder de fiscalização e citou as instituições já envolvidas em relação ao descarte de esgoto e resíduos no rio, como INEA, Comitê de Bacias e o Consórcio de Bacias.

13. Após a validação de todo o conteúdo apresentado, houve as seguintes manifestações de participantes:

14. Um pescador do Chavão enfatizou sobre a importância do pescador se regularizar e acessar os seus direitos. Explicou que demorou anos para sair a sua documentação, mas que quando procurou diretamente a sede da Colônia Z-4 obteve apoio e conseguiu se regularizar rapidamente.

15. O representante do projeto Guaiamum reforçou sobre a importância de que o pescador se regularize e recolha seu INSS explicando que regularizado, o pescador tem direito não só ao seguro defeso, mas a aposentadoria e o amparo do INSS caso sofra algum acidente ou adoença.

16. O representante da Colônia de Pescadores Z-22 destacou que as informações levantadas e apresentadas consistem em um relevante instrumento para se conhecer a realidade da pesca de guaiamum e, mais que isso, devem ser utilizadas pelas lideranças e pelas instituições visando melhorias para a espécie, o ambiente e para os pescadores. Se colocou à disposição dos pescadores.

17. O representante da Colônia de Pescadores Z-4 comentou sobre o trabalho que a instituição vem realizando em relação ao apoio na regularização dos pescadores do Chavão. Ele também divulgou que conseguiu um terreno no Chavão junto à prefeitura de Cabo Frio, cuja intenção é a aproximação institucional com os pescadores dessa comunidade por meio da instalação da sua capatazia. Esclareceu que o terreno está sendo analisado pela Secretaria de Meio Ambiente e Saneamento de Cabo Frio que deverá se manifestar acerca da licença para uso do terreno. A maior parte das informações sobre a história da comunidade pesqueira do Arroz foi relataA

3. CARACTERIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL DO GUAIAMUM

3.1 RESGATE HISTÓRICO

3.1.1 COMUNIDADE DO ARROZ

maior parte das informações sobre a história da comunidade pesqueira do Arroz foi relatada durante a aplicação da ferramenta “Matriz Histórica”, onde participaram antigos pescadores e moradores locais (Figura 8). Os participantes atribuíram nota de zero (nada) a cinco (muito) para os diferentes critérios analisados ao longo das décadas, a saber: quantidade de guaiamum, forma de deslocamento para pescar guaiamum, quantidade de pescadores de guaiamum, residências, vegetação, recurso financeiro oriundo da pesca de guaiamum/valorização do guaiamum e condições ambientais do rio São João.

Figura 8 - A ferramenta Matriz Histórica apresenta a análise de pescadores artesanais de guaiamum da comunidade do Arroz sobre diferentes aspectos a partir da década de 80 até os dias atuais.



Matriz Histórica

Década								
1980	5	Pé	3 / 10	0 / 0	5	2	5	
1990	5	Pé	4 / 20	1 / 1	5	3	5	
2000	3,5	Pé Barco	3,5 / 15	2 / 30	3	3	2	
2010	2	Pé Barco	3 / 10	2,5 / 50	2	4	2	
2021	1,5	Pé Barco	5 / 22	5 / 100	1,5	5	2,5	

O participante mais novo, já pesca guaiamum há quase trinta anos, outro há quarenta e o mais velho há cerca de cinquenta anos. O mais novo, foi nascido e criado na localidade e, inclusive, começou a aprender a atividade acompanhando os mais velhos. “Eu fui gostando porque não tinha horário, nem patrão e dava dinheiro”, afirmou o pescador do Arroz.

Esses três pescadores e a esposa de um deles, também pescadora de guaiamum, compartilharam, generosamente, uma série de lembranças sobre a realidade vivenciada por eles ao longo dos anos (Figura 9).



Figura 9 - Antigo pescador artesanal de guaiamum do Arroz compartilhando as suas lembranças durante a elaboração da Matriz Histórica relacionada à pesca de guaiamum.

Década de 80

A área onde hoje está localizado o bairro de Vila Nova é popularmente chamado de bairro do Arroz, porque, durante a década de 80 abrigava uma indústria de arroz. Nesta indústria, não só era realizado o plantio como também ocorria todo o processo produtivo necessário até o produto estar ensacado e pronto para os seus destinos de comercialização. Um dos pescadores de guaiamum chegou a trabalhar nesta indústria na função de operar o maquinário responsável por secar o arroz. Segundo ele, foi após a morte de um dos sócios que a indústria começou a entrar em declínio até finalmente fechar na década seguinte.

Segundo o relato de um dos pescadores, a área onde foi construída a fábrica de arroz era, antes disso, um lixão. Ele compartilhou a lembrança de que quando criança ia, junto com os seus amigos, procurar brinquedos em meio aos resíduos.

Nas proximidades da indústria havia também a “Mata dos Medeiros”, um sítio com uma pequena criação de gado. Em toda a área em torno do Arroz e ao longo do rio São João a vegetação era, na avaliação dos pescadores, farta e ainda não haviam casas. “Só tinha mato”, como comentou um pescador do Arroz.


As águas do rio São João eram muito limpas. Tomar banho e brincar no rio eram atividades do cotidiano.

Os adultos pescavam bagre, robalo e traíra, mas apenas cerca de dez pessoas já capturavam guaiamum. Tudo era abundante e a renda familiar desses pescadores era majoritariamente oriunda da comercialização dos peixes e guaiamuns.

Nesta época, a captura do guaiamum era realizada com armadilhas de madeira. Elas eram quadradas e pesadas, ainda mais quando estavam úmidas ou molhadas. Por isso cada pescador utilizava apenas dez: era a quantidade que conseguiam carregar.

Também, havia a captura de guaiamuns com o petrecho utilizado tanto para guaiamum quanto para caranguejo-uçá, denominado “gancho”. Segundo os pescadores do Arroz essa não é a melhor forma de capturar. Além de “depredar o mangue”, pois destrói as tocas, é preciso ter muita quantidade de guaiamum para utilizá-lo, já que a captura ocorre um a um e com a presença do pescador. Até parte da década seguinte essa forma de pesca foi utilizada e atualmente há apenas um pescador que ainda a utiliza.

As áreas de captura abrangiam a Mata dos Medeiros até onde atualmente está localizada a Fazenda Carioca. Os pescadores se deslocavam de bicicleta ou mesmo a pé, pois não precisavam ir para muito longe: “tinha guaiamum no quintal de casa”, afirmou um dos pescadores do Arroz.



Segundo eles, desde essa época tinham o costume de catar apenas os guaiamuns maiores e não capturavam as fêmeas ovadas. Também não destapavam os buracos porque havia grande quantidade de guaiamum. Conforme a explicação de um pescador do Arroz, “se dependesse da gente ainda teria muito guaiamum porque a gente fazia o certo. Nessa época não vinham pessoas de outros locais.”.

A pesca de guaiamum era realizada de segunda a sexta e a venda era “para fora” (Pescador do Arroz). Os guaiamuns eram lavados, amarrados e transportados em ônibus intermunicipais com destino a cidade de Duque de Caxias, onde eram vendidos na feira livre. Não havia a prática de ceva do guaiamum. Embora houvesse uma demanda constante, ele era pouco valorizado financeiramente.

Década de 90

Na década de 90 ainda era abundante a quantidade de guaiamum e no período da andada era possível avistar milhares deles se deslocando.

A qualidade das águas do rio São João continuava muito boa, própria para banho, e a vegetação ainda era farta. A primeira casa foi construída e abrigava o caseiro da indústria de arroz.

A quantidade de catadores de guaiamum dobrou, chegando a 20 pessoas que continuavam a pescar próximos as suas residências, se deslocando a pé. O pescador mais antigo da comunidade já utilizava canoa a remo para chegar às áreas de captura mais distantes.

As armadilhas passaram a ser confeccionadas com latas de óleo. O acabamento precisava ser feito cuidadosamente, caso contrário a lata cortava a mão na hora de colocar a isca ou retirar o guaiamum. Apenas ao final dos anos 90 que começaram a produzir armadilhas utilizando canos de PVC, utilizadas atualmente. Com armadilhas mais leves para carregar, aumentaram a quantidade. Ao invés de levarem apenas dez, carregavam entre trinta e trinta e cinco unidades e isso se repete até os dias de hoje.

Embora as ratoeiras confeccionadas com canos de PVC exijam um investimento financeiro maior, elas tendem a durar meses, enquanto as feitas com latas de óleo, menos custosas, no máximo 40 dias. Além disso, essas ratoeiras capturam guaiamuns maiores do que as de óleo, mas por outro lado, uma lata de óleo se decompõe no ambiente em menos de um ano enquanto o PVC precisa de mais de três séculos (TAKAHASHI; NISHIDA, 2018).

Nesta época tanto a procura como o preço do guaiamum começaram a melhorar. “A gente nem precisava sair para vender”, lembrou um dos pescadores do Arroz, pois a venda passou a ser feita em casa. Os guaiamuns não eram cevados, mas ficavam em caixas grandes ou nas carcaças de geladeiras antigas.

Década de 2000


Nos anos 2000 começam a acontecer as mudanças mais significativas tanto na região quanto em relação à pesca do guaiamum.

Na visão dos pescadores, a quantidade da vegetação sofreu uma considerável redução. A área antes utilizada para a pesca do guaiamum passou a ser propriedade privada (Fazenda Carioca) e não mais era permitido pescar ali. Os búfalos foram introduzidos na região, pisoteando a terra e as tocas de guaiamum, reconfigurando o ambiente. A fazenda já possuía maquinário pesado para realizar o plantio em suas terras. Segundo eles, a fazenda roçava desde a atual área do Arroz até a boca do Rio Dourado. “O arado vinha arando a terra e matava muito guaiamum”, recorda um dos pescadores do Arroz.

As águas do rio São João perderam qualidade abruptamente e, inclusive, os pescadores começaram a observar mortandade de peixes. Muito foi falado por eles sobre o descarte de sulfato de alumínio pela Prolagos¹⁰ e Cedae¹¹, não só durante o diálogo que envolveu a elaboração dessa Matriz Histórica. “A água azul vinha da Prolagos”, explicou um pescador do Arroz.

¹⁰ A Prolagos é uma empresa da Aegea Saneamento, concessionária responsável pelos serviços de saneamento básico de cinco municípios da Região dos Lagos (RJ), incluindo Cabo Frio.

¹¹ Companhia de Água e Esgotos do Rio de Janeiro - CEDAE, presta serviços de saneamento do estado do Rio de Janeiro.



Em relação ao despejo ilegal de resíduos ricos em alumínio de estações de tratamento de água, há uma pesquisa realizada em 2019 que buscou determinar o impacto ambiental causado na área de represamento e em um afluente do rio São João (DOS SANTOS, 2019).

O ICMBio informou que, atendendo às denúncias da comunidade pesqueira, a contaminação por alumínio tem sido alvo de ações por parte dos órgãos ambientais.

Para os pescadores, em torno do ano 2000 foi quando houve a maior redução na quantidade de guaiamum, chegando a ficar apenas 50% do que havia anteriormente.

Neste período, a indústria de arroz já estava desativada, mas havia ainda a estrutura e todo o maquinário no local. Apenas quando essa área foi liberada pela justiça que se deu início à invasão de moradores, chegando cerca de 30 residências.

De acordo com (SILVA, 2012), esse recente bairro começou a ser escolhido para a moradia de pescadores da região devido ao baixo valor imobiliário e localização estratégica. Por ser à beira-rio e próximo às áreas de mangue, essa localidade é propícia à atividade de pesca de guaiamum.

Por outro lado, nesta década começaram a chegar os catadores vindos “de fora”, ou seja, de outros municípios do estado do Rio de Janeiro, principalmente de Tanguá, Duque de Caxias, Magé, Campos dos Goytacazes e Nova Iguaçu. Contudo, nesta década, a quantidade de pescadores de guaiamum nascidos nas proximidades reduziu para em torno de 15 pessoas.

O deslocamento para a pesca do guaiamum começou a ser realizado também em pequenas embarcações a remo e, em menor quantidade, a motor. Segundo um dos pescadores mais antigos da comunidade, a utilização do barco permitiu o avanço para áreas mais distantes e, portanto, com maior quantidade de guaiamum, aumentando a captura. Outro fator que também contribuiu para esse aumento na quantidade de guaiamuns capturados é que os pescadores não mais carregavam os sacos de guaiamum a pé ou em bicicletas: a embarcação fazia esse transporte.

Nos anos 2000 o guaiamum passou a ser melhor valorizado no ato da venda e a ceva do guaiamum em estruturas de alvenaria já era algo comum de ser feito pelos pescadores. Provavelmente todo esse cuidado com o guaiamum e a sua engorda tenha, na prática, agregado valor a ele.

Década de 2010

Nesta década, o número de pescadores de guaiamum da região do Arroz reduziu novamente, chegando a dez. O deslocamento para a pesca do guaiamum passou a ser realizado basicamente por pequenas embarcações. Como a captura é realizada cada vez mais longe, já são raros os deslocamentos a pé.

O guaiamum passou a ser mais valorizado: seu preço de venda aumentou.

Todavia, a chegada de pessoas de outros municípios do estado do Rio de Janeiro aumentou, fixando moradia na região. Por isso, o número de residências quase dobrou.

A qualidade das águas do rio São João permaneciam ruins, ainda mais se comparadas à década de 80. A devastação da vegetação continuou aumentando devido, inclusive, às atividades produtivas das fazendas e o aumento da população.

2021

No entendimento dos pescadores que participaram da "Matriz Histórica", por causa das questões ambientais envolvendo as águas do rio São João e a consequente atuação dos órgãos ambientais, houve a partir de 2020 uma pequena melhora observada na qualidade do rio. Contudo, eventos da "água azul" (Pescador do Arroz) continuam ocorrendo principalmente após fortes chuvas.

As imagens a seguir ilustram a importância do rio São João, seja pela densa vegetação às suas margens ou pela utilização de pescadores para deslocamento e pesca (Figura 10 e Figura 11).



Figura 10 -
Rio São João e
a vegetação em
suas margens.



Figura 11 -
Pescador do Arroz
se deslocando
até a sua área de
trabalho pelo rio
São João.

As vegetações às margens do rio continuam sofrendo supressões. Um pescador chega a comentar que para entrar no mato há 10 ou 20 anos, precisavam estar com muitas roupas para se protegerem da vegetação. Hoje, isso não é mais necessário, pois conseguem transitar com maior facilidade devido à redução dessa vegetação.

O bairro do Arroz continua crescendo. Os pescadores estimam que a quantidade de casas dobrou nos últimos dez anos, chegando em 2021 a cerca de 100 unidades que abrigam mais de 200 pessoas. A seguir, as imagens de satélite

mostram as diferenças ocorridas no Arroz ao longo do tempo entre 2003 e 2021, conforme Figura 12 (A, B e C).

Figura 12 - Imagem de satélite demonstrando a ocupação na região do Arroz no ano de 2003 (A), 2013 (B) e 2021 (C).
Fonte - Google Earth.



Atualmente há cerca de 25 pescadores de guaiamum na comunidade. Para eles, esse crescimento se deu devido ao aumento do desemprego e pelo fato de que a venda do guaiamum sempre acaba garantindo uma renda extra e, muitas vezes imediata, para as famílias envolvidas.

O guaiamum passou a ser mais valorizado e atualmente o preço de venda é o que eles consideram, em suas palavras, justo. *“Hoje o guaiamum está mais valorizado que nos anos anteriores”*, afirmou um pescador do Arroz.

A quantidade de guaiamum sofreu mais uma considerável redução. *“Antigamente a gente pegava dez dúzias em um dia, mas hoje tem pouco”* explicou um dos pescadores do Arroz. Eles acreditam que se continuar nesse ritmo, o

estoque vai acabar e apontam dois principais fatores: a falta de fiscalização e aqueles pescadores que agem na ilegalidade, sem preservar as fêmeas e sem respeitar o tamanho mínimo permitido.

Em sua análise, representante da Secretaria de Agricultura e Pesca do município considera que o crescimento populacional é um dos fatores que mais influencia a redução de guaiamum, mas também cita a questão do esgoto descartado no rio, o aumento do barulho e da iluminação devido a maior quantidade de residências e habitantes e a presença de búfalos que avançam nas áreas onde os guaiamuns fazem suas tocas. Em suas palavras: *“antigamente, sexta feira era dia de ver guaiamum passar. Eles saíam do mangue e ficavam na estrada. Hoje em dia não vemos mais.”* (Pescador do Arroz).

3.1.2 Comunidade do Chavão

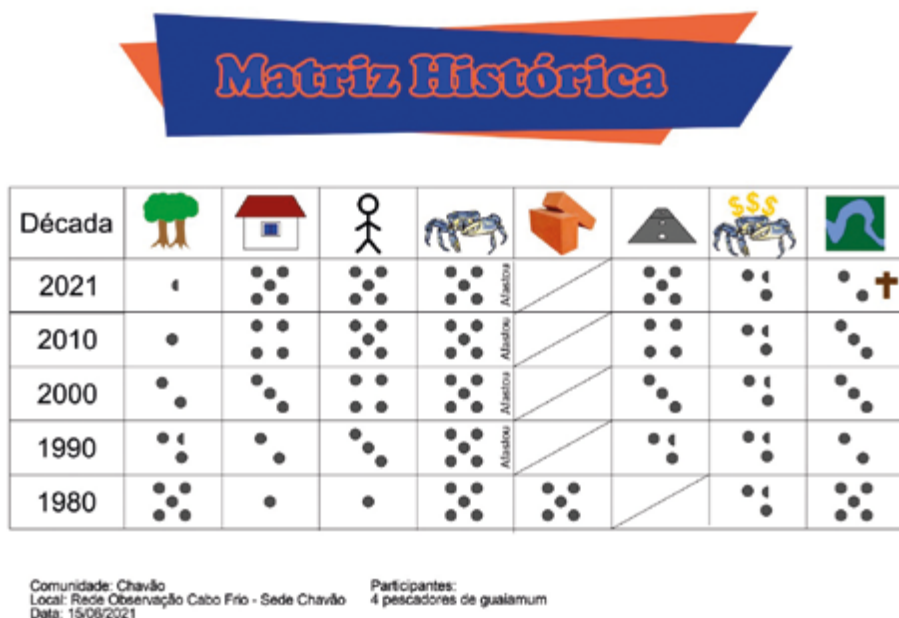
A maior parte das informações sobre a história da comunidade pesqueira do Chavão foi relatada durante a aplicação da ferramenta “Matriz Histórica”, onde participaram antigos pescadores e moradores locais. Ao longo do diálogo, os participantes compartilharam detalhadamente histórias vivenciadas em uma época bastante diferente da atual, conforme será relatado a seguir (Figura 13).



Figura 13 - Elaboração da ferramenta “Matriz Histórica” da pesca do guaiamum realizada por antigos pescadores do Chavão.

Os participantes atribuíram notas de zero (nada) a cinco (muito) para os diferentes critérios analisados ao longo das décadas, a saber: vegetação, residências, quantidade de moradores e pescadores de guaiamum, quantidade de guaiamum, fábrica de tijolos, acessibilidade (ruas e estradas), recurso financeiro oriundo da pesca de guaiamum/valorização do guaiamum e condições ambientais do rio São João (Figura 14).

Figura 14 - A ferramenta Matriz Histórica apresenta a análise de pescadores artesanais de guaiamum da comunidade do Chavão sobre diferentes aspectos a partir da década de 80 até os dias atuais.



Olaria

A olaria e os seus fornos de carvão “estavam a todo vapor” (Pescador do Chavão) principalmente entre 1980 e 1986 e a sua especialidade era a produção de tijolos maciços. Segundo alguns relatos, a fábrica tinha relevância no que compete às oportunidades de trabalho para moradores de toda a região.

Contudo, ainda nesta década, a olaria fechou porque Campos dos Goytacazes começou também a produzir tijolos, só que de outro modelo: furado. Dessa

forma, era necessário menos matéria prima, o produto era mais leve e o seu preço era melhor, além de melhorar o rendimento na obra.

Moradores e residências

Na década de 80 havia apenas seis casas onde hoje é a localidade do Parque Veneza, conhecida como Chavão, e parte das famílias que ali se instalaram foram motivadas pelas oportunidades de trabalho na olaria.

A seguir, é possível perceber as mudanças na comunidade conforme mencionadas pelos pescadores. Na primeira foto, há apenas uma casa, um campo de futebol à frente e vegetação abundante ao redor (Figura 15). Na segunda foto, além da mesma casa onde atualmente abriga a sede do Projeto Rede Observação, sinalizado com a seta, pode-se observar as ruas e as demais casas da vizinhança (Figura 16).



Figura 15 - Parte do bairro do Chavão na década de 80, destacando (seta) uma das casas mais antigas da localidade, atual sede do Projeto Rede Observação.

Fonte - Acervo pessoal da Arleti Alves Correa.



Figura 16 - Parte do bairro do Chavão atualmente mais populoso. A casa (atual sede do Projeto Rede Observação) retratada na figura anterior está hoje rodeada por outras residências, conforme sinalizado pela seta.

Ao final dos anos 80 já começou a aumentar a quantidade de casas. O número de pessoas chegou a dobrar, mas dessa vez vieram estimulados pela atividade de pesca artesanal.

Na década de 90 percebe-se, ao observar a ferramenta, que havia mais pessoas que residências e assim segue até 2021. Tal fato se dá justamente porque novas famílias foram se formando e, conseqüentemente, os seus filhos foram nascendo, crescendo e formando novos núcleos familiares. Outras, mudaram-se para a região motivadas pela atividade pesqueira de modo geral.

Ao longo das décadas e até os dias de hoje, a quantidade de residências e de moradores continuaram aumentando.

Atualmente, estimam que 80% dos residentes no Chavão não são nascidos na comunidade. Muitos vieram de outros municípios do estado do Rio de Janeiro, principalmente de Campos dos Goytacazes, e estados como São Paulo e Bahia. Acreditam que a demanda por captura de peixe e guaiamum foi o que mais contribuiu para esse incremento.

A seguir, as imagens de satélite mostram o aumento da quantidade de residências construídas no Chavão ao longo do tempo entre 2003 e 2021, conforme Figura 17 (A, B e C).



Figura 17 - Imagem de satélite demonstrando a ocupação na região do Chavão - Cabo Frio no ano de 2003 (A), 2013 (B) e 2021 (C).

Fonte - Google Earth.



Vegetação

De acordo com os participantes, na década de 80 a vegetação era bastante densa e abundante, não só onde hoje é a comunidade como também por toda a extensão das margens do rio São João.

A redução da vegetação, no olhar dos pescadores entrevistados, acompanha o crescimento do número de propriedades, como fazendas, e de casas construídas na região. Ou seja: quanto mais propriedades, menos vegetação. Há, por parte deles, a estimativa de que sobrou apenas 10% da mata em comparação com os anos 80.

Ainda assim, alguns pescadores avaliam que de uns cinco anos para cá, por encontrarem novas tocas de guaiamum, há alguma melhora no que compete a preservação da vegetação, principalmente a localizada às margens do rio. Um

dos pescadores considera que essa melhoria tenha se dado a partir da publicação das leis de proteção à vegetação nativa, instituindo, por exemplo as reservas legais e delimitando as áreas de preservação permanente, como o "Novo Código Florestal", instituído pela Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012 e Lei nº 12.727 de 17 de outubro de 2012.

A Figura 18 demonstra a situação atual da vegetação característica de mangue na margem do rio São João e a Figura 19 exemplifica a condição da preservação da mata em uma região de captura de guaiamum no rio São João.

Figura 18 -
Situação atual da
vegetação em
um trecho do rio
São João.



Figura 19 -
Interior de um
bosque em
uma das áreas
de captura
localizadas no rio
São João -
Cabo Frio.



Acessibilidade: estradas e ruas

Na década de 80 ainda não existiam estradas, apenas trilhas por onde era possível transitar em pequenos transportes, a pé ou de bicicleta. Essa dificuldade de mobilidade era o que impedia a vinda de mais pessoas.

Porém, foi por volta de 1982 que as ruas foram loteadas e houve o desvio da estrada. *“Foi o ano da demarcação”* (Pescador do Chavão). A estrada principal, denominada Estrada do Areal, foi aberta por volta de 1988/1989.

A partir daí e até os dias de hoje, o número de ruas vem aumentando gradativamente.

Qualidade ambiental do rio São João

Nos anos 80, a qualidade do rio São João era, na visão dos pescadores do Chavão, *“limpíssima”*. *“Era água para beber”*, afirmou um desses pescadores.

Segundo eles, em torno de 1988 houve a primeira grande descarga de esgoto, poluindo as águas do rio. Explicam que nesta época também fecharam os canais por onde desciam tanto os defensivos agrícolas utilizados nas fazendas como detritos de indústrias. Esses canais desembocavam justamente no rio São João, despejando todo tipo de impurezas.

Além do conhecimento sobre o rio São João acumulado ao longo dos anos, observá-lo e acompanhar suas alterações são práticas quase que diárias. Neste sentido, alguns pescadores do Chavão comentaram que a qualidade do rio oscila especialmente em função das chuvas. A explicação dada por eles é que em períodos de maior incidência de chuva, *“descem os resíduos da fazenda¹² e sujam o rio”*. Já quando as chuvas diminuem, *“tem mais incidência da água do mar”* e, portanto, as águas do rio são mais limpas.

¹² Neste caso, os pescadores referem-se aos resíduos químicos da usina de tratamento de eucalipto.

Independente da época ou mesmo dos períodos de chuva, um dos pescadores do Chavão, apoiado pelos demais, afirmou: “água do rio já foi boa para beber. Hoje não dá nem para lavar o rosto e o cabelo”.

Quantidade de guaiamum

Há duas vertentes sobre a quantidade de guaiamum percebida pelos pescadores ao longo do tempo.

A primeira defende que não houve redução: sempre existiu muita quantidade de guaiamum na região. Essa abundancia, segundo os pescadores que participaram da *“Matriz Histórica”*, permanece até os dias de hoje embora os guaiamuns tenham “se espalhado” para áreas mais distantes ao longo do rio São João. Essa migração dos guaiamuns para outros locais se deu devido ao aumento na população e na construção de casas além dos pontos de lançamento de dejetos nas águas do rio. *“Eles foram se adaptando”*, concluíram.

Além de reconhecerem que os guaiamuns se distanciaram, a outra vertente afirma que a população do guaiamum diminuiu muito ao longo das décadas. Essa percepção se deu pela necessidade de utilizar mais armadilhas para capturar uma quantidade próxima à de antigamente.

Uma das áreas onde havia guaiamum em grande quantidade, segundo um dos pescadores, era na localidade denominada Casa Quebrada, na Ilha da Carioca (Figura 20). Antigamente havia uma cerca que protegia a casa e o seu entorno. De acordo com o pescador, os búfalos quebraram as cercas e invadiram a área e, devido ao seu pisoteio, não há mais tocas de guaiamum no local apenas moitas de tiririca (Figura 21). *“Quando lembro quase choro”*, garante um dos pescadores do Chavão.



Figura 20 -
"Casa quebrada",
Ilha da Carioca,
uma das áreas com
maior quantidade
de guaiamum no
passado.



Figura 21 -
Vista à frente
da "casa quebrada".
Local onde havia
fartura de toca de
guaiamum. Hoje a
área apresenta-se
degradada,
tomada por
moitas de tiririca.

Além da diminuição na quantidade, observam que o tamanho do guaiamum (Figura 22) também reduziu. Para eles, há muita captura de guaiamum pequeno e acaba não dando tempo de eles crescerem: "Já vi guaiamum de um quilo. Hoje não se vê" (Pescador do Chavão).



Figura 22 -
Guaiamuns saindo
das suas tocas em
uma área próxima à
margem do rio São
João.

Fonte - Eduardo
Almeida

De qualquer forma, todos concordam que nas décadas de 80 e de 90 era comum ver guaiamum no quintal de casa e transitando por toda a área onde hoje está a comunidade do Chavão. *“Você andava junto com os guaiamuns. Tínhamos guaiamuns no nosso quintal, na frente de casa”*, disse um pescador do Chavão e os demais rapidamente concordaram.

Outra percepção que vale ser mencionada é a de que antigamente havia grande quantidade de guaiamuns machos. Atualmente, devido a proibição da captura de fêmeas, estas estão em maior quantidade.


Renda vinculada à captura de guaiamum

Os participantes da ferramenta “Matriz Histórica” afirmaram que a renda oriunda da captura de guaiamum se manteve igual ao longo do tempo, no sentido de que essa atividade compõe 50% do orçamento familiar.

3.2 OS PESCADORES ARTESANAIS DE GUAIAMUM

A chamada “Lei da Pesca” considera como atividades da pesca artesanal tanto a confecção e reparos de petrechos e embarcações de pequeno porte quanto o processamento dos produtos oriundos da pesca. A pesca artesanal é realizada por pescador profissional de forma autônoma ou em regime de economia familiar que utilizam embarcações de pequeno porte e, geralmente, meios de produção próprios (BRASIL, 2009). Todas essas características estão bastante evidentes, não deixando dúvidas de que tanto no Chavão quanto no Arroz há pescadores artesanais de guaiamum e que fonte de renda destes atores está fortemente associada a essa atividade.

Há pescadores artesanais que pescam só guaiamuns, outros que também capturam caranguejo-uçá. Também foram identificados os que pescam guaiamum e peixes no rio São João e ainda os que conciliam essas três modalidades de pesca ao longo da semana.



Há muitas outras similaridades entre os pescadores de ambas as comunidades, conforme será descrito a seguir.

Uma curiosidade é que eles se referem a si mesmos de três formas diferentes: pescadores, catadores e caçadores de guaiamum, sendo a primeira a mais utilizada.

Os processos de aprendizagem dentro do contexto familiar ocorrem a partir das relações interpessoais. Neste sentido, há três formas de aprendizado: quando uma pessoa observa atenciosamente a outra que sabe que está sendo observada; quando realizam algo de forma conjunta, ou seja, uma pessoa participa de forma ativa da atividade realizada pela outra; e quando não estão juntas, mas a lembrança da outra pessoa somada aos sentimentos emocionais que influenciam na realização da atividade (GARCIA et al, 2007 apud BRON-FENBRENNER, 1979/1996).

No caso dos pescadores de guaiamum, foi relatado que desde cedo os mais novos acompanham os mais velhos, sejam eles parentes próximos ou amigos da família. Especificamente no Chavão, pescadores mais experientes disseram que levam alguns jovens nos seus barcos para que eles possam aprender e praticar uma fonte de renda alternativa às formas ilícitas de sustento. Em todo caso, o aprendizado desse ofício se dá principalmente a partir da vivência, ou seja, de forma prática, e o conhecimento é transmitido ao longo das gerações.

Foi observado que atualmente há pescadores de todas as idades e a maioria já pratica essa atividade há muitos anos. “Eu já tenho 50 anos catando guaiamum”, afirmou um pescador do Arroz que se iniciou na pesca ainda criança como parece ser comum acontecer nesta atividade.

Geralmente eles permanecem por muitos anos, até mesmo décadas, exercendo a pesca de guaiamum e os motivos foram explicados pelos próprios pescadores: o rendimento é bom e rápido, trabalham em meio à natureza, fazem o que gostam e se sentem livres, pois organizam suas próprias metas e horários de captura.

Por outro lado, há alguns riscos para a saúde dos pescadores. Alguns relataram fortes dores nas costas, machucados, cortes e arranhões no corpo além do contato com mosquitos e carrapatos. Ainda, é comum que passem várias horas sem se alimentarem, apenas consumindo água e café.

Também foram citados outros tipos de riscos, como serem autuados pela fiscalização e a abordagem considerada violenta por parte dos seguranças contratados pelas propriedades privadas, muitas vezes utilizadas pelos pescadores como área de captura de guaiamum. No caso específico dos pescadores do Arroz, foi falado sobre os riscos de serem confundidos com os bandidos e traficantes que utilizam o mangue como rota de fuga da polícia, além de poderem estar ocasionalmente em meio a alguma troca de tiros entre eles.

Quanto à origem, a maioria é nascida e criada nesses mesmos locais, onde também constituíram suas famílias. Também foi relatada a presença de pescadores vindos de outras localidades e até mesmo outros estados, mas seu interesse maior é na pesca do caranguejo-uçá. Porém, cabe mencionar que SILVEIRA; BUTI (2020) evidenciaram excursões de grupos de pescadores de guaiamum do município de Caaporã¹³ (estado da Paraíba) para, entre outros, o estado do Rio de Janeiro a fim de capturar guaiamuns visando suprir a demanda existente das feiras e restaurantes locais.

A pesca de guaiamum envolve toda a família. A realidade da participação das mulheres na atividade de pesca do guaiamum é vivida tanto na comunidade do Chavão quanto na do Arroz, onde a participação das mulheres nas reuniões do Projeto Guaiamum foi bastante expressiva chegando a corresponder a metade do público em alguns encontros. Dessa forma, ficou evidente o seu envolvimento nos assuntos relacionados à atividade, bem como ficou garantido que as suas perspectivas da realidade fossem contempladas, contribuindo para a reflexão de todos em relação aos temas abordados (Figura 23 e Figura 24).

¹³ Os pescadores de guaiamum desse município exercem a sua atividade nos manguezais dos estuários do Rio Goiana localizado na divisa entre os estados de Pernambuco e Paraíba.



Figura 23 - Pescadoras de guaiamum participando de uma das reuniões na comunidade do Chavão.



Figura 24 - Pescadoras de guaiamum participando de uma das reuniões na comunidade do Arroz.

Resumidamente, a pesca do guaiamum às margens do rio São João engloba as seguintes atividades: recolher os guaiamuns das armadilhas armadas anteriormente, amarrar esses guaiamuns, colocar a isca nas armadilhas e armá-las novamente. A realização dessas atividades se dá de forma equilibrada entre os homens e as mulheres que de fato catam o guaiamum, sejam eles do Arroz ou do Chavão, mas nem todas as mulheres saem para pescar porque muitas vezes estão envolvidas com as responsabilidades do lar e da família.

A Figura 25 apresenta a "Matriz de Uso do Tempo" realizada junto aos pescadores do Arroz e evidencia as diferenças e semelhanças em relação às tarefas realizadas por homens e pelas mulheres. Contudo, mais uma vez foram identificadas muitas semelhanças entre o que acontece em ambas as comunidades, pois as informações dessa ferramenta foram validadas durante a Devolutiva pelos pescadores do Chavão.

Figura 25 - Ferramenta “Matriz de Uso do Tempo” aplicada junto aos pescadores do Arroz.

Matriz de Uso do Tempo

Atividade	Homem	Mulher
Recolher	•••	•••
Amarrar	•••	•••
Iscar	•••	•••
Armar	•••	•••
Manutenção de equipamentos (rede/armadilha)	•••	•
Embarcar a rede	•••	•
Armar a rede	•••	•
Vender	•••	•••
Ceva	••	•••
Cozinhar		•••
Casa	•	•••
Filhos	••	•••

Comunidade: Arroz - Casimiro de Abreu
 Local: Beira Rio - Barra de São João
 Data: 23/08/2021

Participantes:
 5 pescadores de guaiamum

Entre os que pescam o guaiamum, a posterior venda é realizada tanto por homens quanto por mulheres. Por outro lado, quando a mulher não exerce a atividade de pescar guaiamum acaba ficando à frente do atendimento ao cliente e demais atividades que envolvem a comercialização. “Enquanto o marido cata, eu estou fazendo ‘os corres’ com os fregueses”, explicou uma pescadora do Chavão.

Os cuidados com a ceva, atividade de limpeza e engorda dos guaiamuns mantidos em cativeiro entre a pesca e a venda, são realizados na maioria das vezes pelas mulheres que contam com a ajuda eventual dos homens.

Entre as atividades realizadas majoritariamente pelos homens destacam-se: manutenção dos materiais de pesca e das embarcações, o embarque da rede para a pesca de peixes, e o armar essa rede.

Tanto homens como mulheres participam dos cuidados e da educação dos filhos, mas são as mulheres que mais se dedicam a essa função.

No caso das atividades relacionadas à manutenção do lar, como cozinhar e cuidar da casa as mulheres ficam à frente e contam com pouca ou nenhuma participação dos homens. Neste sentido é interessante mostrar que os dados de 2019 obtidos pelo IBGE mostrando que as mulheres dedicam, semanalmente, quase o dobro do tempo que os homens com o cuidado de pessoas ou afazeres domésticos (IBGE, 2021), conforme Tabela 4.

Tabela 4 - Média de horas semanais dedicadas a cuidado de pessoas e/ou afazeres domésticos por pessoas de 14 anos ou mais no Brasil e em cada região do país. Fonte: Adaptado de IBGE, 2020.

	Homens	Mulheres
Brasil	11	21,4
Região Norte	11,2	20,6
Região Nordeste	10,5	21,8
Região Sudeste	11,3	22,1
Região Sul	11,4	20,2
Região Centro-oeste	9,7	19

Vale ressaltar que a maioria dos pescadores, de ambas as comunidades, exercem suas atividades de pesca ilegalmente por não estarem regularizados como pescadores profissionais. A maioria não possui o Registro Geral da Pesca (RGP), "instrumento prévio que habilita a pessoa física ou jurídica e a embarcação de pesca ao exercício da atividade pesqueira no Brasil" (BRASIL, 2015).

O fato de não estarem regularizados impede que os mesmos tenham acesso aos seus direitos legais como o recebimento do benefício previdenciário (Seguro-Defeso e Aposentadoria Especial) e ainda correm o risco de serem atuados pela fiscalização no ato de suas atividades.

A regularização da atividade profissional pesqueira já está sendo agilizada por alguns pescadores dessas comunidades, porém eles apontam diversos entraves e atrasos nesse processo, conforme enfatizado pela fala do pescador artesanal do Chavão: "A documentação está toda atrasada e desatualizada. Quem deu entrada em 2011 está até hoje com o Protocolo. De 2013 a 2019 suspenderam o cadastramento das carteiras. Só pode pescar quem tem pelo menos o protocolo."

3.3 NÚMERO DE PESCADORES

Para chegar ao número mais próximo de catadores de guaiamum no Chavão e no Arroz, ouvimos tanto essas comunidades quanto as entidades ligadas à pesca que se relacionam ou não com esses pescadores.

No Chavão os pescadores estimam que são catadores de guaiamum e vivem sobretudo da renda desta atividade em torno de 50 pessoas ou 60 famílias, incluindo mulheres, filhos e parentes que de alguma forma contribuem para a atividade (Figura 40).

A Figura 26 retrata a reunião realizada na comunidade do Chavão na qual 40 pessoas participaram como catadores de guaiamum e apontaram essa atividade como a principal fonte de renda.









Figura 26 - Reunião participativa realizada na comunidade do Chavão com pescadores de guaiamum.

Os catadores do Arroz informaram que na comunidade deles há cerca de 22 catadores de guaiamum, sendo que desses 22, 6 são mulheres e 8 também capturam caranguejo-uçá. Há também apenas um pescador na comunidade voltado para a captura somente do caranguejo-uçá. (Figura 27).

Figura 27 - Ferramenta “Matriz de Pesca” elaborada com pescadores de guaiamum da comunidade do Arroz.

Matriz de Pesca

			2021 <small>2021 - 2022</small>		Armadilha 		
Guaiamum	22	18	2-4	2h (Inverno) 1h (Verão)	25-40	40	50 - 100 (12)

Comunidade: Arroz - Casimiro de Abreu
Local: Beira Rio - Barra de São João
Data: 02/08/2021

Participantes:
6 pescadores de guaiamum

Foi informado pelo representante da Colônia de Pescadores Z-22 de Rio das Ostras, cuja área de atuação abrange Casimiro de Abreu e conseqüentemente a comunidade do Arroz, que o mesmo não tem conhecimento de quantos catadores dessa comunidade realizam a atividade de pesca de guaiamum.

Os representantes da Colônia de Pescadores Z-4 de Cabo Frio e a representante da Secretaria de Agricultura e Pesca de Cabo Frio disseram não saber o número total de pescadores de guaiamum nem do Arroz e nem do Chavão. Segundo eles, 25 catadores de guaiamum recebem defeso e são associados a Z-4, incluindo as duas comunidades. O representante da Capatazia da Colônia Z-4 e também representante da Associação dos Pescadores do Rio São João, localizadas em Tamoios, estimou cerca de 10 catadores de guaiamum no Arroz.

Durante a entrevista realizada com os representantes da Fiperj foi informado que em 2017 fizeram um levantamento desse número no Chavão e concluíram que 40 catadores ou 30 famílias daquela comunidade viviam da comercialização do guaiamum.

O número de catadores, das duas comunidades, estimado pelos representantes do ICMBio e pelos representantes da ALA foram os que mais se aproximaram dos números informados pelas comunidades. O ICMBio apontou 66 o número de catadores de guaiamum, sendo que alguns também capturam caranguejo-ucá, totalizando as duas comunidades e a ALA estimou em 70 o total de catadores.

Nas entrevistas realizadas com os representantes das Secretarias de Meio Ambiente e Saneamento de Cabo Frio, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Casimiro de Abreu e de Agricultura e Pesca de Casimiro de Abreu, não foi informado o número de catadores. Os representantes afirmam possuir pouca ou nenhuma interação com essas comunidades, desconhecendo assim a quantidade de pessoas que vivem da renda do guaiamum.

3.4 EMBARCAÇÕES

A embarcação de pesca é aquela que pertence a pessoa física ou jurídica, seja ela brasileira ou não, e que opera exclusivamente em uma ou mais das seguintes atividades: pesca, aquicultura, conservação do pescado, processamento do pescado, transporte do pescado e/ou pesquisa de recursos pesqueiros (BRASIL, 2015). No caso dos pescadores do Chavão e do Arroz, as embarcações são utilizadas para transporte, no caso da captura do guaiamum e do caranguejo-ucá, e para pesca e transporte, no caso dos peixes.

Nas comunidades do Chavão e do Arroz, os pescadores relataram que se deslocam pelo rio São João até o local de captura do guaiamum por meio de pequenas embarcações. Exclusivamente no Arroz, alguns pescadores realizam o deslocamento até as áreas de captura por terra, a pé.

Cada pescador tem a sua própria embarcação e os que não possuem acompanham os amigos ou familiares proprietários de barcos. Ainda, há alguns poucos casos no Chavão onde o mesmo pescador possui mais de uma embarcação, conforme relatado: “Eu tenho três barcos: uma batera de madeira, um com motor de 15 e uma lancha voadeira”.

Os pescadores estimaram em 80 a 100 o número de embarcações no Chavão, porém eles acreditam que entre 30 e 40 barcos são destinados, de fato, à pesca do guaiamum conforme ilustra a Figura 28. Já no Arroz, estima-se em 30 o número de embarcações utilizadas para a pesca de outras espécies e 18 o número de barcos utilizados também para a captura do guaiamum.



Figura 28 - Algumas das embarcações utilizadas por pescadores artesanais de guaiamum aportadas à beira dos canais tributários do rio São João, no Chavão.

Em ambas as comunidades as embarcações não estão regularizadas e cadastradas na Capitania dos Portos e por isso não estão habilitadas a navegar. Além disso, os pescadores não possuem a carteira POP¹⁴ que dá a permissão para conduzir embarcação. As embarcações também são possuídas e emitido pela Secretaria de Aquicultura e Pesca¹⁵. Esse documento permite que a embarcação seja utilizada para a pesca.

As embarcações das comunidades do Arroz e do Chavão se enquadram na “Lei da Pesca” (BRASIL, 2000) por operarem nas finalidades de pesca e transporte do pescado. Contudo, a referida lei enfatiza a obrigatoriedade de que sejam permitidas e registradas perante as autoridades competentes.

Quanto às características das embarcações, os pescadores das duas comunidades utilizam canoas de 6m, bateira de madeira e lancha voadeira. Em relação à propulsão, utilizam: remo, motor de rabeta de 4hp até 7.5hp, motor de popa de 2.5hp a 15hp. Contudo, os mais comuns são os motores de rabeta de 4hp e de 5.5hp.

3.5 RECURSOS PESQUEIROS


Conforme define a “Lei da Pesca”, os recursos pesqueiros são *“os animais e os vegetais hidróbios¹⁶ passíveis de exploração, estudo ou pesquisa pela pesca amadora, de subsistência, científica, comercial e pela aquicultura”* (BRASIL, 2000).

Os pescadores das comunidades do Chavão e do Arroz extraem a sua renda por meio da atividade de pesca artesanal. O sustento desses pescadores e suas famílias advém dos recursos pesqueiros disponíveis na Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado e do Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado.

¹⁴ Emitida após a realização de um curso junto à Marinha do Brasil.

¹⁵ A Secretaria de Pesca e Aquicultura está vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

¹⁶ São os organismos que vivem na água



As espécies de maior incidência na área explorada por esses pescadores são os caranguejos guaiamum e uçá, e peixes como tilápia, tainha e robalo.

Os pescadores relataram que a incidência de peixes depende da qualidade das águas do rio que, segundo eles, oscila ao longo do ano. Eles explicam que em períodos mais chuvosos (novembro a março) por conta dos resíduos químicos na água, há mortalidade de peixes. Por outro lado, em períodos de menos chuvas (abril a outubro) a qualidade da água fica melhor por estar mais salgada, aumentando a incidência de peixes e favorecendo a pesca: “Se entrar água salgada, entra mais peixe” (Pescador do Chavão).

Guaiamum

A área explorada pelos catadores na atividade de pesca do guaiamum é composta por muitos manguezais e é rica em biodiversidade. Porém, é comum ao Chavão e ao Arroz o discurso de que o rio São João vem sofrendo ao longo dos anos impactos que contribuem para a diminuição do bioma e conseqüentemente da espécie.

Os últimos 20 anos foi o período em que os pescadores relatam a maior diminuição na quantidade de guaiamuns, conforme fala de um pescador do Arroz: “O ano 2000 foi o que mais acabou com o guaiamum”. Neste mesmo sentido, um pescador do Chavão confirma que “a população do guaiamum diminuiu muito”.

Os pescadores responsabilizam essa redução à degradação do solo, ao uso indiscriminado de defensivos agrícolas, aos resíduos químicos descartados pelas empresas, ao esgoto lançado no rio, à pesca ilegal, à criação de animais de grande porte, aos pesticidas utilizados no gado e nos búfalos e à poluição do rio como um todo, afetando diretamente o manguezal. Para o representante da Secretaria de Agricultura e Pesca de Casimiro de Abreu, “a ameaça de extinção se dá pela degradação e não pelo extrativismo”. Ele também comentou sobre a abundância de guaiamum há poucas décadas e a notável redução dessa quantidade. Para ele, “o crescimento populacional, esgoto, barulho, iluminação, tudo isso contribuiu para o afastamento da espécie”.

Quanto aos locais de maior incidência da espécie, os pescadores destacaram áreas como o Pau da Rosca, sendo a mais populosa de guaiamum grande e a Ilha do Búfalo/limãozinho como um berçário da espécie.

Com relação ao ciclo de vida do guaiamum houve discordância entre os pescadores do Chavão. Há quem pense que ele cresce 2,5cm em cada ciclo de troca de carapaça, há quem considera que o crescimento não passa de 1,5cm por ciclo. Para esses últimos, caso fosse verdade que o crescimento atinge 2,5cm/ciclo não haveria tantos guaiamuns pequenos como os encontrados atualmente.

A Figura 29 apresenta o “Calendário Sazonal” que evidencia o ciclo dos guaiamuns ao longo do ano, elaborado pelos pescadores artesanais do Chavão.

Figura 29 – Ferramenta “Calendário Sazonal” elaborada por pescadores artesanais de guaiamum do Chavão.



De acordo com esses catadores:

- dezembro e janeiro são os meses em que os guaiamuns estão mais fortes;
- fevereiro o macho marca território;
- janeiro a março é a época onde o macho procura a fêmea;
- em março se inicia o período de acasalamento;
- em março, se inicia a tapada, pois os primeiros machos que acasalam, já se tapam;
- abril ocorrem as primeiras desovas e as fêmeas que já desovaram, tapam;
- de maio a julho, os guaiamuns seguem acasalando, desovando e, em seguida, tapando;
- agosto é o mês de início da tapada;
- em setembro, cerca de 30% dos guaiamuns destapam (Figura 30);
- em outubro, cerca de 40% dos guaiamuns já estão destapados;
- em novembro todos os guaiamuns já destaparam.



Figura 30 - Densidade de tocas de guaiamum em uma das áreas de captura próxima.

O atraso na reprodução, segundo os catadores do Chavão, está relacionado ao clima. Nos anos anteriores, em setembro começavam as trovoadas e hoje passou a ser em meados de outubro/novembro. A quaresma era a época certa de desova, mas houve um desequilíbrio e esse ano a desova passou para junho. “A gente estava acostumado com um período que agora se estendeu para quase dois meses à frente. Os locais que sofreram interferência climática e ambiental, atrasaram o ciclo do guaiamum, estendendo o momento adequado para ser catado”, comentou um pescador do Chavão.

Os catadores da comunidade do Chavão disseram que por conta da proibição de captura de fêmeas, hoje eles têm percebido que existem mais fêmeas do que machos e que esse fator acaba gerando um desequilíbrio à espécie.

A Figura 31 apresenta o “Calendário Sazonal” elaborado pelos pescadores artesanais de guaiamum da comunidade do Arroz.

Figura 31 - Ferramenta “Calendário Sazonal” elaborado por pescadores artesanais de guaiamum do Arroz



Comunidade: Arroz - Casimiro de Abreu
Local: Beira Rio - Barra de São João
Data: 02/08/2021

Participantes:
6 pescadores de guaiamum

De acordo com esses catadores:

- janeiro e fevereiro são os meses onde ocorre o acasalamento;
- março e abril ocorre a desova;
- maio e junho é o período de engorda;
- julho, agosto e setembro os guaiamuns ficam tapados;
- outubro começam a destapar;
- dezembro a março é o período onde há maior quantidade de guaiamum.







Os pescadores do Chavão e do Arroz concordam que o período do defeso estabelecido por meio da Portaria n. 53/2003 está errado e precisa, urgentemente, ser revisto. Para eles, a captura está liberada nos períodos de reprodução e desova do guaiamum. O entendimento desses catadores é que o período do defeso deveria ocorrer durante o período de reprodução e desova do guaiamum, conforme será melhor abordado posteriormente.

Outras espécies

Por meio da ferramenta “Calendário Sazonal” foram levantadas as espécies mais relevantes para as comunidades e de maior incidência no rio São João (Figura 32).

Figura 32 - Ferramenta “Calendário Sazonal” elaborado por pescadores artesanais de guaiamum do Chavão.

Calendário Sazonal

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
 Guaiamum	↑ _D	↑ _D	↑ _D A _D	A _D	D	D	T	T	↑	↑ _D	↑ _D	↑ _D
 Uçá	↓ _A D	↓ _A D	↓ _A D	T	T	T	↑	↑	↑	↑	↑	↑ _A
 Tilápia (invasor)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
 Tainha	↓	↓	↓	↓	↓	↑ _D	↑ _D	↑ _D	↑ _D	∅	∅	∅
 Robalo flecha	↓	∅	∅	∅	∅	D X	D X	D X	X	↑	↑	↑
 Robalo peba	↓	∅	∅	∅	∅	D X	↑ _D	↑ _D	↑	↑	↑	↑

D - Defeso A - Andada T - Tapado D - Desova ∅ - não tem X - Tem sempre


Comunidade: Chavão
Local: Rede Observação Cabo Frio - Sede Chavão
Data: 14/09/2021

Participantes:
33 pescadores de guaiamum
2 representantes do Rede Observação Cabo Frio

Caranguejo-uçá

Segundo os pescadores do Chavão a melhor época para catar caranguejo-uçá é no verão. Para eles “dia bom de uçá no verão é quando armamos 150 laços e todos são laçados. No inverno arma o dobro para pegar metade ou menos da metade”.

Os pescadores do Arroz, em consonância com a legislação, afirmaram que o defeso abrange o período de outubro a dezembro, totalizando três meses de proibição da captura. O caranguejo-uçá tem dois períodos de proibição: no período do defeso e em algumas fases lunares também.



De janeiro a março estão em época de acasalamento, a chamada andada do uçá. Entre abril e junho eles estão tapados. No período de julho a dezembro é quando os catadores percebem maior quantidade dessa espécie nos manguezais.

De maio a julho é o período considerado pelos pescadores do Arroz como “ruim de pegar. Dizemos por aqui que os meses em que não catamos o uçá são os que não possuem a letra R”.

Já os pescadores do Chavão concordam que são três meses de defeso, mas afirmam que esse período vai de janeiro a março. “De julho a dezembro o uçá está liberado”. Para eles, “a melhor época para catar uçá é de setembro a dezembro”.

Tilápia

A tilápia e a tainha são os peixes mais pescados. A tilápia é considerada uma espécie invasora pelos pescadores.

Por desovar o ano todo e desde pequena, então o ano todo tem ciclo e incidência dessa espécie no rio São João. A melhor época para pescá-la é no período quando a água do rio fica temperada (salobra). Esse período compreende os meses de julho a setembro. Segundo um pescador do Chavão “dia bom de tilápia é acima de 10kg”.

Tainha

A tainha desova junho a setembro e esses são os meses em que há maior quantidade dessa espécie, segundo os pescadores. Ela não aparece em outubro, novembro e dezembro e de janeiro a maio. Para os catadores do Chavão “dia bom de tainha é acima de 30kg. Quando tem muita tainha, pulam para dentro da canoa”.

Robalo

Os pescadores do Chavão mencionaram a pesca de duas espécies de robalo: o peva e o flecha.

“O flecha é o que mais tem. Se entrar bastante água salgada, entra mais peixe”, garante um pescador do Chavão. O robalo flecha desova de junho a agosto e o período de maior incidência é de setembro a janeiro e de fevereiro a março não o encontram no rio. O melhor período para a pesca dessa espécie vai de julho a janeiro. Dia bom, para os catadores, é quando pescam acima de 6kg.

A outra qualidade de robalo é o Peva que, segundo os pescadores, incide mais no mar e a sua dinâmica ao longo do ano é semelhante à do robalo flecha.

3.6 ESTRATÉGIAS DE CAPTURA

Guaiamum

A estratégia de captura de guaiamuns é realizada de forma bastante semelhante nas duas comunidades. A tática utilizada por esses pescadores envolve todo o processo de captura de guaiamuns que compreende navegar até os locais considerados mais apropriados, escolher as tocas, iscar as armadilhas, posicionar as armadilhas nas tocas selecionadas, recolher as armadilhas e amarrar os guaiamuns capturados.

Na maioria das vezes, a prática de pesca do guaiamum é realizada individualmente, mas também ocorre em dupla ou no máximo em quatro pessoas.

Apenas um dos pescadores da comunidade do Chavão, proprietário de oito embarcações, disse que além de realizar a atividade de pesca do guaiamum, também contrata pescadores para tal atividade. Ele faz as compras da semana e leva esses pescadores até o acampamento, retornando para buscá-los, conforme relato: “faz compra de rancho na segunda, leva todos e busca na quinta”.

Durante a semana, esses catadores dividem seu tempo realizando outras atividades relacionadas à pesca do guaiamum como catar, cevar (alimentar os guaiamuns capturados), comercializar e fazer a manutenção das embarcações e das armadilhas quando necessário. Ao todo, são dedicados em torno de doze horas por dia nesse conjunto de atividades.

De terça-feira à sexta-feira é o período da semana que destinam a captura, podendo ser feita indo e voltando todos os dias ou acampando durante determinado período no mato. A distância até os locais de captura muitas vezes é longa, por isso, acabam preferindo ficar acampados. Dessa forma, ao reduzirem o número de viagens, os pescadores diminuem, conseqüentemente, os gastos com combustível. Dessa forma, podem se dedicar inteiramente à atividade, seja apenas de captura de guaiamum, seja conciliando com a pesca de outras espécies. Nesses locais eles fazem as suas refeições, geralmente algum peixe pescado no dia, e descansam no período noturno.

Os acampamentos geralmente estão posicionados mais próximos à margem do rio, o que facilita a ancoragem dos barcos e também possibilita que o deslocamento possa ser realizado a pé em alguns locais, como mostrado na Figura 33.



Figura 33 - Pescador de guaiamum do Chavão se deslocando a pé em direção à área de captura do guaiamum.

Sábado e domingo é quando os catadores ficam focados em comercializar o guaiamum e segunda-feira é o dia em que eles procuram se manter livres para realizar outras atividades, incluindo tarefas domésticas e/ou familiares.

Antes de posicionar as armadilhas nos locais selecionados pelos pescadores é necessário preparar e colocar as iscas dentro de cada uma das ratoeiras para atrair o guaiamum. Segundo os catadores, as iscas utilizadas são frutas de cheiro forte como abacaxi, laranja, jenipapo e jaca. No período da tapada (momento em que o guaiamum tapa o buraco com lama e folhas para o seu crescimento e formação da carapaça) é mais fácil capturar com folha de árvore do próprio mangue ao invés da fruta, porque, segundo os catadores, os guaiamuns reúnem as folhas para tapar as tocas.

De acordo com a legislação vigente (Portaria Interministerial n. 38/2018) o guaiamum só pode ser capturado caso seja macho e possua, no mínimo, sete centímetros de largura da carapaça, sendo a medida tomada sobre o dorso do corpo, considerada a maior distância, de uma margem lateral à outra.

Para atender as exigências, os pescadores também possuem uma estratégia que facilita essa distinção. É possível saber se o guaiamum é macho ou fêmea, grande ou pequeno, por meio da observação de suas fezes no entorno da toca. Segundo os catadores, as fezes do macho são pretas e das fêmeas marrons. A largura da toca também indica se o guaiamum possui o tamanho exigido (Figura 34 e Figura 35).

Figura 34 -
Tocas de guaiamum posicionadas próximas às áreas de sombra e de fonte de alimentação.





Figura 35 -
Fezes de guaiamum na entrada da toca indicando a existência da espécie e facilitando ao pescador a identificação do seu tamanho e gênero.

Fonte -
Eduardo Almeida

Os pescadores de ambas as comunidades relataram que os guaiamuns capturados são amarrados com tiras da casca do caule da embira (Figura 36). Essa planta possui fibras bastante resistentes e a espécie botânica provavelmente é *Hibiscus pernambucensis* (SILVEIRA; BUTI, 2020), conforme ilustrada na Figura 37. E, dessa forma, são transportados até o cativeiro ou vendidos, conforme relatos de alguns pescadores:

“A embira vira uma cordinha para amarrar o guaiamum. O embiral é muito forte e a gente amarra o guaiamum. A gente arranca a planta, coloca no Sol para murchar. Sai o líquido e ela fica muito forte.” (Pescador da comunidade do Chavão)

“Trago na mão, amarrado na embira que é um cipó fininho, levo para casa e solto no viveiro para cevar.” (Pescador da comunidade do Arroz)

Figura 36 -

Guaiamum amarrado na casca de embira (cipó) pronto para ser comercializado.


Fonte: Imagem cedida por um pescador de guaiamum da comunidade do Chavão.



Figura 37 -

Folha de embira. Vegetação comum nas áreas de captura de guaiamum.



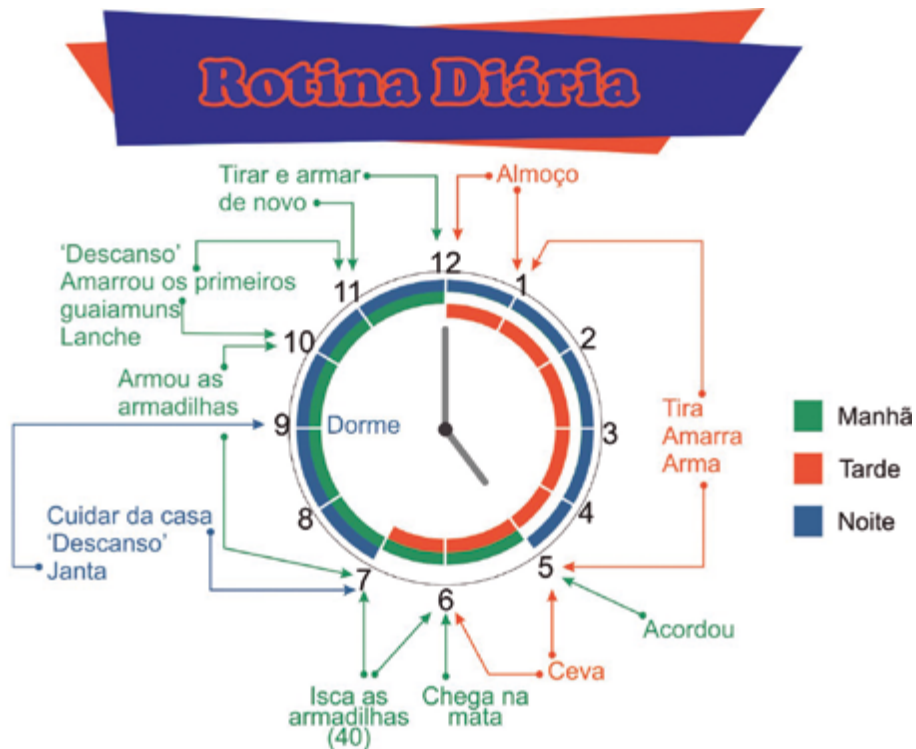


A rotina do catador começa bem cedo. Geralmente acordam por volta das 5 horas da manhã e às 6 horas já estão iniciando a atividade. Para chegar até o local escolhido eles se locomovem por meio de pequenas embarcações, usadas também para transportar as armadilhas em sacos de farinha. Ao chegarem, primeiramente, eles iscam as armadilhas e colocam nas tocas selecionadas. Em torno das 10 horas as armadilhas já estão todas posicionadas, faz-se uma pausa de mais ou menos 1 hora, retornando às 11 horas, recolhendo os guaiamuns capturados e posicionando as armadilhas novamente.

As 12 horas param para o almoço e retornam às 13 horas, refazendo os mesmos percurso e método de captura: recolhendo e amarrando os guaiamuns capturados; iscando e colocando mais armadilhas. Esse processo se estende até as 17 horas, o qual, por último, posicionam as armadilhas novamente iscadas para que as mesmas sejam recolhidas no dia seguinte. Alguns utilizam o período da tarde para pescar peixes no rio.

Chegam em suas residências por volta das 18 horas, soltam os guaiamuns no cativeiro, lavam e alimentam. Às 19 horas encerram a atividade e vão cuidar da casa, dos filhos, descansar e dormir. O levantamento dessas informações foi feito por meio da ferramenta “Rotina Diária” (Figura 38).

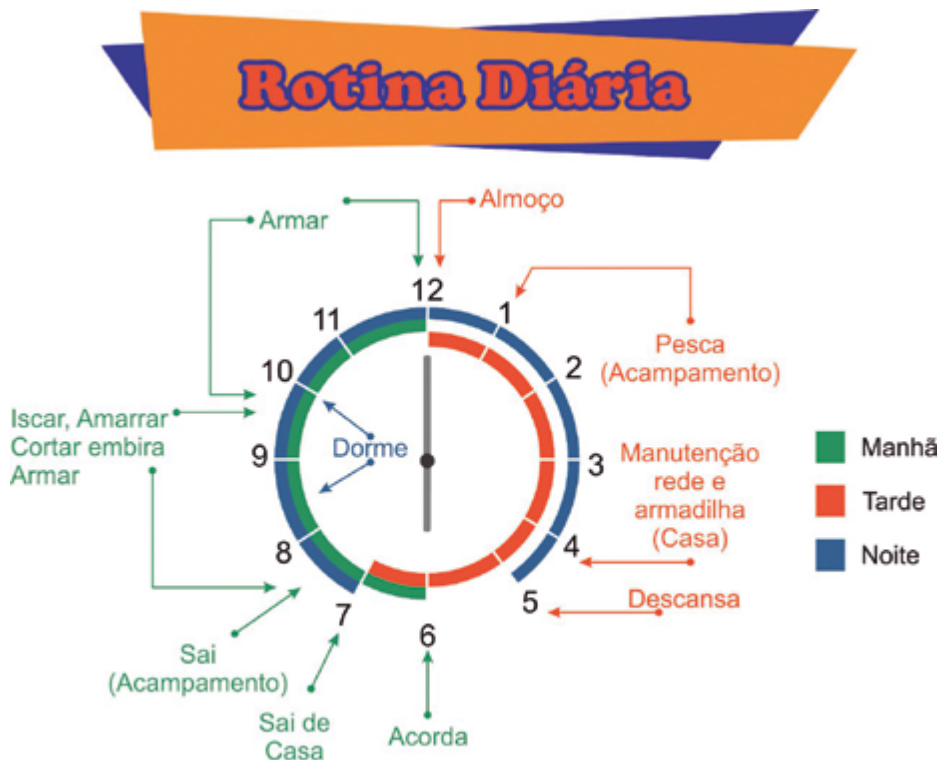
Figura 38 - Ferramenta “Rotina Diária” elaborada com os pescadores de guaiamum do Chavão.



Comunidade: Chavão - Cabo Frio
Participantes: 3 pescadores de Guaiamum

Embora as rotinas sejam bastante semelhantes, alguns catadores de guaiamum utilizam, em ambas as comunidades, o período da tarde para pescar no rio ao invés de armar novamente as ratoeiras (Figura 39).

Figura 39 - Ferramenta “Rotina Diária” elaborada com os pescadores de guaiamum da comunidade do Arroz.



Comunidade: Arroz - Casimiro de Abreu
 Participantes: 5 pescadores de guaiamum
 Local: Beira rio - Barra de São João
 Data: 23/08/2021

Três técnicas de captura foram condenadas pelos pescadores do Chavão como sendo práticas danosas ao meio ambiente e à espécie. Os pescadores dizem não utilizarem essas técnicas e apontam os catadores menos experientes e/ou catadores de outros locais (“de fora”) como quem faz o uso das mesmas.

Transporte em sacos com folhas

Segundo relatos da comunidade pesqueira do Chavão, a primeira técnica apontada como nociva à espécie é a de transportar os guaiamuns capturados dentro de sacos com folhas ou invés de amarrá-los na casca da embira. Dentro desses sacos eles acabam se machucando, perdendo partes do corpo e alguns chegam a morrer.

Queimadas

A segunda técnica considerada nociva tanto à espécie quanto ao meio ambiente é a prática de queimadas nos locais de captura para forçar os guaiamuns a saírem de suas tocas, conforme relatos dos pescadores desta comunidade:

“Nós, os mais antigos, queremos preservar o ambiente. O pessoal que veio para cá há uns cinco anos está trazendo mais pessoas e eles são arrasadores. Passam para devastar mesmo. Eles riscam o fogo para desmatar, para destampar o buraco do guaiamum. Quando tem embiral, eles tacam fogo para abrir o caminho” (Pescador do Chavão).

“Tem que se abaixar para catar, para não desmatar.”
(Pescadora do Chavão)


Também foi revelado que antigamente era realizada a queimada no Pasto do Búfalo, área mais alta da Ilha do Búfalo, mas essa prática não é mais realizada.

Apenas um pescador da comunidade do Chavão disse não se opor à prática de queimadas desde que a mesma seja realizada com responsabilidade. Ele se diz contrário às queimadas, e, mesmo não utilizando essa técnica há alguns anos, confessou que cabe abrir exceções não há mais opção, conforme relatou abaixo:

“Em alguns locais quando a gente queima, a vegetação se refaz melhor. Ela se renova, vindo frutos e frutas. Renovo, é bom também para as aves”(Pescador do Chavão).

Tapar a toca

A terceira e última técnica vista pela comunidade de catadores do Chavão como uma prática pouco sustentável é quando o catador, após retirar a captura da armadilha, tapa (tampa) a toca. Dessa forma, impede que outros guaiamuns ocupem aquele espaço ou até mesmo pode sufocar um outro guaiamum que possa também residir naquele buraco, conforme registrado nas falas abaixo:



“Em um buraco pegamos até três guaiamuns. Nós somos experientes. Tiramos a armadilha e limpamos o buraco para que outro venha. O armador inexperiente retira o bicho e fecha o buraco” (Pescador do Chavão).

“O melhor é retirar o guaiamum e deixar o buraco destapado. Se você tirar a armadilha e tapar, ele pode morrer porque ele fica sem oxigênio. Quando o guaiamum tapa ele sabe onde deixou buracos para respirar. Deixar a toca aberta também é bom porque pode vir outro e entrar no buraco” (Pescador do Chavão).

O número de armadilhas utilizadas por esses catadores em um dia de trabalho está entre 25 a 60 ratoeiras. Esse número, segundo eles, varia de acordo com as condições climáticas, pois elas interferem no tempo que o guaiamum demora para ser capturado nas armadilhas, conforme alguns relatos:

“Quando entra a temporada de vento e chuva, a ratoeira não pega muito bem. No frio o guaiamum demora para sair da toca.” (Pescador do Arroz).

“Chego cedo, armo 50 ratoeiras e dou um tempo mais prolongado no dia de frio. Num dia de sol e calor como hoje, 40 ou 50 minutos.” (Pescador do Chavão).

“Quando está calor eles ‘caem’ rápido na armadilha. Cerca de 1 hora ele já caiu. No inverno demora mais. A melhor época para catar é no verão. Ele se entoca gordo, fica 3 meses entocado e sai com muita fome. Ele cai rapidinho na armadilha.” (Pescador do Arroz).

“Colocar muitas ratoeiras as vezes atrapalha porque são muitas para controlar. As vezes tiramos até cinco guaiamuns de um buraco só.” (Pescador do Chavão).

Por conta disso, há diferença em relação ao tempo que os pescadores demoram para visitar as ratoeiras depois de armá-las. Em dias mais frios, como os guaiamuns demoram para serem capturados, a visita às ratoeiras é feita após algumas horas. No caso de dias quentes, em até mesmo menos de uma hora o guaiamum já está preso na armadilha.

Os pescadores do Chavão também fizeram comparações das estratégias de capturas passadas com as do presente. De acordo com o que disseram, a quantidade e qualidade dos guaiamuns diminuíram ao longo dos anos e/ou a espécie se deslocou para áreas menos populosas que sofrem menos interferências vizinhas e áreas que recebam menos influências dos descartes químicos e orgânicos. Por esses motivos, de acordo com as declarações dos catadores, hoje eles levam menos armadilhas e precisam navegar por mais tempo, indo mais longe à procura da sua caça, fazendo com que o trabalho fique mais cansativo e custoso por conta do combustível utilizado na navegação.

“A população do guaiamum diminuiu muito. Nos últimos anos diminuiu também o número de armadilhas. Eram 60 e hoje levo só 30.”
(Pescador do Chavão).

Muitos disseram que também pescam outras espécies nos intervalos da atividade de captura do guaiamum. As espécies citadas por eles incluem o caranguejo-uçá e peixes como tilápia, tainha e robalo dentre outros menos frequentes. A ferramenta “Matriz de Pesca” apresentada na Figura 40 ilustra as espécies citadas pelos pescadores do Chavão.

Figura 40 – Ferramenta “Matriz de Pesca” elaborada com os pescadores de guaiamum da comunidade do Chavão.

Matriz de Pesca

	Material	Pescadores	Tempo	Influência	Dia Bom	\$\$\$
 Guaiamum	Ratoeira Frutas e Folhas	50 - 60	Dia todo Objetivo	Temperatura Vento e Chuva	Depende da venda 2 ou 3 Dúzias	Unidade ou Dúzia R\$ 3,50* a R\$ 5,00** (A) R\$ 5,00** (Casa) R\$ 10,00***
 Uçá	Laço Ratoeira	4 Todos	Dia todo Maré	Maré	Verão 100% Inverno 50%	7 (corda) R\$ 25,00 a R\$ 30,00
 Tilápia	Arpão Rede 8/8 dados malha 60 mais fina	até 	?	Água bem temperada	+ 10 Kg	R\$ 15,00/Kg
 Tainha	Rede malha 45 mais fina	até 	?	Água temperada	30 Kg	R\$ 15,00/Kg
 Robalo	Linha	 ou 	Maré Ter peixe	Maré	5 a 6 Kg	R\$ 35,00/Kg

* Pequeno ** Médio ***Grande

Comunidade: Chavão

Local: Rede Observação Cabo Frio - Sede Chavão

Data: 28/06/2021

Participantes:

20 pescadores de guaiamum

2 representantes do Rede Observação Cabo Frio

Caranguejo-uçá

A estratégia utilizada para capturar o caranguejo-uçá, embora também leve o dia inteiro, é diferente da técnica de captura do guaiamum.

O material utilizado é o “laço¹⁷” (armadilha feita de fitilhos) e compreende posicioná-lo na entrada da toca e o caranguejo-uçá é estimulado a sair devido as folhas da vegetação nativa (Figura 41). Ao tentar sair, acaba se emaranhando na armadilha, ficando preso até ser coletado pelo catador, conforme retratado na Figura 42.

¹⁷ “Laço” é o nome atribuído pela comunidade ao petrecho “redinha” que, inclusive, é considerado predatório.

Figura 41 -
Estratégia do laço
fixado na toca
para a captura de
caranguejo-uçá.



Figura 42 -
Fêmea de
caranguejo-uçá
capturada por
um laço em um
manguezal do
fundo da Baía de
Guanabara.

Fonte: Karina
Maciel




Peixes

A pesca de tilápia e tainha são realizadas individualmente, em dupla ou trio. Os pescadores dedicam o dia inteiro ou parte do dia, pois conciliam com a captura de guaiamum, conforme explicado por um pescador do Chavão: *“Armamos as ratoeiras e pescamos nos intervalos. As atividades são simultâneas”*.

O que mais interfere é a condição da água: quanto mais *“temperada”¹⁸*, melhor, principalmente no caso da tilápia. O tempo de pesca varia muito, porque é necessário, primeiramente, encontrar onde os peixes estão localizados ao longo

¹⁸ “Temperada” é a água do rio salinizada pela água do mar.



do rio para daí iniciar a pescaria em si. “O peixe é uma procura”, afirmou um dos pescadores do Chavão.

Já para a pesca de robalo, o pescador vai sozinho ou com mais alguém. O tempo depende da maré, sendo essa a maior influência para a captura desse peixe. “O tempo de pesca varia porque varia a maré. Tem hora de saída, mas não tem hora de voltar”, explicou um dos pescadores do Chavão.

3.7 MATERIAL DE CAPTURA

O material de captura refere-se aos utensílios necessários para execução de qualquer atividade ligada à caça de animais.

Para que os pescadores realizem a atividade de pesca do guaiamum, além de pôr em prática estratégias que facilitem a captura, é necessário também o uso de petrechos que auxiliem a caçada da espécie.

Em ambas as comunidades o petrecho utilizado para a atividade é o que chamam de ratoeiras: armadilhas confeccionadas pelos próprios pescadores montadas de forma a aprisionar o guaiamum, funcionando como um facilitador na captura da espécie. Curiosamente, pescadores do estuário de Mamanguape, na Paraíba, relataram que a ratoeira é uma técnica introduzida nas décadas de 50 ou 60 e teve como base as armadilhas de madeira confeccionadas para capturar gambás (*Didelphis sp.*) (TAKAHASHI; NISHIDA, 2018).

De acordo com os pescadores da comunidade do Arroz, na década de 80 as armadilhas eram feitas de madeira e depois foram substituídas por latas de óleo na década de 90. E, no final dos anos 90 surgiu o PVC. Com o PVC o petrecho ficou mais leve, facilitando o transporte e o manuseio dos pescadores, conforme falas de um pescador do Arroz: “O PVC surgiu no final da década de 90, ano 2000. Essa armadilha de PVC que usamos hoje é uma invenção que trouxeram do Norte.”

“Quando vieram essas armadilhas do Norte, mais leves e mais práticas é que a quantidade de guaiamum capturado aumentou, porque aumentamos o número de armadilhas.”

"Com as armadilhas mais leves, de 10 passamos a levar mais, umas trinta, trinta e cinco armadilhas."

Embora já tenham utilizado armadilhas de madeira, atualmente as armadilhas usadas são feitas de cano de PVC, pedaço de madeira, tiras de borracha e arames, conforme ilustra a Figura 43. A captura utilizando a ratoeira está de acordo com a Instrução Normativa n. 90/2006 e a Portaria Interministerial n. 38/2018.

Figura 43 -
Ratoeira
confeccionada
com cano de PVC,
petrecho utilizado
na captura do
guaiamum.

Fonte -
Eduardo Almeida.



A Figura 44 retrata o momento em que o guaiamum foi retirado da ratoeira:

Figura 44 -
Guaiamum
capturado por
um pescador do
Chavão por meio
de uma armadilha
de PVC.



Os pescadores do Arroz e do Chavão disseram possuir suas próprias ratoeiras. Cada pescador leva a quantidade de armadilhas que considera suficiente para a caçada e esse número pode variar de 25 a 60 armadilhas. Elas são nomeadas ou marcadas e os demais colegas de atividade de pesca sabem reconhecer e respeitam os petrechos uns dos outros, conforme retratado na Figura 45.



Figura 45 - Ratoeira nomeada pelos pescadores de guaiamum do rio São João como forma de identificação do petrecho.

Em alguns casos, quando pescadores de outras localidades vem exercer a atividade de pesca do guaiamum no rio São João, acontece de algumas ratoeiras serem furtadas.

Outra ferramenta de captura mencionada pelos pescadores do Arroz, foi o gancho (vergalhão com uma dobra na extremidade). Segundo eles, o gancho é um material de captura antigo e hoje não é mais permitido o seu uso, pois a mesma

é nociva ao mangue. “Antigamente os guaiamuns eram capturados no gancho. Há uns 30 anos era assim. Hoje não tem mais quantidade de guaiamum para isso e essa prática depreda o mangue”, afirmou um pescador do Arroz.

Segundo os pescadores das duas localidades, é comum que os pescadores de outros locais estejam em busca do caranguejo-uçá, que, para capturá-lo é utilizado outro tipo de petrecho. A fala do pescador do Chavão evidencia essa preferência: “Quem mais cata guaiamum aqui é o pessoal local mesmo. O pessoal de fora vem atrás do caranguejo. Pessoal de fora usa laço”.

A captura do caranguejo-uçá por meio do laço também se configura em uma atividade de pesca comum para parte dos pescadores de guaiamum.

A confecção do material de captura é feita por eles mesmos com fitilhos de sacos, geralmente de farelos. Primeiro cortam o saco e separam de 20 a 22 fitilhos (Figura 46).

Em seguida, dão um nó nas duas pontas e enrolam as pontas com gravetos que são posicionados de um lado a outro, à frente da toca do caranguejo-uçá (Figura 47).

Figura 46 -
Pescador do Chavão retirando os fitilhos do saco de farinha para a confecção do “laço”.





Figura 47 -
Fitolhos com os gravetos presos em suas pontas para fixar a armadilha na abertura da toca do caranguejo-uçá.

Os catadores colocam folhas para atrair a espécie que, ao sair da toca em busca do alimento, fica emaranhada nos fitilhos e por fim capturada.

Cada laço captura um só caranguejo-uçá assim como a ratoeira, mas a ratoeira pode ser reutilizada muitas vezes. Já o laço se deteriora rapidamente.

Além da atividade de captura do guaiamum e do caranguejo-uçá, os pescadores das duas comunidades também praticam a atividade de pesca de outras espécies como robalo, tucunaré, tilápia e tainha. Tilápia e tainha são as espécies mais pescadas por eles e o petrecho utilizado é a rede de malha. O robalo é pescado utilizando linha de mão, anzol e molinete e o tucunaré é capturado com molinete.

3.8 BENEFICIAMENTO

Beneficiamento de um produto ou, como nesse caso, de um alimento, visa conservar, transformar, aperfeiçoar e melhorar a sua aparência, agregando valor ao mesmo e dessa forma tornando o preço final de comercialização mais vantajoso.

Nas comunidades do Chavão e do Arroz a preservação e o beneficiamento do guaiamum são feitos da mesma maneira. Os guaiamuns capturados são mantidos em viveiros ou como eles costumam chamar, cativeiros. Nesses locais eles são lavados e alimentados diariamente, conforme a fala de uma pescadora do Arroz: *“Lavo os guaiamuns todo dia. Eles ficam limpinhos.”*

Cada pescador possui o seu próprio cativeiro em sua residência. O cativeiro é um local simples e arejado que, segundo os pescadores, tem em média 4 metros de comprimento por 1,2 metro de largura e cabem em torno de 10 dúzias de guaiamuns. Alguns viveiros são locais improvisados pelos catadores que aproveitam a reutilização de objetos em desuso como carcaças de eletrodomésticos ou caixas d'água.

Alguns viveiros são construídos no próprio quintal de casa. Esses locais de alvenaria são equipados com prateleiras feitas com caixotes de madeira, conforme mostra a Figura 48. Os guaiamuns não podem ficar próximo a terra, como explica um pescador do Chavão: *“Nesses cativeiros tem prateleiras. Eles não podem ficar no chão senão eles cavam e vão embora.”*

Figura 48 -
Viveiro dos guaiamuns na residência de um pescador da comunidade do Chavão.

Fonte -
Imagem cedida por um pescador de guaiamum da comunidade do Chavão



Os pescadores do Chavão comentaram que não é possível misturar as fêmeas e machos no mesmo viveiro porque senão os guaiamuns machos acabam brigando, se deprestando e matando as fêmeas.

Dentro desses locais de armazenamento os guaiamuns são alimentados diariamente pelos pescadores. Essa prática é o que eles chamam de *ceva* e tem como objetivo engordar os guaiamuns e torná-los mais saborosos e, portanto, melhor valorizados. De acordo com a fala de uma pescadora do Arroz: *“A ceva agrega valor. A gente engorda ele. Fica mais gostoso e mais caro.”*

A ceva pode durar até três meses e durante esse período os guaiamuns são alimentados com milho, coco e cascas de frutas, conforme relatos abaixo:

“Alimentamos com milho. A ceva. O milho deixa ele mais saboroso. O macho pode ficar cevando até dois meses para engordar. A fêmea em quinze dias já está boa para venda.”(Pescador do Chavão).

“A ceva pode durar até três meses. São lavados e alimentados todos os dias. Se alimentam de coco, milho e cascas de frutas.”
(Pescador do Arroz).

“A ceva pode durar até três meses. São lavados e alimentados todos os dias. Se alimentam de coco, milho e cascas de frutas.”
(Pescador do Arroz).

A Figura 49 ilustra os guaiamuns no cativeiro se alimentando de milho e com acesso a pequenos reservatórios de água.



Figura 49 - Guaiamuns sendo cevados com milho na residência de um pescador da comunidade do Chavão.

Fonte - Imagem cedida por um pescador de guaiamum do Chavão.

Vale ressaltar que a participação das mulheres, de ambas as comunidades, é bastante expressiva na atividade de pesca do guaiamum. Mesmo aquelas que não realizam a prática de captura, na maioria das vezes são elas que ficam à frente da ceva e da comercialização. “Aqui no Chavão temos cinco mulheres que são catadoras. Outras mulheres que não catam, cuidam do viveiro e vendem também. Faço a ceva (engorda com milho) e cuido do viveiro”, explicou uma das pescadoras do Chavão.

3.9 COMERCIALIZAÇÃO

O ato de comercializar compreende o processo de vender um produto ou serviço até chegar ao consumidor final. Nesse caso, o produto é o guaiamum e a sua venda pode ser classificada como direta: quando o produto é repassado diretamente ao consumidor, ou indireta: quando o produto é repassado a um cliente e o mesmo realiza a revenda.

Guaiamum

A venda direta, por ser praticada sem intermediários, ocorre quando o pescador negocia e vende diretamente para o seu cliente, seja ele morador, turista ou proprietários de restaurantes e bares da região. Há os “*clientes certos*”, já habituados a comprar com determinado pescador e há a estratégia, praticada por alguns, de fixar uma placa na porta de casa anunciando os guaiamuns. Essa modalidade de venda é realizada por pescadores do Arroz e do Chavão.

O cliente é recebido em casa. Os pescadores possuem o cativeiro, portanto, conservam e beneficiam o guaiamum em suas residências por conta própria, como dito por um pescador do Arroz: “*Vendemos em casa. Fazemos a ceva e deixamos o guaiamum em casa crescendo*”. Embora os homens também participem, as mulheres costumam ficar mais à frente dessas atividades, tanto da ceva quanto no atendimento ao cliente.

O guaiamum pode ser vendido por dúzia ou unidade. “*Em casa vende-se a dúzia dos médios ou unidade dos grandes*”, comentou um pescador do Chavão. Uma das vantagens da venda direta é que o cliente pode visitar a ceva e escolher os guaiamuns que quer comprar.

Os catadores do Chavão relataram que vendem o guaiamum também para proprietários de restaurantes e bares locais que revendem para os seus clientes.

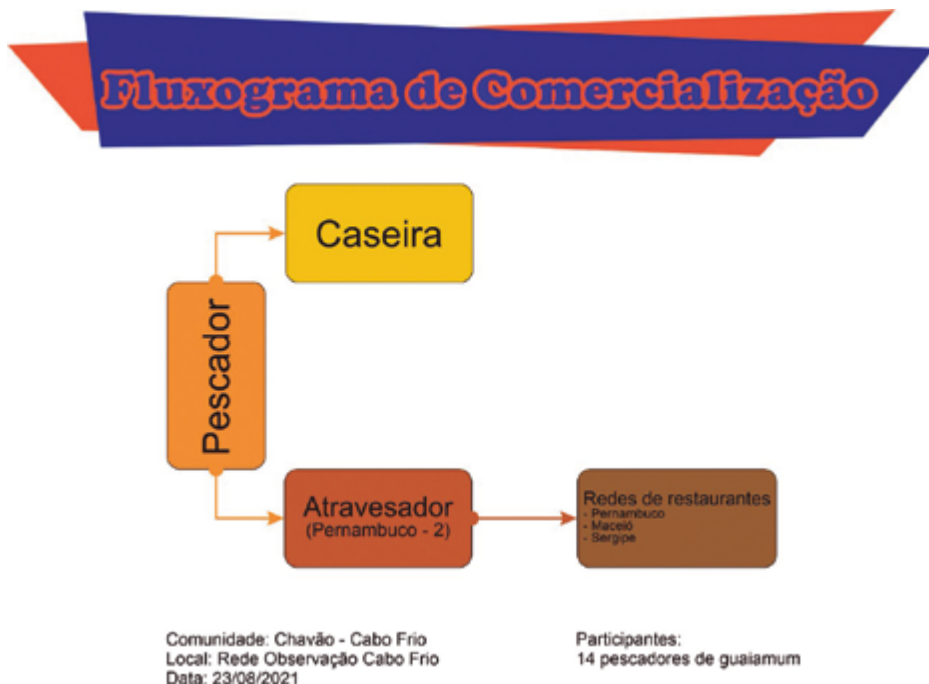
Outra estratégia de comercialização, mais comum na comunidade do Arroz do que no Chavão, é a venda de guaiamum e de caranguejo-uçá na beira da estrada, ou em praias da região. “*Vendo em casa e vendo na pista também, vendo em*

Araruama, na Praia Linda ou na beira da pista”, explicou um pescador do Arroz.

Parte dos pescadores do Chavão vendem os guaiamuns para atravessadores de Pernambuco, cuja relação com um deles foi iniciada em 1992, e geralmente entregam a mercadoria quinzenalmente. Esses atravessadores levam os guaiamuns para abastecer uma rede de restaurantes de Pernambuco, especialmente localizados na sua capital, Recife, e também em Sergipe. A quantidade vendida para o atravessador é maior do que a quantidade vendida para clientes pontuais, conforme relata um pescador local: *“Para vender em casa duas ou três dúzias está bom e cem unidades para quem trabalha com atravessador. De 15 em 15 dias entregamos os guaiamuns ao atravessador que normalmente é o mesmo.”*

A ferramenta “Fluxograma de Comercialização” (Figura 50) elaborada pelos pescadores de guaiamum do Chavão ilustra a comercialização praticada nessa comunidade.

Figura 50 – Ferramenta “Fluxograma de Comercialização” elaborada pelos pescadores de guaiamum do Chavão.



Os catadores de guaiamum da comunidade do Arroz afirmaram que não praticam a venda para atravessadores: *“Aqui no Arroz nós não vendemos para atravessadores.”*

Na comunidade do Chavão foi informado que possui um catador mais experiente, proprietário de alguns barcos, que realiza a atividade de pesca liderando os pescadores menos experientes na captura. Ele realiza as compras da semana para abastecer o acampamento, acompanha e realiza também a captura e por fim compra os guaiamuns capturados. Esse catador mais antigo no Chavão paga por unidade já descontando as despesas rateadas em comum acordo por todos.


Alguns pescadores, mesmo os que possuem barcos, mas que não possuem viveiros para conservar e beneficiar o guaiamum, optam por entregar a captura a esse pescador, recebendo um valor menor. Por outro lado, se eximem da responsabilidade de cuidar dos guaiamuns trabalhando diariamente na ceva e o ônus de sofrer ocasionais perdas.

“É mais fácil para muitos catadores. Não tem que cevar, não tem que se preocupar com guaiamum depredado. É só catar e pronto.”
(Pescador do Chavão).

O referido pescador que agrupa quantidades maiores de guaiamum, seja por meio dos pescadores liderados por ele ou pelos adquiridos de outros pescadores da comunidade é o único que possui nota fiscal, essencial para realizar a venda ao atravessador.

O valor praticado pelos pescadores das duas comunidades pode variar. Principalmente, a qualidade e o tamanho influenciam no preço, conforme relatos:

“Vendemos a dúzia a 80 ou 100 Reais. Lavo os guaiamuns todos os dias. Eles ficam limpinhos e os clientes gostam de escolher.”
(Pescador do Chavão).



"O preço de venda varia. Quanto maior, mais caro. Uma média de 50 ou 60 Reais a dúzia. Dependendo do tamanho, se for dos grandes, pode chegar a 100 Reais a dúzia." (Pescador do Arroz).

"Em casa vendemos a dúzia dos médios a 50 Reais ou 10 Reais a unidade." (Pescador do Arroz).

"Donos de restaurantes vem até nós. Um guaiamum de 500g vendemos a 10 Reais." (Pescador do Chavão).

A sazonalidade influencia no volume e algumas vezes, a depender da demanda, também no preço. Segundo os pescadores, é no verão e no período de férias que eles mais faturam com a venda do guaiamum, conforme a fala destacada de uma pescadora do Arroz: *"Janeiro e fevereiro é quando a gente mais ganha. Tem mais comprador, mais festas, férias e mais turistas"*.

Quando a venda é realizada para atravessadores, o guaiamum é vendido por unidade e o preço da venda paga por eles geralmente é menor do que o preço praticado a donos de restaurantes e consumidores locais. *"Para atravessador o preço cai, varia de 3,50 a 5,00 Reais a unidade a depender do tamanho"*, afirmou um dos pescadores do Chavão.

Conforme falado por pescadores do Chavão, em 1992 o atravessador chegou disposto a comprar os guaiamuns capturados pelos pescadores locais. Ele se equipou com barcos e motores e *"colocou pessoas para trabalharem para ele"*. Custeava todas as despesas dos barcos, dos acampamentos, dos petrechos e tudo mais que fosse necessário para realizar a atividade de pesca do guaiamum.

Ele tinha um sócio que ficava à frente da comercialização dos guaiamuns em Pernambuco, mas, com o rompimento da sociedade anos depois, ele precisou assumir o mercado. A partir desse momento o preço pago pelo guaiamum aumentou, mas, por outro lado, todas as despesas que antes eram pagas pelo Japonês passaram a ser do catador.

Segundo os pescadores do Chavão, a maioria vende os guaiamuns capturados a este atravessador que, atualmente não realiza mais a negociação com esses pescadores, mas por meio de outros atravessadores.

Nem sempre esses pescadores ficam satisfeitos com o valor pago mas, segundo eles, *“muitas vezes nos submetemos ao atravessador porque caiu muito a quantidade e a qualidade. O padrão de guaiamum de alguns é diferente de outros. A gente se submete ao valor que eles querem pagar. É a chance de salvar um dinheiro no mês”* (Pescador do Chavão).


Por fim, conclui-se que o guaiamum é vendido a um preço entre 3,50 a 10 Reais a unidade e 50 a 100 Reais a dúzia, a depender da qualidade, tamanho, sazonalidade e quantidade por cliente. Também foi mencionado que o guaiamum cevado pode valer mais, pois, por ele ser alimentado geralmente com milho, isso influencia positivamente no seu sabor.

Em todos os casos, venda direta (cliente) ou indireta (atravessadores), o pagamento é feito à vista. Inclusive, segundo os pescadores, este é um dos pontos positivos de se trabalhar com a pesca e venda de guaiamuns. *“O bom é que o dinheiro vem rápido. Não ganha muito, mas vende”*, afirmou um pescador do Chavão.

Caranguejo-uçá e peixes

Outras atividades de pesca também são realizadas pela maioria dos catadores de guaiamum das comunidades do Chavão e do Arroz. A captura do caranguejo-uçá e a pesca de espécies como tilápia, tainha e robalo estão presentes na rotina desses pescadores. Essas espécies apontadas por eles como as mais presentes no rio São João também são comercializadas.

Os pescadores das duas comunidades relataram de maneira bastante semelhante a forma de comercialização e o preço praticado na venda do caranguejo-uçá.



Segundo um pescador do Arroz *“o uçá é o mais procurado na pista, na pista vende mais caranguejo”*. Ou seja, a forma de venda é direta: o produto é negociado e comercializado entre pescador e cliente final.

“O uçá se vende na corda. Pode vir 7, 8 ou 9 na corda que é vendida a 25,00 ou 30,00 Reais”, revelou um pescador do Chavão. No Arroz, o uçá é comercializado também na corda, contendo sete unidades. A corda é comercializada entre 25 e 30 Reais nessa comunidade.

A sazonalidade também influencia no preço praticado na venda do uçá, conforme relato de um catador do Chavão: *“No período da andata todo mundo pega e acabam vendendo mais barato.”* Outra influência relevante, principalmente ao que tange a quantidade de uçá a ser vendido, é a época do ano. Nos meses de verão o consumo de caranguejo aumenta, principalmente por causa das férias e pela chegada de turistas. *“No verão tem demanda boa de caranguejo. De 150 a 200 por dia”*, comentou um pescador do Arroz.

As outras espécies citadas por esses pescadores são capturadas para consumo próprio, para a venda na praia ou para amigos e vizinhos. A tilápia e a tainha são vendidas a 15 Reais o quilo e o robalo a 35 Reais o quilo, conforme ilustra a Figura 40.

3.10 RENDA E PLURIATIVIDADE

A atividade de pesca do guaiamum corresponde a cerca de 50% da renda familiar, segundo os pescadores da comunidade do Chavão (Figura 14). A outra metade da renda familiar advém, a maior parte, de atividades de pesca de outras espécies, conforme explicado por alguns pescadores:

“No meu dia eu consigo fazer outras atividades. Tem vezes que deixo as armadilhas para o guaiamum, cato caranguejo e ainda pesco.”
(Pescador do Chavão).

“As atividades de pesca se misturam. Armamos as ratoeiras e pescamos nos intervalos. As atividades são simultâneas.”
(Pescador do Chavão).

Já no caso dos pescadores do Arroz, a renda familiar é majoritariamente advinda da comercialização de guaiamum, embora também complementem a renda a partir de outras fontes.

Em relação aos valores praticados, para os pescadores do Chavão, de modo geral, os melhores dias de trabalho são aqueles onde chegam a 100 guaiamuns capturados e os dias ruins, 24. Com base nessas quantidades, segue uma estimativa em relação a renda que os pescadores podem alcançar em um dia de trabalho, caso vendam todos os guaiamuns, conforme a variação no preço de venda praticado (Tabela 5):

Tabela 5 - Diferentes cenários de estimativa de renda diária de pescadores do Chavão a partir da venda do guaiamum.

Comunidade do Chavão			
Captura/dia	Valor praticado		
	Atravessador		Cliente
	R\$ 3,5 (P)	R\$5,00 (M)	R\$ 10,00 (G)
24 guaiamuns/dia	R\$ 84,00	R\$ 120,00	R\$ 240,00
100 guaiamuns/dia	R\$ 350,00	R\$ 500,00	R\$ 1.000,00

P: Pequeno; M: Médio; G: Grande

Já os pescadores do Arroz consideram um “dia bom” aquele onde a captura chega a 40 unidades de guaiamum e, neste caso, a renda diária pode variar da seguinte forma (Tabela 6):

Tabela 6 - Diferentes cenários de estimativa de renda diária de pescadores do Arroz a partir da venda do guaiamum.

Comunidade do Arroz			
Captura/dia	Valor praticado		
	Clientes		R\$ 10,00/unidade
	R\$ 50,00/dúzia	R\$ 100,00/dúzia	
40 guaimuns/dia*	R\$ 167,00	R\$ 334,00	R\$ 400,00
			* "Dia bom"

Um estudo realizado com pescadores do município de Mucuri, Bahia, revela que os guaiamuns eram comercializados nos valores entre US\$ 1,60 e US\$ 3,20¹⁹ cada, a depender do tamanho. A renda mensal desses pescadores variava entre US\$ 230 e US\$ 650²⁰ ao longo do ano (FIRMO et al, 2012).

Além do guaiamum, as espécies de maior incidência no rio São João que complementam a renda dos pescadores dessas comunidades, citadas por eles, são o caranguejo-uçá, tainha, tilápia, robalo (flecha e peva), tucunaré, traíra, acará e bagre.

Além das atividades ligadas a pesca, alguns pescadores também realizam serviços na construção civil, agricultura, faxina e trabalhos esporádicos.

Porém, são atividades menos comuns na rotina desses catadores e muitas vezes realizadas como última opção.

¹⁹ Em 23 de maio de 2022 o dólar equivale a R\$ 4,81. Tendo esse valor como base de cálculo, os guaiamuns comercializados pelos pescadores de Mucuri oscilam entre R\$ 7,70 e R\$ 15.40.

²⁰ Em 23 de maio de 2022 o dólar equivale a R\$ 4,81. Tendo esse valor como base de cálculo, os guaiamuns comercializados pelos pescadores de Mucuri oscilam entre R\$ 7,70 e R\$ 15.40.

“A renda da gente vem do guaiamum e peixe. Não fazemos outra atividade. Só quando está muito ruim mesmo”. Neste mesmo sentido, um dos pescadores do Chavão também relata: “Eu abro mão de qualquer atividade para catar guaiamum. Eu prefiro”. (Pescador do Arroz).

Ainda que de fato realizem outras atividades, quem captura guaiamum considera essa como a sua fonte principal de renda, conforme evidencia a fala de um dos pescadores do Chavão: *“Aqui a gente vive do guaiamum. O resto é complemento. As vezes uma faxina, uma obra. Mas a renda principal vem do guaiamum.”*

3.11 INFRAESTRUTURA

Tudo aquilo que viabiliza a prática de uma atividade econômica necessita de uma infraestrutura mínima que dê suporte à realização da mesma. Ou seja, infraestrutura é uma série de benefícios que facilitam a execução de uma atividade e, por isso, promove a agregação de valor à prática exercida.

No caso dos pescadores das duas comunidades a infraestrutura utilizadas por eles é organizada e compartilhada por aqueles que ali exercem a atividade de pesca. Não há qualquer incentivo governamental ou institucional que facilite a atividade desses pescadores. Todo o suporte requerido para a atividade de captura do guaiamum é viabilizado pelos próprios catadores de maneira artesanal.

Não há estrutura para embarque e desembarque, assim como não há um local de apoio para realizar reparos nas embarcações. Os pescadores das duas comunidades atracam seus barcos em alguns locais na beira do rio, conforme ilustra Figura 51.



Figura 51 -
Embarcações
atracadas
no “portinho”
organizado pelos
pescadores.

Quanto aos locais que utilizam para realizar as refeições e descansar no período da noite também não há qualquer estrutura com condições confortáveis e adequadas. Os acampamentos não possuem energia elétrica e são montados e equipados pelos próprios pescadores, como mostra a Figura 52.



Figura 52 -
Acampamento de
pescadores de
guaíamum localizado
próximo à margem
do rio São João.

Em relação a conservação e beneficiamento do produto a estrutura disponível é viabilizada pelos catadores em suas residências que são os locais, geralmente improvisados, para o armazenamento e conservação do alimento, conforme ilustrado nas Figura 48 e Figura 49.

A comercialização também é feita pelos pescadores das comunidades do Arroz e do Chavão, não havendo uma infraestrutura que dê suporte a venda do produto, pois os guaiamuns são vendidos diretamente aos clientes em suas residências, nas beiras das estradas ou para atravessadores.

3.12 LEGISLAÇÃO


A legislação vigente que influencia diretamente na atividade de captura do guaiamum está apresentada a seguir. Também há a descrição do que foi levantado durante as diferentes ferramentas de diálogo aplicadas em campo junto aos pescadores do Chavão e Arroz e também nas entrevistas com representantes de instituições.

Considerando que manejo é *“todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas”* (BRASIL, 2000), os dois procedimentos mais comentados pelos pescadores de guaiamum das duas comunidades são: o defeso do guaiamum e a o plano de gestão local da atividade pesqueira do guaiamum.

• Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009 - “Lei da Pesca”

Conhecida como a *“Lei da Pesca”*, essa lei dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e regula as atividades pesqueiras (BRASIL, 2009).

Inicialmente, a lei define que a atividade pesqueira *“compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros”* (Art. 4º). Ainda, em seu parágrafo único, considera os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal como atividade pesqueira artesanal. Considerando as atividades desenvolvidas pelos pescadores do Arroz e do Chavão, está claro que eles se enquadram na atividade pesqueira conforme previsto na lei.



Os catadores de guaiamum de ambas as comunidades são definidos legalmente como *“pescadores comerciais artesanais”*. Essa modalidade de pesca é aquela *“praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte”* (Art. 8º).

A *“Lei da Pesca”* também estabelece, em seu Art. 10º, que a embarcação de pesca é aquela que opera, entre outras atividades citadas, no transporte do pescado. No caso dos catadores de guaiamum, a embarcação é utilizada tanto para o deslocamento até os locais de pesca quanto no transporte dos guaiamuns já capturados. Ainda, vale ressaltar, que parte significativa dos catadores também utilizam a embarcação para pescar, seja com rede ou linha.

Essa lei também estabelece a obrigatoriedade de que o pescador e a sua embarcação sejam inscritos no RGP. Essa inscrição é uma condição prévia para a obtenção e, em seguida, de concessão, permissão, autorização e licença relacionados ao exercício da atividade pesqueira.

A *“Lei da Pesca”* também apresenta a definição de defeso: *“a paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentais”* (Art.2º XIX). O defeso do guaiamum, conforme será detalhado mais adiante, é uma das principais questões reforçadas pelos pescadores. Todas as instituições que estabelecem uma relação próxima com eles estão cientes disso, como o ICMBio, a Fiperj, a Colônia de Pescadores Z-4 e o Projeto Rede Observação.

• Decreto nº. 8.425, de 31 de março de 2015 – “RGP”

Este decreto dispõe sobre os critérios para a inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP, deixando claro que esse é *“o instrumento prévio que habilita a pessoa física ou jurídica e a embarcação de pesca ao exercício da atividade pesqueira no Brasil”* (Art. 1º, § 1º) (BRASIL, 2015).

Ele esclarece que o responsável pela emissão da chamada “carteira de pesca”, ou RGP, é o órgão federal responsável pela atividade pesqueira. Atualmente essa responsabilidade é da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Em relação às embarcações, nenhuma, de ambas as comunidades, está regularizada junto à esta secretaria ou na Capitania dos Portos.

Todos os catadores de ambas as comunidades deveriam estar inscritos na categoria de pescador profissional artesanal. Uma parcela muito pequena dos pescadores do Chavão possui a carteira de pesca. Uma parte possui apenas o protocolo de entrada no processo para aquisição da carteira (alguns aguardam a carteira há muitos anos), outros estão dando entrada agora ou ainda não iniciaram o processo.

“Alguns estão na batalha para conseguir a documentação. Eu me cadastrei em 2010 e ainda estou com o protocolo” afirmou um dos pescadores do Chavão.


Os pescadores afirmam que com o protocolo já podem pescar, mas reclamam da qualidade desse documento, pois é demasiado simples.

A Colônia de Pesca Z-4, sua Capatazia alocada na Casa do Pescador (Barra de São João) e a Secretaria de Agricultura e Pesca de Cabo Frio estão trabalhando junto a alguns pescadores do Chavão no trâmite de cadastro de pescadores no RGP. Organizam, solicitam documentações, enviam para o órgão e acompanham todo o processo.

Tanto os pescadores como alguns dos representantes institucionais concordam que “RGP é uma demora danada” (Pescador do Arroz).

• Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000 – “SNUC”

Essa lei institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, conhecida como SNUC (BRASIL, 2000). A sua relação com os pescadores ocorre porque eles capturam guaiamum em unidades de conservação, seja na Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado ou no Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado.



Uma parte dos pescadores possui clareza de que atuam em áreas protegidas, cuja gestão se dá de forma diferenciada por órgãos ambientais e estão sujeitos a regulações específicas. Por isso, muito foi falado por pescadores de ambas as comunidades sobre a importância de que sejam instaladas placas informativas ao longo do rio e, sobretudo, na urgência de que haja uma fiscalização eficiente, de forma a inibir a captura de guaiamum de forma ilegal. Um dos pescadores do Chavão analisa: “A má gestão do local contribui para o esquecimento da nossa cultura”.

A gestão de unidades de conservação é realizada tendo como base o seu Plano de Manejo: *“documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade”* (Art. 2º XVII).

A APA da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado possui seu plano de manejo, publicado pela Portaria nº. 66 de 09 de setembro de 2008. Considerando que os Planos de Manejo são revisados periodicamente, o ICMBio, em entrevista, afirmou que *“a expectativa é que esse projeto [Projeto Guaiamum] venha complementar o Plano de Manejo”*. Ou seja, há a pretensão de que os dados levantados, os resultados das pesquisas e análises sejam levados em conta na hora da revisão do plano.

Embora saibam que por ser uma unidade de conservação a sua gestão seja diferenciada, em nenhum momento os pescadores citaram algo relacionado à existência de um documento que norteie essa gestão, sinalizando desconhecimento.

O Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado está em fase de elaboração do seu plano de manejo. O representante do parque, durante entrevista, mencionou o interesse em incluir sobre a temática da pesca de guaiamum no plano de manejo visando conservar a espécie: *“não sabemos que o guaiamum está mais ameaçado do que o mico”*, afirmou.

**• Portaria IBAMA nº. 82, de 16 de dezembro de 2003 –
“Pesca no rio São João”**

Essa portaria estabelece normas gerais para o exercício da pesca na bacia hidrográfica do rio São João, Estado do Rio de Janeiro (BRASIL, 2003).

Na região utilizada pelos pescadores do Arroz e do Chavão, é proibida a pesca com os seguintes petrechos: redes de espera, redes de arrasto, tarrafas, armadilhas tipo tapagem, pari, cercadas ou quaisquer aparelhos fixos e arpão (Art. 2º).


O Artigo 6º permite para a pesca amadora a captura de no máximo cinco exemplares por pescador exceto no caso de tucunaré, bagre africano, carpas e tilápias, sendo essa última comumente pescada por alguns pescadores do Chavão. Em relação aos petrechos, apenas é permitido o uso de linha de mão, caniço simples, caniço com molinete ou carretilha usando iscas naturais ou artificiais.

A Portaria n. 82 também permite a pesca de subsistência realizada apenas com linha de mão ou vara com linha de anzol, caniço com molinete, carretilha, usando iscas naturais ou artificiais (Art. 7º).

Os pescadores do Chavão afirmam que capturam tilápia e tainha com rede de malha. Para eles, a pesca no rio São João é totalmente proibida. Comentaram que há uma portaria a ser publicada revendo a proibição/liberação da pesca no rio, elaborada a partir de reuniões com os pescadores.

**• Portaria MMA nº 445, de 17 de dezembro de 2014 – “Proibição da
captura do guaiamum”**

Essa portaria classifica o guaiamum (*Cardisoma guanhumi*) como espécie criticamente em perigo na “Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos”. Por isso, o guaiamum passa a ser protegido de forma integral sendo proibida a sua captura, transporte, manejo e comercialização (BRASIL, 2014).



Essa portaria afeta diretamente todos os pescadores de guaiamum, pois torna ilegal a atividade que eles executam como meio de sustento, na maioria dos casos, há muitas décadas. Majoritariamente, os catadores de guaiamum de ambas as comunidades têm pleno conhecimento da proibição da sua atividade.

• Portaria nº 128, de 27 de abril de 2018 – “PRNG”

Essa portaria reconhece o guaiamum como passível de exploração, estudo ou pesquisa e estabelece as respectivas condições. Em síntese, determina que é preciso atender às medidas propostas no Plano de Recuperação Nacional do Guaiamum. Contudo, tal documento ainda não foi disponibilizado pelo governo federal (BRASIL, 2018).

• Portaria Interministerial nº. 38 de 26 de julho de 2018 – “PGL”

A portaria define quais são as regras para o uso sustentável do guaiamum e para a recuperação dos seus estoques (BRASIL, 2018).

Em seu texto estipula que 7cm de largura da carapaça é o tamanho mínimo para a captura e permite a pesca utilizando ratoeira ou de forma manual.

Um estudo realizado com pescadores de guaiamum de uma reserva extrativista no nordeste brasileiro constatou que em 200 indivíduos de guaiamum capturados, apenas quatro tinham a largura da carapaça medindo o mínimo de 7cm (JÚNIOR, 2019). Dessa forma, o estudo revela uma dificuldade por parte dos pescadores em cumprir os parâmetros estabelecidos e acaba sinalizando a importância de que gestores e conselhos de unidades de conservação, bem como outras instituições afins, direcionem esforços para a conscientização desses profissionais.

Parte dos pescadores do rio São João citaram o tamanho mínimo de forma equivocada, para menos. Ainda, deve-se levar em consideração que as carapaças são medidas por meio da quantidade de dedos do pescador, podendo, dessa forma, apresentar diferenças na medida feita por um e por outro.


A referida portaria também proíbe a captura, o transporte e a comercialização de fêmeas. Nos estados da região sudeste, também está proibida a captura *“durante os períodos de andada nos meses de abril a maio, anualmente, durante o prazo de sete dias corridos, contado do terceiro dia após o início das fases de lua nova e de lua cheia nesses meses”* (Art. 4º § 3).

No caso de áreas de unidades de conservação, como é o caso das áreas utilizadas pelos pescadores do Arroz e do Chavão, apenas é permitida a captura do guaiamum onde haja o PGL (Plano de Gestão Local da atividade pesqueira do guaiamum) *“formalmente instituído contendo uma análise prévia de viabilidade da pesca sustentável compatível com a recuperação da espécie”* (Art. 6º I).

O PGL consiste em um *“documento que estabelece diretrizes, medidas e recomendações para a conservação e a recuperação da espécie em unidade de conservação de uso sustentável ou área manejada, que define os limites espaciais destas áreas, consideradas as recomendações definidas no plano de recuperação nacional e promovidas as adaptações locais necessárias, e que poderá ser revisado periodicamente”* (Art.2º, III).

Além da portaria que estabelece o defeso do guaiamum (nº 53 de 30 de setembro de 2003), essa é a mais conhecida entre os pescadores entrevistados. Tal conhecimento se dá devido a participação no processo de elaboração da minuta do PGL, finalizado em março de 2020. Este processo foi e ainda é conduzido pelo ICMBio em parceria com a Fiperj, sendo a mobilização dos pescadores fomentada pelo Projeto Rede Observação.

Diante do cenário de proibição da captura de guaiamum, a Portaria nº 38 configura-se como um verdadeiro alento às pessoas cuja renda familiar depende da captura e comercialização dos guaiamuns. Nesse sentido, consiste em uma possibilidade de retirar os catadores da ilegalidade, permitindo que deem continuidade à realização da pesca de forma regulada e equilibrando a sustentabilidade da atividade com a conservação da espécie. Por isso, há tanto interesse por parte dos pescadores de ambas as comunidades de participarem das discussões e estudos relacionados à elaboração do PGL.



Atualmente o PGL elaborado de forma participativa encontra-se em fase de publicação junto ao ICMBio. A pretensão é de que essa minuta se torne um instrumento legal e que regularize o defeso do guaiamum. As representantes do Núcleo de Gestão Sócio Ambiental do ICMBio explicaram, em entrevista, que após a publicação, o PGL pode ser revisto se for o caso. Não é um problema alterar o documento se isso for garantir a melhoria do material publicado.

Por fim, cabe mencionar, que esse projeto - Projeto Guaiamum - tem como objetivo geral contribuir com a abordagem acadêmica, incluindo a participação dessas comunidades, na análise do PGL e propor, se for o caso, melhorias nas regras estabelecidas por ele. Portanto, todos os dados gerados durante a implementação do Projeto Guaiamum convergem para essa finalidade.

- **Portaria nº. 53, de 30 de setembro de 2003 –
“Defeso do Guaiamum”**

Essa portaria estabelece o período de defeso do guaiamum, proibindo tanto a sua captura como a manutenção em cativeiro, o transporte, o beneficiamento, a industrialização o armazenamento e a comercialização no período de 1º de outubro a 31 de março (BRASIL, 2003).

A questão do defeso é, sem dúvida, a mais falada pelos pescadores de ambas as comunidades. Eles afirmam que o período legalmente estipulado está errado e que não protege, de fato, a espécie. A maior reivindicação deles, há alguns anos, é justamente a revisão dessa portaria no que tange o período estabelecido para o defeso.

Para os pescadores do Arroz o período do defeso está errado e precisa ser revisto porque os guaiamuns estão sendo capturados durante o período de reprodução da espécie.

Os catadores do Arroz sugeriram duas alternativas de período para o defeso:

- De janeiro a junho (seis meses): o defeso abrangeria os períodos de reprodução, desova e engorda. Seria liberada a pesca no intervalo o qual os guaiamuns estariam tapando e destapando até o momento anterior ao início da reprodução.
- Defeso de seis meses divididos em dois períodos no ano: de janeiro a março, quando os guaiamuns estão se reproduzindo e desovando; e de julho a setembro, quando estão tapados.

Para os pescadores do Chavão o período do defeso estabelecido por meio da Portaria nº. 53 está errado e precisa ser revisto porque:

- a captura é liberada durante o período de reprodução e desova;
- libera a captura quando o guaiamum está tapado e fraco, sendo que o melhor momento para liberarem é em setembro quando começam a destapar;

Os pescadores do Chavão sugeriram o período de abril a setembro para o defeso do guaiamum. Ou seja, durante os meses em que os guaiamuns estão acasalando, desovando e tapando. O retorno à atividade se daria quando os guaiamuns começam a destapar, já crescidos.

A seguir, a Tabela 7 apresenta tanto o atual período de defeso do guaiamum conforme instituído por lei quanto as sugestões dadas pelos pescadores do Chavão e do Arroz.

Tabela 7 - Período de defeso do guaiamum previsto em lei e as sugestões apresentando os meses considerados ideais para o defeso segundo os pescadores do Chavão e do Arroz.

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Atual												
Chavão												
"Arroz Opção 1"												
"Arroz Opção 2"												

Por outro lado, alguns consideram que os guaiamuns não devem ser capturados logo que destapam, pois estão fracos e frágeis devido a recém troca do exoesqueleto. Contudo, destapar para capturar o guaiamum nesta fase é uma estratégia condenada por muitos pescadores.

Quando questionado, o representante da Colônia Z-22 comentou que considera como alternativa para assegurar a proteção ao guaiamum acrescentar mais dois meses de defeso. Se assim fosse, ele iniciaria em setembro e terminaria em abril.

Ainda sobre o período de reprodução, na visão dos pescadores do Chavão, as variações climáticas e alterações no ambiente influenciaram no ciclo da espécie, atrasando o período de desova em, pelo menos, dois meses. Essas alterações acabam influenciando diretamente na conservação da espécie visto que a obediência ao período de defeso pode prejudicar ainda mais a perpetuação dos guaiamuns.

Algo que merece ser mencionado é que alguns pescadores afirmaram que fazem o próprio defeso. Ao explicarem, dizem que acabam capturando na época do defeso visando garantir a preservação da espécie pois, para eles, o período de defeso não coaduna com a realidade do ciclo de vida dos guaiamuns. Apesar de ser uma desobediência à legislação, acreditam que agindo dessa forma estão beneficiando a espécie.

Atitude semelhante foi encontrada na comunidade de catadores de Mucuri (Bahia). Os que afirmaram pescar guaiamum no período de defeso tinham desconhecimento do período correto. Porém, eles capturariam ilegalmente de

qualquer forma porque o período não coincide com o que eles consideram ser a época adequada para a proteção da espécie: a postura dos ovos na região. Por conta disso, os pesquisadores reforçam a necessidade de incluir o conhecimento dos pescadores locais nos estudos regionais que visam determinar os períodos de defeso e de manejo mais adequados (FIRMO et al., 2012).

Por fim, mas não menos importante, em entrevista com representantes do Núcleo de Gestão Socioambiental do ICMBio foi esclarecido que há instrumentos para fazer acontecer alterações no defeso e consideram que os resultados das pesquisas no âmbito do Projeto Guaiamum podem contribuir nesse processo.


• Lei nº. 10.779 de 25 de novembro de 2003 e Lei n. 13.134 de 16 de junho de 2015

A Lei nº. 10.779/2003 dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal (BRASIL, 2003) e a Lei nº. 13.134/2015, entre outras questões, regula o Programa do Seguro-Desemprego, dispondo sobre o seguro desemprego para o pescador artesanal (BRASIL, 2015).

Em síntese, durante o período em que é proibida a captura do guaiamum, os catadores têm direito a receber o Seguro Desemprego do Pescador Artesanal – SDPA, popularmente conhecido como “*seguro-defeso*”, pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. O principal critério para esse recebimento é o exercício interupto atividade de forma artesanal ou em regime de economia familiar.

Esse benefício consiste no recebimento de um salário mínimo por mês, abrangendo os meses os quais o pescador está impedido de realizar a sua atividade, ou seja, durante o período de defeso.

Tanto os pescadores que estão regularizados quanto os que apenas tem o protocolo de abertura no processo para essa regularização enquanto pescador profissional artesanal tem direito ao recebimento do “*seguro-defeso*” (GOVERNO FEDERAL, 2019).



Em relação ao recebimento desse benefício, foi falado muitas vezes pelos pescadores que eles recebem apenas por cinco meses, quando o defeso do guaiamum abrange seis meses do ano. Não há entendimento de porquê durante um mês eles não recebem o salário mínimo e ao mesmo tempo estão impedidos legalmente de trabalhar na captura. *“Temos seis meses de defeso. Você só recebe cinco meses”*, afirma um pescador do Chavão.

A Colônia de Pescadores Z-4 informou que 25 pescadores cadastrados na instituição recebem pelo defeso do guaiamum.

- **Portaria nº. 52, de 30 de setembro de 2003 – “Defeso do Caranguejo-uçá”**

Essa portaria estabelece o período de defeso do caranguejo-uçá nos estados das regiões sul e sudeste, proibindo tanto a sua captura como a manutenção em cativeiro, o transporte, o beneficiamento, a industrialização o armazenamento e a comercialização nos seguintes períodos:

- 1º de outubro a 30 de novembro: machos e fêmeas;
- 1º a 31 de dezembro: somente para as fêmeas.

Também proíbe a captura, em qualquer época do ano, de fêmeas ovadas e de indivíduos cuja a de largura de carapaça seja inferior a 6cm (BRASIL, 2003).

Os pescadores do Arroz, em consonância com a legislação, afirmaram que o defeso abrange o período de outubro a dezembro, totalizando três meses de proibição da captura. Também citam a proibição da captura em algumas fases da lua.

Já os pescadores do Chavão concordam que são três meses de defeso, mas afirmam que esse período vai de janeiro a março. *“De julho a dezembro o uçá está liberado”*; *“A melhor época para catar uçá é de setembro a dezembro”*, afirmaram.

- **Lei nº. 12.651 de 25 de maio de 2012 e Lei nº. 12.727 de 17 de outubro de 2012**

Ambas as leis tratam do *“Novo Código Florestal”*, dispondo sobre a proteção da vegetação nativa, sendo que a Lei nº. 12.727/2012 altera alguns pontos da Lei nº. 12.651/2012 (BRASIL, 2012; BRASIL, 2012).

Parte dos pescadores do Chavão mencionaram sobre a importância de que as propriedades deixem parte da mata intacta, inclusive nas margens do rio. Para eles, a vegetação passou a ser mais preservada devido a essa exigência e notaram, inclusive, aumento de tocas de guaiamum em algumas localidades.

Um dos pescadores considera que essa melhoria tenha se dado a partir da publicação das leis de proteção à vegetação nativa, instituindo, por exemplo as reservas legais e delimitando as áreas de preservação permanente.

3.13 BOAS PRÁTICAS

As boas práticas aqui descritas são as atitudes individuais consideradas benéficas por contribuírem para a sustentabilidade da espécie, para manter ou melhorar a qualidade do ambiente ao qual ela está inserida ou, ao menos, para reduzir o sofrimento do animal capturado.

As ações que serão explicadas ao longo desse tópico foram implementadas por catadores de guaiamum motivadas por dois principais fatores: a convivência com pescadores mais experientes e/ou a própria capacidade de observação do pescador aliada ao seu conhecimento adquirido com a prática da atividade ao longo dos anos.

Durante as entrevistas junto aos pescadores do Arroz e do Chavão, uma série de boas práticas em relação à captura do guaiamum foram comentadas e serão citadas a seguir. Porém, cabe explicar que elas são praticadas por parte dos pescadores, não pela sua totalidade, pois depende do bom senso de cada um. *“A gente não quer apontar o dedo, mas tem catador que não sabe catar o bicho e preservar o ambiente”*, comentou um dos pescadores do Chavão.

Geralmente os mais experientes adotam esses comportamentos e os que não adotam são os *“de fora”* ou aqueles que receberam grandes demandas de guaiamum a serem atendidos em determinado espaço de tempo. Um pescador do Arroz chegou a comentar: *“Tem gente que vem catar aqui, não tem cuidado. Faz de qualquer jeito”*.

- **Cuidado ao armar e desarmar armadilhas**

Para muitos é importante ter cuidado na hora de armar ou recolher as armadilhas nas tocas. Atear fogo ou devastar em torno da toca são ações consideradas por essa maioria como prejudiciais. Dessa forma, a boa prática consiste em se abaixar, limpar a área cuidadosamente para colocar a armadilha. Na hora de retirá-la, é preciso limpar a toca e seus arredores para que outro guaiamum possa utilizá-la. Segundo eles, jamais deve-se fechar as tocas.

- **Priorizar as tocas abertas**

Há comentários de catadores que destapam as tocas dos guaiamuns enquanto eles estão reclusos para crescerem a partir da troca do seu exoesqueleto. É considerada uma boa prática entre os pescadores priorizar somente as tocas abertas.

- **Capturar guaiamum grande**

Os pescadores de ambas as comunidades afirmam reiteradamente que não se deve capturar o guaiamum considerado pequeno. Eles explicam que é preciso garantir que o animal tenha conseguido reproduzir algumas vezes antes de ser capturado. *“Então espero ele ficar maior para catar”*, afirmou um dos pescadores do Chavão. *“Só tira quando o guaiamum está grande”*, afirma outro pescador do Chavão.

A Portaria Interministerial nº 38 de 26 de julho de 2018 estabelece que o tamanho mínimo para a captura é de indivíduos com 7cm de largura de carapaça, como citado anteriormente. Ainda assim, destaca-se que a prática de não capturar o guaiamum considerado por eles pequeno é exercida desde antes da publicação dessa referida portaria (BRASIL, 2018).

- **Quantidade de guaiamum capturado**

Há uma forte crítica negativa por parte dos pescadores em relação aos catadores que capturam guaiamum desenfreadamente. Para alguns deles, a boa prática é observar a quantidade de guaiamum nas localidades e capturá-los com certa consciência. A fala desse pescador do Chavão representa bem essa lógica:

“Quando comecei a sentir ausência dos grandes passei a pescar em menor escala. Eu me adaptei porque tem lugares que só eu vou.”

- **Respeitar as áreas consideradas berçários**

Os pescadores locais e experientes afirmam que conhecem áreas as quais consideram ser um verdadeiro berçário para os guaiamuns. A boa prática é a de não realizar as capturas nessas localidades.

- **Laços**


Quanto à perda ou esquecimento do petrecho nas áreas de captura, o laço, utilizado na captura de caranguejo-uçá, é menos prejudicial ao ambiente do que a ratoeira porque se decompõe rapidamente. Os laços apodrecem em poucas semanas devido ao contato com a água.

Por outro lado, quando utilizado por pescador pouco experiente, o laço é prejudicial à espécie. O que ocorre é que costumam armar centenas de laços e depois não voltam para buscar ou esquecem onde os deixou. O caranguejo sai da toca, fica preso e morre no local. Ou seja: não foi capturado para ser vendido e dessa forma contribuir para a renda familiar do pescador, não sobreviveu para se reproduzir e dar continuidade à espécie e ainda morreu em sofrimento.

Neste sentido, as boas práticas incluem, principalmente memorizar quais os locais onde as armadilhas e laços são colocados; voltar para recolher os guaiamuns e caranguejos-uçás em um curto espaço de tempo e, no caso dos uçás, reduzir a quantidade de laços utilizados.

- **Respeitar a legislação e o “PGL”**

Ainda que seja um dever de qualquer cidadão agir em consonância com a legislação independente de qual seja, muitos pescadores frisaram que respeitar as leis que regem a captura do guaiamum é uma boa prática. Os dois principais pontos são: capturar apenas machos e capturar guaiamuns com carapaças com 7cm ou mais.



Embora a minuta do PGL ainda não esteja publicada, os pescadores consideram uma boa prática respeitar o que foi acordado durante as oficinas participativas que fundamentaram a elaboração desse documento. Capturar guaiamum respeitando o limite de 60 armadilhas por catador é um exemplo.

- **Apenas machos em cativeiro**

Uma boa prática comentada por alguns pescadores do Chavão é manter apenas guaiamuns machos nos cativeiros. Segundo eles, basta ter uma fêmea para que haja brigas entre eles e muitas vezes as fêmeas chegam a ser mortas.

- **“Acordo” sobre a captura de guaiamum de ambos os sexos**

Os pescadores do Chavão mencionaram diversas vezes sobre a permissão de capturar guaiamuns na proporção de 30% fêmeas e 70% machos durante a década de 80 e consideram essa proporção uma boa prática no que tange a perpetuação da espécie.

Para eles, de modo geral, essa atual proibição de capturar fêmeas *“desequilibra”* a espécie. Já observam que há muito mais fêmeas do que machos no ambiente. Segundo um desses pescadores do Chavão: *“hoje a gente tem um macho para cinquenta fêmeas”*. Em síntese acreditam que *“se a gente só puder catar macho vamos acabar extinguindo a espécie”*.

Contudo, é preciso ressaltar que essa *“normativa”* citada por eles nunca foi publicada: nada consta no Painel de Legislação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e no CEPSUL.

Por fim, o representante da Colônia de Pescadores Z-22 sugere que aumente o tamanho mínimo da carapaça para a captura dos machos, caso haja mesmo a percepção de que atualmente há menos fêmeas. Para ele, essa medida contribuiria para que houvesse mais ciclos reprodutivos. *“Se tá sobrando fêmea, aumenta a carapaça do macho”*, disse.

- **Monitoramento pesqueiro**

Alguns pescadores do Chavão enfatizaram em reunião com a comunidade sobre a importância de fornecer dados para o monitoramento pesqueiro realizado no âmbito do Projeto Guaiamum. Esse monitoramento começou em agosto de 2021 e busca coletar dados sobre toda a produção pesqueira realizada pelas comunidades do Arroz e do Chavão. Esses catadores explicam aos demais que essas informações vão contribuir diretamente na elaboração do PGL.

3.14 INSTITUIÇÕES/ATORES

As instituições apresentadas a seguir foram entrevistadas com o objetivo de compreender a interação que possuem ou não com os pescadores de guaiamum das comunidades do Arroz e do Chavão, a relevância de suas ações em relação à atividade de pesca e de que forma se relacionam.

Os critérios para a identificação dessas entidades foram:

- Ter interface com a comunidade de pescadores de guaiamum do Chavão e/ou do Arroz;
- Ter relação com a área de estudo: Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado e/ou Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado; e/ou
- Atuar no âmbito da atividade pesqueira.

As entidades selecionadas possuem área de abrangência nacional, estadual, regional ou municipal.

As duas comunidades, apesar de serem próximas geograficamente, estão localizadas em municípios diferentes, portanto suas representatividades institucionais na esfera municipal são distintas. Os pescadores dos Chavão são representados pelas instituições de Cabo Frio e os pescadores do Arroz pelas entidades de Casimiro de Abreu.

A seguir, uma síntese contendo os resultados das entrevistas no que tange a atuação das entidades junto às referidas comunidades pesqueiras (Tabela 8):

- Passado: a entidade já desenvolveu alguma atividade junto a essas comunidades ou uma delas;
- Presente: a instituição está atualmente realizando alguma atividade ou projeto junto a essas comunidades ou apenas uma delas;
- Futuro: a entidade planeja implementar atividades ou projetos voltados a essas comunidades de pescadores de guaiaum.

Tabela 8 - Atuação das instituições entrevistadas segundo o que foi abordado durante as entrevistas com os seus representantes.

Atuação junto às comunidades de pescadores artesanais de guaiaum do Chavão e /ou do Arroz			
Instituição	R\$ 50,00/dúzia	R\$ 100,00/dúzia	R\$ 10,00/unidade
ALA - Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João			
Capatazia da Colônia de Pescadores Z-04 e Associação dos Pescadores do Rio São João			
Colônia de Pescadores Z-22			
Colônia de Pescadores Z-4			
Comitê da Bacia Hidrográfica da Região dos Lagos - Rio São João			
FIPERJ			
ICMBio			
Projeto rede Observação			

Continuação tabela 8 -

Atuação junto às comunidades de pescadores artesanais de guaiaum do Chavão e /ou do Arroz			
Instituição	R\$ 50,00/dúzia	R\$ 100,00/dúzia	R\$ 10,00/unidade
Secr. de Agricultura e Pesca de Cabo Frio			
Secr. de Agricultura e Pesca de Casimiro de Abreu			
Secr. de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Casimiro de Abreu			
Secr. de Meio Ambiente e Saneamento de Cabo Frio/Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado			

Observa-se que das 13 entidades entrevistadas, oito afirmam que atualmente realizam alguma atividade junto às comunidades pesqueiras do Chavão e/ou do Arroz: ALA, Associação dos Pescadores do Rio São João, Colônia de Pescadores Z-4 e a sua Capatazia (Casa do Pescador), Comitê da Bacia Hidrográfica da Região dos Lagos - Rio São João, Fiperj, ICMBio, Projeto Rede Observação, Secretaria de Meio Ambiente e Saneamento de Cabo Frio e Secretaria de Agricultura e Pesca de Cabo Frio. Em relação a pretensão de desenvolver alguma atividade ou projeto com essas comunidades no futuro, apenas a Colônia de Pescadores Z-22 de Rio das Ostras e Casimiro de Abreu não manifestou interesse.

Os pescadores tiveram a oportunidade de expor o seu entendimento acerca da função das instituições ou atores mencionados por eles, sua importância em relação a pesca artesanal do guaiaum e também se estão de fato exercendo o seu papel no que tange essa atividade. Para tanto, foi utilizada a ferramenta denominada Diagrama de Venn visando facilitar essa reflexão, cuja interpretação obedece a seguinte lógica:

- Tamanho da bola: representa a importância da instituição ou do ator na visão dos participantes: quanto maior a bola, maior a importância.
- Localização da bola: representa a atuação da entidade ou ator na visão dos participantes: quanto mais próxima da "atividade de pesca do guaiaum", maior/melhor é a sua atuação.

Para facilitar o entendimento, apresentamos a seguir os resultados consolidados das análises realizadas por ambas as comunidades (Tabela 9.)

Tabela 9 - Avaliação consolidada realizada por pescadores das comunidades do Arroz e do Chavão conforme a importância (notas de 1 a 5, sendo que quanto maior a nota, maior a importância) e a atuação (notas de 1 a 5, sendo que quanto maior a nota, mais próxima da atividade de pesca de guaiamum está a atuação da instituição) traço não mencionada/avaliada).

N.	Instituições	Importância		Atuação	
		Arroz	Chavão	Arroz	Chavão
1	ALA	1	-	2	-
2	Ass. dos Pescadores do Rio São João	-	5	-	4
3	CBHLSJ	1	-	2	-
4	Colônia de Pescadores Z-4 de Cabo Frio	5	5	5	4
5	Colônia de Pescadores Z-22 de Rio das Ostras e Casimiro de Abreu	-	-	-	-
6	COPALICA	1	-	1	-
7	Faz. Carioca	5	5	5	4
8	Faz. Tosana	-	5	-	5
9	Fiperj	-	5	-	4
20	IBAMA	5	-	3	-
10	ICMBio	5	5	5	4
11	INEA	3	-	2	-
12	Parque Nat. Mun. do Mico-Leão-Dourado	-	5	-	3
13	Prefeitura de Cabo Frio (Secr. de Meio Amb. e Saneamento)	-	2	-	1
14	Prefeitura de Casimiro de Abreu (Secr. de Meio Amb. e Des. Sust.)	-	5	-	3
15	Proj. Guaiamum	5	5	5	5
16	Proj. Pescarte	2	-	3	-
17	Proj. Rede Observação	-	5	-	5
18	Secr. de Agr. e Pesca de Cabo Frio	-	-	-	-
19	Secr. de Agr. e Pesca de Casimiro de Abreu	4	-	5	-

Os pescadores do Chavão listaram 11 instituições/atores. Destas, apenas o Projeto Guaiamum e as fazendas Tosana, Carioca e Agrisa não foram entrevistadas. O resultado do Diagrama de Venn elaborado pelos pescadores do Chavão é apresentado a seguir (Figura 53):

Figura 53 - Diagrama de Venn elaborado a partir da perspectiva dos pescadores artesanais de guaiamum da comunidade do Chavão, mostrando as onze instituições analisadas por eles.



Entre todas as instituições ou atores mencionados pela comunidade do Chavão, apenas a Prefeitura de Cabo Frio foi considerada pouco importante. Todas as outras foram julgadas por eles como muito importantes para a atividade de pesca de guaiamum.

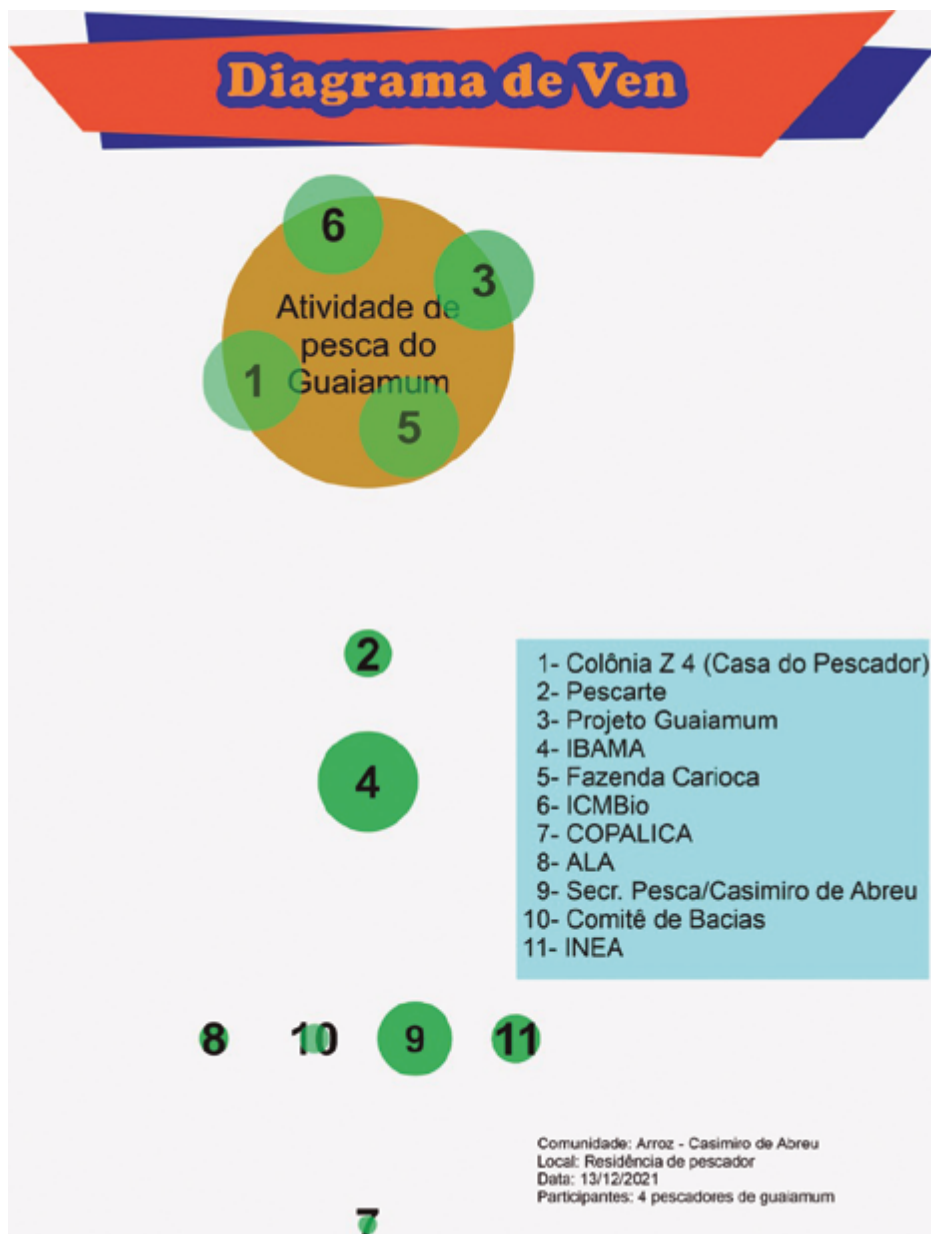
Em relação a atuação, as fazendas Carioca e a Tosana foram citadas como muito atuantes, porém de forma negativa. Já os projetos Rede Observação e Guaiamum são, para eles, os que atuam mais juntamente à comunidade, contribuindo com a preservação da espécie e da atividade, além de promoverem a visibilidade e organização desse grupo. As instituições mencionadas como as menos atuantes e integradas com a comunidade do Chavão foram a Associação dos Pescadores do Rio São João e a Prefeitura de Cabo Frio. Ainda sobre atuação, embora os pescadores considerem que a Colônia de Pescadores Z-4 sediada em Cabo Frio seja atuante, há bastante confusão quando se trata de especificar os papéis exercidos pela Associação dos Pescadores do Rio São João e a Capatazia da Z-4, cujas atuações não foram bem avaliadas pelos pescadores dessa comunidade.

Os pescadores do Chavão reforçaram o interesse em atuar e forma conjunta com as instituições e contribuir mais com a preservação da espécie: *“A gente gostaria de poder ajudar mais, de trabalhar em parceria, de também poder ser visto como um cuidador do ambiente”,* esclarecem e reforçam que *“o maior interesse de preservar o guaiamum é nosso.”*

A fala de um dos pescadores do Chavão, apoiada pelos demais, evidencia a percepção de que há uma lacuna no que tange especificamente a representatividade dos pescadores de guaiamum diante de seus próprios interesses: *“a gente precisava de uma associação aqui no Chavão que nos representasse”.*

Os pescadores do Arroz também listaram 11 instituições/atores, sendo que não foram entrevistados: IBAMA, Projeto Pescarte, Fazenda Carioca, Copalica e INEA. O resultado do Diagrama de Venn elaborado pelos pescadores do Arroz é apresentado a seguir (Figura 54):

Figura 54 - Diagrama de Venn elaborado a partir da perspectiva dos pescadores artesanais de guaiamum da comunidade do Arroz, mostrando as onze instituições analisadas por eles.



Na análise dos pescadores do Arroz, a Colônia Z-4, especialmente a sua Capatazia sediada na Casa do Pescador, o ICMBio, o Projeto Guaiamum, a Fazenda Carioca e o IBAMA são as entidades/atores mais importantes no que tange a atividade de pesca do guaiamum. As de menor importância são: Projeto Pescarte, ALA, Comitê de Bacias e INEA e Copalica.

Para esses pescadores, as entidades mais atuantes em relação à atividade de pesca do guaiamum são: Colônia Z-4, especialmente a Capatazia sediada na Casa do Pescador, o ICMBio, o Projeto Guaiamum e a Fazenda Carioca. Todavia, a Fazenda Carioca é vista de forma negativa devido à proibição de captura em suas áreas e a abordagem ostensiva realizada pelos seguranças. A Copalica é, para eles, a entidade mais distante da atividade, ou seja, a que menos cumpre o seu papel institucional. Porém, a ALA, o Comitê de Bacias, a Secretaria de Pesca de Casimiro de Abreu e o INEA também se encontram distantes.

A análise de cada instituição ou ator realizada pelos pescadores do Chavão e do Arroz serão descritas a seguir, juntamente com o conteúdo resultante das entrevistas com os seus representantes. Já as ponderações dos pescadores relacionadas às instituições ou atores que não foram entrevistados serão apresentados mais adiante, ao final desse capítulo.

3.14.1 SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA DE CABO FRIO

A Secretaria Adjunta de Pesca participou da reunião realizada na Colônia de Pescadores Z-4 de Cabo Frio, juntamente com o seu representante.

Atualmente a Colônia Z-4 e a Secretaria Adjunta de Pesca atuam juntas em prol dos pescadores artesanais do município. Inclusive, a representante da secretaria trabalha dentro da sede da Colônia, em uma sala cedida por essa instituição.

Como trabalham em conjunto, todas as falas da reunião foram congruentes sendo desnecessária a repetição das mesmas. Portanto, todos os posicionamentos advindos desta secretaria estão contemplados no texto da Colônia de Pescadores Z-4, apresentado a seguir.

Os pescadores do Chavão não citaram a Secretaria Adjunta de Pesca de Cabo Frio durante a elaboração do Diagrama de Venn, sinalizando a invisibilidade dessa instituição aos olhos deles.

3.14.2 COLÔNIA DE PESCADORES Z-4 DE CABO FRIO

A colônia de pescadores é uma entidade sem fins lucrativos que representa os pescadores artesanais. Além de defender os direitos e interesses dessa classe, sempre buscando melhorias para a atividade pesqueira em sua área de atuação ou até mesmo com articulações a nível nacional, as colônias de pescadores auxiliam esses profissionais no acesso às políticas públicas como a regularização junto ao RGP, na requisição de direitos como aposentadoria e seguro defeso, por exemplo.

Atualmente a Colônia Z-4 trabalha em conjunto com a Secretaria de Agricultura e Pesca de Cabo Frio. Inclusive, a representante da secretaria adjunta trabalha em uma sala dentro da colônia.

Apesar de estar localizada em Cabo Frio (Figura 55) e representar geograficamente os pescadores artesanais do Chavão, a Z-4 também possui associados da comunidade do Arroz.



Figura 55 -
Sede da Colônia de
Pescadores Z-4 de
Cabo Frio.

Segundo o representante da Colônia Z-4, o relacionamento que eles mantêm com os pescadores *“é muito bom”* e são cadastrados na entidade 25 pescadores que exercem a atividade de captura do guaiamum, incluindo Chavão e Arroz.

Os representantes da colônia não souberam dizer ao certo o número total de catadores dessas comunidades porque muitos não são associados e *“difícilmente participam de reuniões”* (Representante da Colônia Z-4).


A Colônia Z-4 e a Secretaria de Agricultura e Pesca de Cabo Frio hoje estão trabalhando no cadastramento desses pescadores para que eles possam ter acesso aos seus direitos previdenciários. Porém, segundo os entrevistados, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é bastante exigente quanto a documentação, gerando demandas burocráticas e ampliando as dificuldades de organização dos documentos solicitados. *“Ninguém lá tinha nada. Até mesmo comprovante de residência é difícil”*, disse o representante da Z-4.

Foi informado que alguns pescadores possuem o protocolo do RGP e já recebem o defeso do guaiamum e outros apenas deram entrada no processo de regularização junto ao Ministério.

Com o objetivo de regularizar esses pescadores, a colônia conta com o auxílio de um pescador mais experiente do Chavão que exerce uma certa liderança nessa comunidade. Inclusive já houve interesse da colônia em implantar um núcleo da Z-4 no Chavão, mas não chegou a concretizar.

Quanto a prática de captura do guaiamum exercida por esses pescadores, o que é de conhecimento do representante da colônia e da secretaria municipal de agricultura e pesca é a forma de comercialização praticada por eles. *“Uns vendem guaiamum para o nordeste e outros vendem nas estradas e nas suas casas também.”* (Representante da Colônia Z-4).

Com relação às expectativas futuras, no que se refere a atividade de pesca do guaiamum, a colônia tem interesse em contribuir para adequação do período de defeso da espécie, pois *“o defeso do guaiamum não está na época certa. Estamos batendo nisso há anos.”* (Representante da Colônia Z-4).



Além disso, *“há a ideia de um projeto de fábrica de ração no 1º Distrito [Tamoios] onde chegariam os resíduos de peixe e talvez camarão beneficiados”*, mencionou o representante da Colônia Z-4.

Os pescadores de ambas as comunidades reconhecem como grande a importância da Z-4 e a consideram como *“a cabeça do pescador”*(Pescador do Chavão), *“a voz do pescador na política.”*(Pescador do Arroz). Para eles, a sua função é orientar e auxiliar, além de resolver questões burocráticas relacionadas a aposentadoria e a regularização da documentação, por exemplo. Nas suas palavras: *“buscar os direitos”*(Pescador do Arroz).

Eles também avaliam que a Colônia atualmente está bastante atuante junto às comunidades tanto do Chavão como do Arroz, mesmo esses últimos sendo de Casimiro de Abreu. No caso do Chavão, eles explicaram que essa aproximação se deu por meio das reuniões facilitadas pelo Projeto Rede Observação, resultando em maior atuação da entidade junto a esse grupo. As frases de pescadores retratam esse entendimento:

“Se você levar sua documentação na colônia eles resolvem.”
(Pescador do Chavão).

“Ela [Colônia] cumpre esse papel, caminha junto, mas pode melhorar. Ela falha as vezes. Precisa de mais agilidade, porque as vezes demora.”(Pescador do Arroz).

Especificamente para os pescadores do Chavão o ideal seria que tivessem *“um braço”* da Colônia dentro da comunidade a fim de representá-los: *“Precisamos de um presidente que nos represente. Não sai as coisas para a gente daqui.”*(Pescador do Chavão).

A Z-4 tem a sua capatazia sediada na *“Casa do Pescador”*, em Pontal de Santo Antônio (2º distrito de Cabo Frio - Tamoios), cujo representante também está à frente da Associação de Pescadores do Rio São João. Os pescadores reconhecem que a Z-4, localizada no centro de Cabo Frio tem a mesma função que a sua Capatazia, instalada em Tamoios.

Os pescadores do Chavão consideram relevante o papel da Capatazia no sentido de ser um braço da Colônia mais próximo geograficamente da comunidade. Porém, não estão satisfeitos com a sua atuação e destacaram a morosidade ou até mesmo a inabilidade no encaminhamento de demandas e na resolução de questões:

“Ela [capatazia] tem muita importância, mas não funciona. Muita gente não consegue acessar o defeso. Se eles se esforçassem mais, seria diferente. Não há diálogo. Quando falta um documento eles sequer avisam e tem os nossos telefones”
(Pescador do Chavão).


“A gente depende deles para receber o defeso. Nos últimos dois anos eu fiquei sem receber. Tive que ir a Cabo Frio dar a entrada.”
(Pescador do Chavão).

Por outro lado, os pescadores do Arroz não só utilizam os serviços da Capatazia como se disseram satisfeitos.

A última ação da colônia realizada junto aos pescadores de guaiamum foi durante a pandemia de Covid-19 na organização e entrega de cestas básicas doadas por uma empresa da área de óleo e gás. A capatazia ficou responsável pela distribuição dessas cestas básicas aos pescadores da comunidade do Chavão.

3.14.3 ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES DO RIO SÃO JOÃO

O representante da Associação dos Pescadores do Rio São João também representa a capatazia da Colônia de Pescadores Z-4. Por isso, durante a entrevista não foi possível compreender quando o discurso era relacionado à capatazia e quando se tratava da associação. Porém, a fim de diferenciar essas falas com as declarações do representante da Z-4, tratamos os resultados da entrevista aqui neste tópico.



Os pescadores do Chavão chegaram a comentar sobre essa mesma representação em ambas as instituições:

“É a mesma coisa com dois nomes”(Pescador do Chavão).

Tal afirmação pode sinalizar falta de clareza em relação aos papéis de cada instituição além da diferenciação entre elas no que tange a sua oficialização.

Segundo o representante da capatazia e da associação, o relacionamento que ele mantém com alguns pescadores de guaiamum é frequente. Inclusive ele relatou que já foi catador e que costuma realizar encontros periódicos com outros catadores para tratar de assuntos da pesca na residência de um pescador do Chavão. Por outro lado, os pescadores de guaiamum do Chavão não reconhecem essa proximidade.

O número exato de catadores dessas duas comunidades ele não soube dizer, mas estima que *“no Arroz tem poucos pescadores de guaiamum: nove ou dez”*.

Quanto a prática de captura do guaiamum exercida por esses pescadores, o que é de conhecimento do entrevistado é que *“toda a família está envolvida na atividade de pesca do guaiamum. As esposas ficam em casa para vender e atender o cliente e os filhos vão junto para aprender. Quando aprendem, começam a catar também por conta própria. Chama o primo, o irmão...”*. Para além da venda, o representante mencionou que há os que catam apenas para comer.

Sobre as formas de comercialização praticadas pelos pescadores dessas comunidades, o representante informou que há muito consumidor interessado em guaiamum e a venda é realizada na própria residência do pescador ou na beirada da pista.

Além dessas duas práticas de comercialização, foi mencionado que os pescadores do Chavão que não possuem embarcações acompanham um pescador mais experiente que compra a mercadoria capturada por eles e repassa a um atravessador. *“No Arroz não tem isso de catar guaiamum para alguém, como no Chavão. Eles mesmo vendem, botam na rua”*, finalizou o representante.

De acordo com ele, o número de pessoas envolvidas na cadeia produtiva da pesca aumentou consideravelmente nos últimos anos. *“Na limpeza de peixe tínhamos 17 ou 18 profissionais, hoje são 70. Vendedores eram 9, hoje são quase 30 no Pontal”*. Nas palavras dele *“a pesca em si se tornou um grande órgão empregador. É a válvula de escape para muitos desempregados e para jovens que não querem se envolver com o tráfico”*. Ele sinalizou uma preocupação pessoal dizendo que *“o sistema pesqueiro está vulnerável e sem o apoio que deveria receber. Ainda não acordaram para ver que a pesca se tornou um órgão empregador com muita força. Agrega muita gente”*.

Os pescadores do Chavão, quando questionados sobre a função da Associação dos Pescadores do Rio São João, responderam que é orientar, mobilizar e facilitar a regularização da documentação dos pescadores. Por isso, eles consideram grande a importância da Associação para a atividade de pesca do guaiamum, mas, por outro lado, ela é pouco atuante. Ainda, se acham invisíveis para essa instituição.


“Eles representam mais quem pesca no mar, mas para quem cata guaiamum, eles não funcionam. Eles deixam a desejar com a comunidade de guaiamum.” (Pescador do Chavão).

3.14.4 COLÔNIA DE PESCADORES Z-22 DE RIO DAS OSTRAS

A Colônia de Pescadores Z-22 tem jurisdição sobre os municípios de Rio das Ostras e Casimiro de Abreu.

Segundo o seu representante, a Colônia Z-22 não possui associados que realizem a atividade de pesca do guaiamum e o mesmo desconhece os pescadores que praticam essa atividade na sua área de atuação.

É de seu conhecimento que alguns catadores de guaiamum do Arroz são cadastrados na Colônia de Pescadores Z-4 em Cabo Frio. Segundo ele, não houve interesse dos pescadores em procurá-lo, porém colocou-se à disposição, caso parta deles a vontade de associarem-se a Colônia Z-22.



Ele também mencionou a importância da preservação do ambiente em que está localizada a área de atuação desses catadores, a APA da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado. Para ele, o rio São João vem sofrendo ao longo dos anos principalmente com os descartes da atividade agrícola e ratificou a sua preocupação dizendo que *“tem época do ano que água do rio fica esbranquiçada. Eu já presenciei”*. Cabe ressaltar que essa questão relacionada à água do rio foi amplamente mencionada por pescadores do Arroz e do Chavão, além de algumas outras instituições, como a ALA. Por fim, o representante da Z-22 sugeriu que fizessem *“um trabalho ambiental em todo o ambiente. Não deveria ser só o guaiamum, mas todo o ambiente”*.

Os pescadores do Arroz não citaram a Colônia de Pescadores Z-22 durante a elaboração do Diagrama de Venn, sinalizando a invisibilidade dessa instituição aos olhos deles

3.14.5 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO DE CABO FRIO

São competências da Secretaria de Meio Ambiente e Saneamento do município de Cabo Frio *“coordenar e fiscalizar projetos de preservação ambiental e acesso à vida em ambiente salubre”* (PREFEITURA DE CABO FRIO, s.d.a).

O representante desta instituição participou da reunião do Projeto Guaiamum juntamente com o representante do Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado localizado no município de Cabo Frio. Por ser um Parque municipal, essa secretaria é também responsável pela sua gestão. Por isso, os representantes da Secretaria e do Parque trabalham juntos.

No momento em que foi realizada a reunião, o entrevistado tinha acabado de ser empossado, portanto ainda estava se inteirando dos assuntos e responsabilidades da secretaria a qual ele representa.

Neste sentido, ele disse não possuir interação com os catadores de guaiamum da comunidade do Chavão e justificou-se dizendo que chegou recentemente à secretaria e, portanto, ainda não houve tempo para criar uma relação com essa comunidade.

Por trabalharem em conjunto, todas as falas do representante do Parque e da Secretaria foram congruentes, sendo desnecessária a repetição das mesmas. Portanto, todos os posicionamentos advindos desta secretaria estão contemplados no texto do Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado, apresentado a seguir.

Os pescadores do Chavão não incluíram diretamente em sua lista de instituições a secretaria, mas sim a Prefeitura de Cabo Frio. Ao longo da análise, ficou entendido que a prefeitura compreende a Secretaria de Meio Ambiente e Saneamento e que a atuação, para eles, é uma só.

De acordo com esses pescadores, a prefeitura é pouco importante para a atividade de captura de guaiamum e a sua atuação é irrisória. Dentre todas as instituições citadas por eles, ela foi considerada a pior, ou seja, a menos importante e a mais distante da comunidade.

Para eles, nunca houve interesse da parte da prefeitura em se aproximar e acreditam que eles nem saibam da existência da atividade de pesca do guaiamum e dos pescadores. *“O CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) de Cabo Frio nem sabia que existiam pescadores de guaiamum aqui. Eles não olham nem para os pescadores do 1º distrito, imagina para nós do 2º distrito (Tamoios).”* (Pescador do Chavão).

“O Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado foi oficialmente criado pelo Decreto Municipal Nº 2.401, de 27 de março de 1997. Com fauna e flora significativas para o município, o objetivo do local é preservar e defender uma das últimas áreas com remanescentes florestais da Mata Atlântica”. Uma das propostas é que o parque também abrigue algumas instituições do poder público municipal como por exemplo, a fiscalização ambiental, a Guarda Civil Municipal e a Unidade de Policiamento Ambiental (PREFEITURA DE CABO FRIO, 2021). No entendimento da comunidade do Chavão, sua função deveria ser de “preservar ambientalmente as espécies, integrando ICMBio e APA, educar os jovens e trabalhar a conscientização.” (Pescador do Chavão).

Atualmente a Secretaria de Meio Ambiente e Saneamento trabalha em conjunto com o Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado. Por se tratar de uma unidade de conservação municipal, essa secretaria é também responsável pela sua gestão.

Cabe ressaltar que a maior parte do entorno do Parque consiste em uma unidade de conservação federal, a APA da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado. O ICMBio, gestor da APA, também faz parte da composição do conselho gestor do Parque.

O representante do Parque fez um breve resgate histórico para explicar a origem dessa unidade de conservação. Segundo ele, apenas em 2006 o *“Parque saiu do papel”*, marcando um período de tensões e conflitos porque as pessoas ficaram com medo de perderem as suas casas. Neste período, até 2009 não havia a lei que criasse o conselho gestor da unidade. Somente em 2018 houve a sua implantação e essa demora se deu porque *“por muito tempo Cabo Frio viu o Parque como um problema”* (Representante do Parque) devido à algumas lacunas legais e também à falta de atuação do poder público. Os pescadores do Chavão reconhecem que o prefeito atual de Cabo Frio tem mais vontade de atuar junto aos pescadores e uma preocupação maior também em preservar o ambiente e a atividade de captura do guaiamum.


O representante também explicou que o atual prefeito tomou iniciativas para manter o Parque. Uma delas foi ceder as instalações da associação dos antigos funcionários do Banerj para ser a sede desta unidade de conservação municipal.

Sobre a fiscalização, o representante explicou que na área do Parque a responsabilidade é da Prefeitura de Cabo Frio. *“De 2008 para cá as equipes de fiscalização estão cada vez mais presentes”*. De acordo com ele, a prefeitura entendeu sobre a necessidade de ter uma fiscalização em Tamoios, mas ainda assim, reconheceu que falta profissionais, sendo necessário abrir um concurso para suprir essa demanda. Para os pescadores do Chavão, o Parque é bastante atuante na *“opressão”* e fiscalização dos pescadores, mas pouco atuante com quem vem praticando crimes ambientais.

“Os locais que estão sendo desmatados nas margens do rio, eles não fiscalizam. As moradias que estão sendo construídas ilegalmente, eles não fiscalizam e ainda liberam licença ambiental para construção de casas”. (Pescador do Chavão).

O representante do Parque também informou que não se relaciona com os pescadores de guaiamum do Chavão, mas já estava em seus planos iniciar esse contato, principalmente devido à revisão do Plano de Manejo do Parque. Também, admitiu que, entre outros fatores, a pandemia de Covid-19 contribuiu para uma certa interrupção de algumas atividades, como por exemplo na possibilidade de realizar reuniões com as comunidades. Já os pescadores do Chavão concordam que a comunicação entre Parque e comunidade já foi pior, mas que isso vem mudando ao longo dos anos.

Apesar de não terem no momento uma interação com a comunidade do Chavão e nenhum projeto voltado aos catadores, há muito interesse dos representantes em se aproximar dessa comunidade e incluí-la em projetos futuros, *“trabalhar a conscientização ambiental”* (Representante do Parque). *“Agora o Parque tem espaço para reuniões e hoje já temos onde receber o pescador”*, afirmou o entrevistado. Neste sentido, os pescadores do Chavão relataram que sentem a necessidade de estarem mais próximos e de poderem contribuir.



“Quando eles fazem reunião, eles chamam só alguns. Fazem o que querem e não estamos lá para decidir junto e trabalhar em parceria.” (Pescador do Chavão).

Quando questionados sobre a atividade de pesca de guaiamum ser realizada hoje dentro do espaço o qual são responsáveis, o representante da secretaria respondeu: *“No meu entendimento se os catadores de guaiamum vivem disso, eles são extrativistas. Eles já estavam ali antes do Parque.”* O representante do Parque complementou dizendo: *“Com o Plano de Gestão Local, desde que não altere a cadeia reprodutiva e tenha fiscalização, eles podem sim continuar a atividade de catação. Nós não temos como proibir, mas temos como educar, cuidar e proteger também essa comunidade. A gente está trabalhando o Plano de Manejo incluindo as comunidades tradicionais e suas atividades”.*

Até o momento não era prioridade contemplar os pescadores de guaiamum no Plano de Manejo do Parque, justamente por não terem conhecimento da relevância dessa espécie e a sua fragilidade no que tange a sua preservação. O representante do Parque afirmou que *“Hoje queremos incluir a catação no Plano de Manejo. Como fiscalizar? Como conservar a espécie? Não sabíamos que o guaiamum está mais ameaçado do que o mico [leão-dourado]. A catação será prioridade no nosso Plano de Manejo”.*

Quanto ao Projeto Guaiamum, o representante do Parque demonstrou muito interesse e disponibilidade, assim como o representante da Secretaria de Meio Ambiente e Saneamento de Cabo Frio: *“Estamos prontos para colaborar. Se vocês estão buscando dados, nós vamos colaborar no que for preciso. A gente tem percebido o quanto eles estão carentes de contato com o poder público e carentes de um estudo como esse”.*

Ainda, caso seja necessário, foi oferecido apoio ao Projeto por meio da participação de técnicos da prefeitura, os chalés do Parque foram disponibilizados como base de apoio para os pesquisadores e informações podem ser disponibilizadas desde que solicitadas oficialmente.

Por fim, cabe mencionar que os pescadores do Chavão consideram o Parque muito importante, e, exceto pela questão da fiscalização, distante da comunidade.

3.14.7 SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA DE CASIMIRO DE ABREU


As competências da Secretaria de Agricultura e Pesca do município de Casimiro de Abreu são: *“planejar e implantar a política de desenvolvimento agrícola compatível com a política agrária e com preservação do meio ambiente e conservação do solo. Estimular os sistemas de produção integrada de piscicultura, pecuária, procurando garantir o escoamento da produção”* (PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU, s.d.a).

Para o representante da secretaria, o rio São João tem uma grande importância. *“É o Pantanal carioca. Ele nasce e deságua no mesmo lugar. Muito rico em biodiversidade”* (Figura 56).

Figura 56 -
Sede da Secretaria
de Agricultura e
Pesca de Casimiro
de Abreu.



Segundo o representante de pesca na secretaria, existe uma preocupação em relação a qualidade da água do rio São João. Por isso, a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável vem atuando junto com a Secretaria de Agricultura e Pesca com o objetivo de unirem esforços no sentido de amenizar e controlar os danos.



O representante da Secretaria de Agricultura e Pesca acredita que o principal impacto sofrido pelo rio São João advém do crescimento populacional, na maioria das vezes desordenado, conforme relatado por ele: *“O crescimento populacional tem um impacto grande no mangue”*.

Os pescadores, tanto da comunidade do Arroz quanto do Chavão, assim como algumas entidades ligadas à pesca, comentam sobre um fenômeno que ocorre periodicamente no rio São João, causando a mortandade de peixes e de outras espécies, chamado por muitos deles de *“Água Esbranquiçada”*. Sobre esse acontecimento, o representante da secretaria explicou que, para ele, *“essa água esbranquiçada que os catadores veem no rio em determinada época do ano pode não ser veneno, nem agrotóxico nem nada de poluição, mas sim a chamada Língua de Sal - é quando a água do mar invade rio acima.”*

Quanto à interação com os pescadores da comunidade do Arroz, comunidade essa representada por eles na esfera municipal, disseram não possuir. Um dos motivos é o fato do Arroz ser um bairro conhecidamente perigoso devido a presença do crime organizado. O entrevistado argumentou: *“Não temos ideia de quantos catadores tem no Arroz. Não temos contato e não sabemos quem são. Lá está muito perigoso. Lá no Arroz não dá para entrar.”*

Na opinião do entrevistado, as comunidades que vivem da captura do guaiamum merecem um projeto como o Projeto Guaiamum. *“É preciso regularizar a atividade, cadastrar essas pessoas, incluí-las e quem sabe com isso conseguir minimizar os conflitos”*.

O representante da Secretaria ficou muito entusiasmado com o Projeto Guaiamum e com a possibilidade de levantar dados que possam servir de base para aproximá-los da comunidade do Arroz e, a partir daí, fomentar a organização social desse grupo no futuro. Segundo ele *“o conhecimento deles é muito importante para levantar informações necessárias para o projeto. É importante para nós também saber quantos são e quem são. Seria interessante incentivá-los a formar uma cooperativa”*. Ainda, colocou a Secretaria à disposição do Projeto Guaiamum no que for preciso.

Os pescadores do Arroz consideram a Secretaria de Agricultura e Pesca muito importante para a atividade pesqueira, pois o seu papel, para eles, *“deveria ser interagir e buscar melhorias para o pescador”*.

Porém, em sua avaliação, consideram que ela é pouco atuante, distante da comunidade: *“não interage, não faz o que deveria”*, afirmaram.

Ainda, externalizaram que gostariam de apoio para a formação de uma cooperativa e uma *“estrutura legal”* para a venda de guaiamum.

3.14.8 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE CASIMIRO DE ABREU


São competências da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do município de Casimiro de Abreu *“executar a programação municipal voltada para a preservação do meio ambiente em integração com os demais setores governamentais”* (PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU, s.d.b).

O representante da Secretaria, assim como o da Secretaria de Agricultura e Pesca, não interage com a comunidade do Arroz e desconhece quem e quantos são esses catadores de guaiamum.

Hoje os seus esforços estão voltados, segundo o representante, ao Programa de Educação Ambiental, além de realizarem atividades do Programa Mídia Verde e o Cadastro Rural.

Apesar de não ter no momento uma interação com a comunidade do Arroz e nenhum projeto voltado aos catadores, o entrevistado expressou muito interesse em se aproximar dessa comunidade e incluí-la em projetos futuros. Ele afirmou que *“gostaria de poder capacitar essas pessoas. Gostaria de poder aplicar a Educação Ambiental com essas comunidades invisíveis.”*

Para o entrevistado, *“é preciso regularizar, capacitar e educar ambientalmente para que a secretaria e a comunidade estejam também alinhadas.”* Ele também



comentou sobre a vontade de criar uma unidade de conservação em uma área de manguezal e manifestou a sua preocupação de que isso possa prejudicar catadores.

Na visão do entrevistado é preciso *“olhar com carinho para essas informações vindas da comunidade. Algo está acontecendo e não sabemos exatamente o quê”*. Há uma preocupação com relação ao crescimento populacional. Segundo o ele *“os loteamentos estão virando bairros de comunidades carentes”*.

Quanto ao Projeto Guaiamum, o entrevistado demonstrou também muito interesse e disponibilidade e ofereceu apoio ao projeto por meio da participação de técnicos da equipe da secretaria, caso seja necessário: *“Temos interesse em acompanhar o projeto com vocês, filmar, participar”*.

O entrevistado encerrou sua fala dizendo: *“o poder Público está ausente. A gente quer fazer parceria mesmo. Colocar vocês em comunicação com a prefeitura. Pensar depois como dar continuidade a esse trabalho, esse projeto”*.

De acordo com o recorte geográfico, o Chavão está inserido dentro do município de Cabo Frio, mas, segundo esses pescadores, a prefeitura de Casimiro de Abreu é muito mais atuante junto à essa comunidade. Eles concordam que a prefeitura e as secretarias ligadas à pesca, principalmente a de meio ambiente, *“são mais parceiras”* (Pescador do Chavão) e, por isso, são consideradas muito importantes.

Um pescador do Chavão explicou que *“em 1994 a prefeitura iniciou junto com o Ibama a limpeza do rio e de lá para cá mesmo com as mudanças de prefeito eles mantém essa prática”*. Segundo eles, *“até os dias de hoje essa limpeza se mantém periódica e conta com a ajuda dos pescadores locais”*.

Os pescadores acreditam que a prefeitura se mantém mais atuante e mais próxima em relação à atividade de pesca do guaiamum por saber que *“os maiores berçários de guaiamum estão em Casimiro e o maior impacto causado pelos búfalos também está localizado no município.”* (Pescador do Chavão). Porém, sabe-se que a Ilha da Casa Quebrada está localizada no município de Cabo Frio. Essa fala evidencia a dificuldade percebida ao longo de todo o estudo em identificar os limites territoriais dos municípios bem como das Unidades de Conservação.

Fundada em 2001 a ALA é uma entidade sem fins lucrativos que surgiu a partir de um movimento iniciado em 1999 em Casimiro de Abreu e Cabo Frio junto a pescadores não mais atuantes e outros que estavam perto de abandonar a atividade. Seu objetivo é buscar qualidade de vida para todo o segmento aquícola e pesqueiro da região, fomentar o estudo do rio São João e a preservação do ambiente estuarino, além do turismo ecologicamente correto.

A ALA, segundo seus representantes, nasceu dentro da Associação de Moradores. Foi uma composição e muita vontade de fazer acontecer: *“Somos uma associação legalizada dentro de Casimiro.”*

Há alguns anos a ALA realizou um projeto visando o cultivo em grande escala de ostras no rio São João com a participação de 25 famílias da comunidade. Segundo os representantes da entidade, *“por conta do envenenamento das águas do rio perdemos tudo. Essas 25 famílias não ganharam nada.”*

A associação também tem um histórico de parceria com universidades e institutos federais. Atuou em outras iniciativas, como o Projeto Robalo em parceria com a UFRJ e também apoiou pesquisadores, como o estudo que monitorou as águas do rio São João.

Os representantes da ALA se mostraram bastante preocupados com a qualidade das águas do rio São João. Segundo eles, suas águas são afetadas negativamente pela ausência de tratamento de esgoto na região e pelo descarte de alumínio oriundo das empresas de tratamento de água. Segundo eles, há uns cinco anos os catadores de guaiamum começaram a se organizar motivados justamente por essas questões.

A associação possui dois locais de trabalho: um à beira rio onde estão há cerca de 20 anos (Figura 57) e outro, não utilizado atualmente, na Casa do Pescador onde compartilham o espaço com mais duas entidades (Capatazia da Colônia Z-4 e a Associação dos Pescadores do São João).



Figura 57 -
Sede da ALA na
beira rio.

Segundo um dos representantes da ALA, o relacionamento que ele mantém com os pescadores de guaiamum do Arroz é frequente, inclusive alguns catadores utilizam a área que pertence a associação como uma base de apoio, conforme retrata a Figura 58.



Figura 58 -
Embarcações
ancoradas no
portinho da ALA, rio
São João.

Também comentaram que há uns três ou quatro anos eles realizaram alguns encontros com esses pescadores. Nesta época, junto a um servidor do órgão ambiental federal, o objetivo era criar uma Reserva Extrativista visando proteger o mangue e manter a atividade de captura do guaiamum.

Quanto ao número de pescadores de guaiamum, eles estimam que, somando as duas comunidades, há em torno de 70 catadores e desse total, apenas oito seriam do Arroz. *“Nossos pescadores são orientados a procurar a Colônia de Cabo Frio, via Capatazia”*, relatou o representante da entidade, quando as demandas trazidas por esses pescadores fogem à alçada da ALA.

Em relação a pesca do guaiamum exercida por esses catadores do Arroz, o que é de conhecimento da ALA com relação às principais ameaças tanto para a espécie quanto para a atividade citadas por eles *“são a qualidade da água, a fazenda de búfalo e o pessoal de fora que vem catar e pescar”*.


Embora tenham se lembrado da ALA, os pescadores do Chavão preferiram não incluir essa entidade no Diagrama de Venn, por considerarem que a sua atuação está limitada a maricultura e não apresenta nenhuma interface com eles ou com a atividade de captura de guaiamum.

Os pescadores do Arroz inseriram a ALA no Diagrama de Venn, mas não souberam explicar qual seria a função dessa entidade. *“A ALA ainda não entendi para que serve”*, comentou um dos pescadores da referida comunidade. Dessa forma, foi considerada como de pouca importância e a sua atuação bastante distante da comunidade e seus interesses.

3.14.10 COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DA REGIÃO DOS LAGOS - RIO SÃO JOÃO - CBHLSJ

O Comitê da Bacia Hidrográfica da Região dos Lagos - Rio São João (CBHLSJ) constitui um órgão público colegiado com atribuições normativas, deliberativas e consultivas que pertence à estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano. Ele integra o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, estando subordinado ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos CERH. A missão institucional do Comitê, de acordo com o art. 53 da Lei Estadual 3239 de 02 de agosto de 1999 é a seguinte: *“Coordenação das atividades dos agentes públicos e privados, relacionados aos recursos hídricos e ambientais, compatibilizando as metas e diretrizes do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERHI) com as peculiaridades de sua área de atuação”* (RIO DE JANEIRO, 1999).

O representante do CBHLSJ informou que esse comitê não atua diretamente no rio São João e explicou que existem os subcomitês onde a atuação é distinta: da Lagoa, do rio Una, do rio São João, dentre outros. *“Na câmara de pesca temos*



atividades voltadas para a Lagoa de Araruama. Temos várias ações de monitoramento, temos o plano costeiro, mas especificamente para o rio São João, não”, disse ele.

O comitê trabalha com recursos hídricos. 70% destinado a saneamento e 30% a outros projetos. *“O trâmite é o seguinte: as câmaras técnicas criam os grupos de trabalho que geram as demandas de acordo com os seus interesses. Primeiro, o grupo de trabalho apresenta o projeto ao comitê. Caso seja aprovado, o comitê elabora a planilha orçamentária, libera e monitora. Após o projeto aprovado, ele segue para votação em plenária e o INEA e o Consórcio (representado pelos prefeitos) aprovam o recurso e se responsabilizam pela parte administrativa e jurídica”, explicou o entrevistado.*

O Comitê de Bacias não interage com as comunidades de catadores de guaiamum e nem possui um projeto específico voltado para eles ou para a espécie. Segundo ele, *“há interesse em colaborar a nível de comitê. Trazer discussões e demandas”.*

O que é de conhecimento do CNHLSJ é que existe desgaste e conflitos entre os pescadores locais com a Fazenda Carioca pelo impacto causado no rio São João. Segundo o representante do comitê, a fazenda é proprietária de uma área bem extensa dentro da APA, praticam a atividade de pecuária e fazem extração mineral para a produção de areia, entre outras atividades. Por outro lado, o que foi levantado em campo junto aos pescadores é que somente a fazenda Tosana trabalha com extração de areia.

“No momento estamos trabalhando a revisão do Plano de Bacias, o gerenciamento costeiro e o uso múltiplo do local. Vamos até o litoral. Estamos vivendo o momento do camarão em Araruama. Acertar a pesca do camarão a partir do marco regulatório”, expressou o representante do comitê.

Em relação às expectativas e projetos futuros voltados para a comunidade e para a espécie, o representante relatou que *“nas três últimas gestões, há seis anos, temos um olhar voltado para a lagoa de Araruama. O olhar sempre foi para Araruama, mas esse ano estamos ampliando o olhar para outras atividades. É do meu interesse organizar esse manguezal”.*

Durante a elaboração do Diagrama de Venn com os pescadores do Chavão, o Comitê da Bacia Hidrográfica da Região dos Lagos – Rio São João (CBHLSJ) não foi mencionado e, portanto, sua atuação não foi analisada por eles. Embora desconheçam a sua função, os pescadores do Arroz associam o Comitê apenas às atividades de análise das águas do rio São João.

Tais percepções refletem a falta conhecimento sobre a existência desse comitê, além de pouco ou nenhum entendimento sobre a sua função. Dessa forma, sinalizam o distanciamento entre a atuação da entidade com os interesses dos pescadores, tornando evidente a invisibilidade do CBHLSJ para eles.

3.14.11 PROJETO REDE OBSERVAÇÃO


A implementação do PEA Rede Observação é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA. Essa condicionante está relacionada à indústria de óleo e gás, neste caso, da empresa PRIO.

O Rede Observação está passando por uma reestruturação a partir da junção de dois projetos: o PEA Rema e o PEA Observação.

Rede Observação visa a organização comunitária para que participem da gestão ambiental no âmbito do licenciamento ambiental e terá duração de três anos. O primeiro ano é de monitoramento e levantamento de informações que possam subsidiar as ações e elementos para trabalhar com esses atores. O segundo ano é de pesquisa e o terceiro é de incidência e participação em espaços sociais.

O projeto abrange 11 municípios, de Araruama/RJ a Itapemirim/ES e a ideia é criar uma rede para monitorar essas comunidades, gerando subsídios, informações e estruturas para basear ações futuras.

O relacionamento do Projeto com os catadores da comunidade do Chavão teve início em 2017, a partir de uma reunião realizada na Casa do Pescador. *“Os catadores chegaram de barquinho como uma família. Eles se colocaram e a reunião ficou bem cheia. Estávamos gravando um vídeo e um dos pescadores*



topou participar”, comentou uma representante do projeto.

“Os pescadores desqualificavam os catadores de guaiamum. Eles nunca tiveram suporte e nunca estavam contemplados em nenhum projeto”, relatou uma das representantes. A partir dessa reunião em 2017 começaram a se aproximar e criar uma relação com esses catadores. Eles começaram a participar, se organizaram e confiaram nas propostas apresentadas pelo projeto.

O Rede Observação trabalha a mitigação dos impactos causados pela atividade de petróleo junto à comunidade do Chavão. *“O processo de educação ambiental está acontecendo. Eles agora se percebem como participantes dessa cadeia produtiva [de óleo e gás]”,* explicou um dos profissionais do projeto.

Segundo uma das entrevistadas, *“o Chavão é uma comunidade muito isolada e eles não entendiam muito o que era o projeto. Viram como uma oportunidade”.* O projeto e a participação dessa comunidade trouxeram a visibilidade desse grupo e todo o processo de organizá-los socialmente começou a ser construído. Aproximá-los dos colaboradores dos órgãos ambientais também foi importante porque diminuiu a distância e os conflitos.

Hoje esses catadores ocupam posições decisivas dentro do CBHLSJ, tendo direito a voto e participação nas tomadas de decisões. *“Hoje eles confiam na gente e até pedem informação. Criou se um laço de confiança e eles enxergam que eles precisam se organizar socialmente”,* concluiu a entrevistada. *“O objetivo (do Rede Observação) é tentar organizar, qualificar, instrumentalizar essa comunidade”,* afirmaram.

O fortalecimento desses pescadores como grupo está sendo trabalhado e há uma expectativa em ajudá-los a se organizarem como associação ou cooperativa. Uma das representantes do projeto disse que *“hoje eles têm o suporte do Rede Observação, mas a ideia é que eles consigam caminhar com as próprias pernas”.*

Nesse momento o projeto não está tão próximo fisicamente por conta da pandemia e suas restrições. As representantes do Rede Observação mantêm contato via aplicativo WhatsApp com as lideranças e há um grupo formado neste

aplicativo que conta com a participação de pescadores, inclusive do Arroz, e de instituições.

Vale lembrar que, o primeiro contato do Projeto Guaiamum com os comunitários foi realizado com a colaboração e mobilização das representantes do Projeto Rede Observação.


Para os pescadores do Chavão, o Rede Observação foi considerado muito importante e fortemente atuante na comunidade. *“Eles trouxeram a informação e nos orientam. Através deles nós fomos vistos e reconhecidos. Nós temos muito a agradecer. As meninas sabem trabalhar”*. Para os eles, o Projeto promoveu a visibilidade dessa comunidade e conseqüentemente a aproximação de outras instituições aos pescadores do Chavão: *“Fiperj e ICMBio chegaram a partir do Observação e foi nesse momento que começamos a ser vistos e integrados”*.

3.14.12 FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESCA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FIPERJ

A Fiperj, vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento tem a missão *“de promover o desenvolvimento sustentável da aquicultura e pesca fluminense, ao gerar e difundir informações e tecnologias, articulando e consolidando políticas públicas para o setor em benefício da sociedade”* (FIPERJ, s.d).

A Fiperj é instituição parceira na implementação do Projeto Guaiamum, especialmente no que tange o Monitoramento Pesqueiro, devido à sua experiência nessa área. Dessa forma, apoiou, primeiramente, na construção do desenho metodológico a ser aplicado, assim como da parceria na seleção do monitor e em todo o período de monitoramento.

O primeiro contato da Fiperj com os pescadores do Chavão foi em 2017 em uma reunião na Casa do Pescador. Alguns dos pescadores presentes se manifestaram sobre o guaiamum, a inadequação do período de defeso e, por fim, solicitaram a realização do monitoramento pesqueiro. A Fiperj oportunizou um levantamento



de dados coletados semanalmente com uma das lideranças do Chavão, mas houve resistência por parte dos pescadores em compartilhar as informações. Esse monitoramento durou seis meses e foi de suma importância para viabilizar e compor as ações de elaboração da minuta do PGL.

Após a proibição da captura de guaiamum, uma nova portaria a liberou (Portaria n.38, sendo que o PGL de Canavieiras é o único publicado até o momento. Alguns representantes da Fiperj faziam parte de grupos de discussão sobre espécies ameaçadas e trouxe à tona as questões envolvendo o guaiamum. Diante disso, a instituição se posicionou afirmando que há guaiamum também na região sudeste.

A partir daí a Fiperj estreitou a relação com as comunidades de catadores no que compete a elaboração do PGL. *“Realizamos três oficinas. Fizemos calendários e mapas. Foi finalizado em março de 2020”*, relatou a representante sobre as ações realizadas em conjunto com o ICMBio.

Nessa revisão estava incluído o monitoramento pesqueiro, a regularização do RGP, o levantamento da quantidade de catadores e da socioeconomia do Chavão. A demanda de revisar o defeso do guaiamum surgiu nessas reuniões.

O levantamento que fizeram junto aos catadores naquele momento indicou um total de 40 catadores abrangendo cerca de 30 famílias no Chavão.

Fizeram também um encontro com os catadores da comunidade do Arroz, por intermédio de um pescador do Chavão que mobilizou a comunidade vizinha. No momento da reunião foram apenas dois pescadores do Arroz e mais um deles que já participava das reuniões com a comunidade do Chavão.

Quando questionadas sobre projetos existentes ou com possibilidades futuras, as técnicas levantaram duas possibilidades. Uma delas é com o Projeto Rede Observação, pois consideram que ele exerce um papel fundamental no que tange a organização social da comunidade e a mobilização dos pescadores.

A outra possibilidade é em relação ao CBHLSJ, pois há diversas questões discutidas no âmbito desse comitê, como estatística, conflitos e defeso, por exemplo. A Fiperj participa da Câmara Técnica de Pesca do CHLSJ. Os representantes dessa instituição comentaram que chegaram a apresentar ao referido Comitê um projeto de monitoramento pesqueiro e os pescadores do Chavão, mobilizados pelo Projeto Rede Observação, pressionaram para que a verba fosse destinada a esse projeto que beneficiaria toda a comunidade. *“A câmara de pesca é muito voltada para Araruama, então foi importante a participação deles para que a câmara pudesse olhar e atender outras comunidades”*, concluiu uma das entrevistadas.


A Fiperj foi considerada pelos pescadores do Chavão como uma instituição muito importante para atividade de pesca de guaiamum e bastante atuante na comunidade. Para eles, sua função está relacionada ao monitoramento pesqueiro. Além disso, dizem que a entidade facilita a obtenção de empréstimos financeiros para o pescador, mas, no momento, eles não estão sendo concedidos.

“Eles ajudaram no cadastro do pescador e junto com o Observação abriram o diálogo para iniciar o PGL com o ICMBio. São atuantes e presentes.” (Pescador do Chavão).

3.14.13 INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO

O ICMBio é uma autarquia criada em 2007, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama).

Dentre as competências desse Instituto, destaca-se a função de *“executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União”* (ICMBIO, s.d). Dessa forma, o ICMBio é o órgão responsável pela gestão da APA da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado. Ainda, *“cabe a ele ainda fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das Unidades de*



Conservação federais” (ICMBIO, s.d). Já para os pescadores do Chavão, a função do ICMBio se limita a fiscalizar o pescador e avaliar se a captura está no tamanho adequado de acordo com a legislação.

O ICMBio está passando por um momento de reestruturação. Hoje o órgão vem estruturando um modelo de gestão integrada com o objetivo de otimizar a gestão das unidades de conservação. Os temas, atualmente, estão divididos por núcleos: Licenciamento, Fiscalização e Gestão Socioambiental.

Foi feito pelo órgão um levantamento dos catadores de guaiamum das comunidades do Chavão e do Arroz há cerca de três anos. Convocaram uma reunião e 66 pessoas foram identificadas como catadores de guaiamum e de caranguejo-uçá. Destes, a maioria era pescador só de guaiamum. Mais tarde, a partir do monitoramento pesqueiro realizado pela Fiperj foram identificados outros pescadores que realizam a captura do guaiamum.

Em razão da pandemia, o ICMBio realizou uma ação pontual distribuindo cestas básicas por todo o Brasil para famílias de reservas extrativistas. Essa ação se estendeu aos pescadores das comunidades de catadores do Arroz e do Chavão. Para esse levantamento do número de famílias que praticam a atividade de pesca do guaiamum, foi usada a lista da Fiperj e do Projeto Rede Observação onde cerca de 70 famílias foram contempladas.

A atuação do órgão junto a essas duas comunidades está relacionada a elaboração do PGL. No final de 2019 até o início de 2020, conduziu as reuniões participativas com os catadores e instituições como a Fiperj para debater o conteúdo do PGL. A representante do núcleo de gestão socioambiental considera que a publicação deste documento é urgente pois é esse o instrumento jurídico que irá liberar a captura de guaiamum na APA a partir das regras estabelecidas.

Além de contribuir no Plano de Manejo da UC, a representante do núcleo de gestão socioambiental explicou que o Projeto Guaiamum poderá contribuir com o PGL mesmo após a sua publicação, pois ele pode ser revisado e melhorado.

“Estamos construindo um plano de fiscalização após a conclusão do PGL. De agora em diante o plano é voltar mais o olhar para essa espécie e essa comunidade. O guaiamum e essas comunidades estão ameaçados”, relatou uma das entrevistadas.

Há também a intenção de implementar o Programa Monitora junto à essas comunidades de pescadores, onde eles mesmos terão a responsabilidade de fazer o chamado auto monitoramento.


De acordo com o que foi falado pela representante, a abordagem fiscalizadora do ICMBio está mais voltada para a área terrestre e trata de assuntos como caça, desmatamento e licenciamento. A sede que abriga os técnicos e fiscalizadores é distante do rio São João dificultando ainda mais a logística.

Conforme explicado por uma das representantes do ICMBio, o Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado fica visualmente dentro da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado, mas oficialmente onde é Parque não é APA e as competências não estão sobrepostas. O ICMBio tem a responsabilidade de fiscalizar apenas a APA. *“O que podemos é fazer um trabalho conjunto”,* explica ao se referir a fiscalização do Parque cuja responsabilidade é do próprio Parque.

O ICMBio possui alguns canais de denúncia. Há as linhas oficiais disponíveis no site do instituto, os telefones da sede da unidade e um 0800 que encaminha a denúncia à ouvidoria em Brasília. *“A denúncia passa por uma triagem e é encaminhada ao núcleo responsável”,* esclareceu.

As maiores denúncias recebidas pelo órgão são referentes ao uso de rede fora dos padrões legais e os danos causados no rio São João pelos búfalos e pela poluição. É de conhecimento das representantes da APA que a Fazenda Carioca é vista pela comunidade como uma das mais poluidoras e conflituosas quanto ao relacionamento com essas comunidades tradicionais.

Quanto ao Projeto Guaiamum, a representante do núcleo de gestão socioambiental do ICMBio disse que tem a intenção de acompanhar e trabalhar junto ao



projeto. O plano é trocar informações ao longo da sua execução com o objetivo de criar uma interface estreita com a pesquisa.

A representante do núcleo se colocou à disposição no que for referente ao levantamento e troca de informações. Para ela o mais importante é trabalhar a possibilidade de mudança do defeso. *“A gente tem instrumento para fazer isso acontecer. Esse desdobramento de pesquisa tem a possibilidade de influenciar a gestão e fazer junto de forma diferente”*, concluiu. Além disso, acredita que as informações levantadas ao longo do Projeto Guaiamum também podem contribuir na revisão do Plano de Manejo da APA.

Para os pescadores de ambas as comunidades, o papel do ICMBio no que tange a pesca artesanal de guaiamum é somente o de fiscalização.

Para os pescadores, a relação entre eles e essa instituição vem mudando ao longo dos anos. Antes havia menos diálogo e mais ações repressivas, mas hoje essa relação busca a parceria e a informação.

“Antigamente eles só vinham prender pescador, hoje em dia eles estão orientando, informando e conversando”
(Pescador do Chavão);

“A gente via o Ibama como inimigo, mas o ICMBio está se aproximando” (Pescador do Arroz), explicaram.

Esses pescadores reconhecem a importância da instituição e, sobretudo, dos técnicos, pois *“se eles não fossem atuantes outras espécies e o próprio guaiamum já estariam extintos.”* (Pescadores do Chavão)

Ainda, consideram exitosa a relação entre eles e o órgão, conforme afirmado a seguir:

“A integração do ICMBio é muito boa” (Pescador do Chavão).

E ainda manifestaram a vontade de estarem mais próximos, mais ativos junto ao ICMBio:

“Nós podemos ser parceiros deles na preservação”
(Pescador do Chavão).

Cabe mencionar que os pescadores do Arroz, em alguns momentos se referem ao órgão como IBAMA, sinalizando incertezas sobre o papel de cada órgão.

3.14.14 FAZENDA CARIOCA

Embora a fazenda Carioca não seja uma instituição ligada à pesca de guaiamum e o seu representante não tenha sido entrevistado, ela foi amplamente mencionada pelos pescadores do Chavão ao longo das abordagens devido ao conflito existente entre essas partes e analisada durante o Diagrama de Venn.

A Carioca é vista por esses pescadores como uma *“empresa”* de muita importância por estar localizada em um espaço extenso ao longo do rio São João, abrigando grandes berçários da espécie. Os pescadores do Chavão afirmam que a Carioca é responsável pelo descarte de resíduos tóxicos no rio, além de praticarem a criação de milhares de búfalos, considerados os maiores arrasadores do solo e o principal motivo de ameaça tanto para a espécie quanto para a atividade.

Outra questão mencionada foi a forma de abordagem dos campeiros da fazenda. De acordo com eles é *“agressiva e desrespeitosa, não permitindo a catação e nem sequer a atracação das embarcações”* (Pescador do Chavão).

Por todos esses motivos, a Fazenda foi considerada muito importante pelos pescadores de ambas as comunidades e também bastante atuante – negativamente – quando relacionada com a atividade de pesca artesanal do guaiamum. Essa avaliação se deu, basicamente por impedirem a captura de guaiamum em seu território:

“Eles não deixam a gente catar, expulsam a gente” (Pescador do Arroz).

3.14.15 FAZENDA TOSANA

Embora a fazenda Tosana não seja uma instituição ligada à pesca de guaiamum e o seu representante não tenha sido entrevistado, ela foi amplamente mencionada pelos pescadores do Chavão ao longo das abordagens. Devido ao conflito existente entre essas partes, a fazenda foi analisada durante o Diagrama de Venn.

Os pescadores do Chavão mencionaram a Tosana também como uma “*empresa*” que está inserida dentro da área de captura de guaiamum e que interfere de forma negativa na atividade. Ela é considerada muito importante devido ao espaço que ocupa e pela relação entre pescadores e responsáveis, pois esses impedem que a área seja utilizada pelos catadores.

“*Onde está localizada a Tosana tem muito peixe e guaiamum, sendo um local muito frequentado pelos pescadores*”, afirmou um dos pescadores do Chavão. Apesar de algumas restrições e proibições, os pescadores ressaltaram que a comunicação entre eles é mais gentil e flexível quando comparada à comunicação com os seguranças da fazenda Carioca:

“Eles não expulsam os catadores. Normalmente eles avisam, ajudam o pescador e são mais maleáveis comparados com a Fazenda Carioca.”
(Pescador do Chavão).

3.14.16 PROJETO GUAIAMUM

Durante a construção do Diagrama de Venn, os pescadores do Chavão e do Arroz incluíram o Projeto Guaiamum em suas análises, considerando-o muito importante e fortemente atuante no âmbito da atividade de captura de guaiamum e seus atores.

Para eles, é de suma importância ter um projeto que enxergue a comunidade e que age em parceria com ela, tendo como objetivo preservar a espécie e a atividade que compõe a renda dessas famílias. “*Esse projeto é para pesquisar e preservar a espécie, além de orientar e conscientizar o pescador*”, explicou um dos

participantes do Chavão. *“O Projeto busca saber da vida da gente. Como sobrevivemos, como trabalhamos, como catamos. Isso para o guaiamum não entrar em extinção e garantir a pesca do guaiamum”*, esclareceu um dos pescadores do Arroz.

3.14.17 PROJETO PESCARTE

O Pescarte é um projeto de educação ambiental condicionante do licenciamento ambiental federal conduzido pelo IBAMA. Essa condicionante está relacionada à indústria de óleo e gás, neste caso, da empresa Petrobras.

As suas atividades são implementadas pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF junto às comunidades de pesca artesanal de vários municípios do litoral do estado do Rio de Janeiro.

A sua principal finalidade consiste na *“criação de uma rede social regional integrada por pescadores artesanais e por seus familiares, buscando, por meio de processos educativos, promover, fortalecer e aperfeiçoar a sua organização comunitária e a sua qualificação profissional, bem como o seu envolvimento na construção participativa e na implementação de projetos de geração de trabalho e renda”* (PEA-BC, s.d).

O Projeto Pescarte foi citado apenas pelos pescadores do Arroz durante a elaboração do Diagrama de Venn. Para eles, a sua importância é mediana e ele foi considerado atuante, embora não seja muito próximo da comunidade.

Não há clareza sobre a função do Pescarte. Quando questionados, responderam que a sua finalidade é saber como o pescador *“sobrevive”*. *“Eles perguntam tudo. Se tem barco, se pesca no rio ou no mar...”* (Pescador do Arroz).

Diante do exposto, até o término desse estudo, o Projeto Pescarte é invisível para os pescadores do Chavão e pouco compreendido pelos pescadores do Arroz.

3.14.18 - COLÔNIA DE PESCADORES E AQUICULTORES LIVRES DE CASIMIRO DE ABREU. - COPALICA

A COPALICA, criada em maio de 2013, é uma entidade de mediação e arbitragem que atua em atividades de apoio a pesca e aquicultura marinhas e em água doce segundo a sua natureza jurídica.

A instituição foi considerada pelos pescadores do Arroz como de pequena importância e pouquíssimo atuante. Eles teceram críticas severas sobre o histórico da entidade, sua forma de atuar e de se relacionar com os pescadores.

3.14.19 - INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

O INEA é uma entidade estadual criada em 2007 e vinculada à Secretaria do Ambiente e Sustentabilidade. O seu objetivo é *“tornar mais eficiente a preservação do meio ambiente do Estado do Rio de Janeiro”*. Cabe ao INEA a execução de políticas estaduais de meio ambiente, recursos hídricos e florestais, além de integrar o Instituto integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SNGRH, o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos -SEGRH e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (INEA, s.d).

O INEA foi mencionado apenas pelos pescadores do Arroz durante a elaboração do Diagrama de Venn e, para eles, a função da instituição se resume em *“fazer a análise da água, fiscalizar obras e moradias”*.

Ao ser avaliada, a instituição foi considerada muito distante da comunidade e possui média importância para atividade pesqueira, visto que as suas decisões em relação a implantação de empreendimentos afetam o rio São João e as suas áreas de entorno, interferindo, conseqüentemente, na pesca na região.

O IBAMA, criado em 1989, é uma autarquia vinculada ao Ministério de Meio Ambiente. Os seus objetivos são: *“a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental, além de assegurar o desenvolvimento econômico, com o uso sustentável dos recursos naturais”*. Responsável pela execução da Política Nacional de Meio Ambiente, o IBAMA atua na concessão do licenciamento ambiental de empreendimentos, monitoramento e controle ambiental, autorização de uso de recursos naturais entre outros (OECD, 2013).

Apenas os pescadores do Arroz incluíram o IBAMA em sua análise. Porém, ficou evidente que falta clareza em relação ao papel dessa instituição, sendo, muitas vezes, confundida com outras como o ICMBio, a Guarda Florestal e o Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado.

Para esses pescadores a importância do Ibama é muito grande, porém a sua atuação junto com eles no âmbito da pesca artesanal de guaiamum foi considerada mediana. Neste caso, cabe lembrar que os pescadores do Arroz têm clareza de que o IBAMA foi o órgão responsável pela publicação do defeso do guaiamum e esta regra interfere diretamente na atividade exercida por eles.

4. POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES

O levantamento das potencialidades e fragilidades da atividade de pesca artesanal do guaiamum nas áreas da APA da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado e do Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado ocorreu por meio do diálogo, principalmente com os pescadores, durante as diversas ferramentas aplicadas com as comunidades do Arroz e do Chavão ao longo desse DRP.

Contudo, foi especialmente durante a aplicação da ferramenta denominada FOFA que a identificação das fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças relacionadas à pesca de guaiamum foram amplamente discutidas conforme mostrado a seguir (Figura 59 e Figura 60).



Figura 59 - Aplicação da ferramenta “FOFA” com os pescadores de guaiamum da comunidade do Chavão.



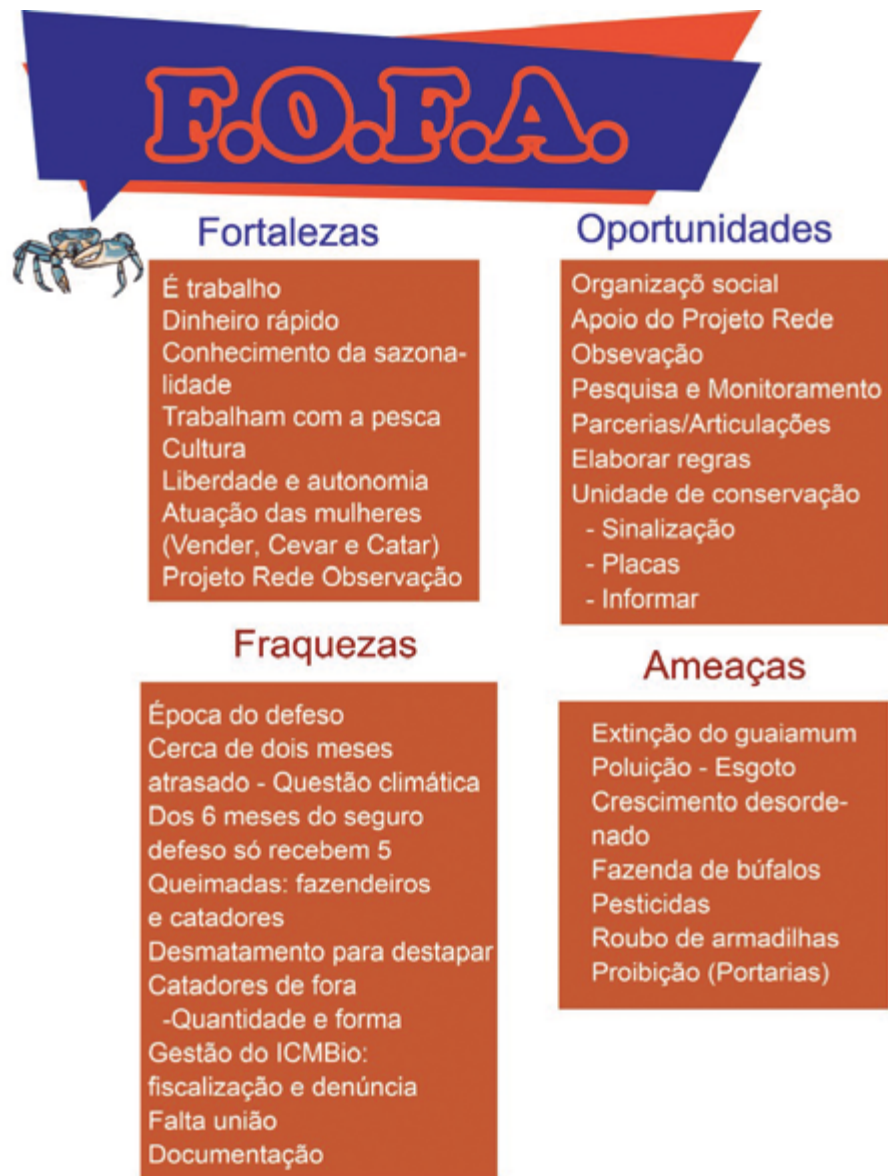
Figura 60 - Aplicação da ferramenta “FOFA” com os pescadores de guaiamum da comunidade do Arroz.

4.1 PONTOS FORTES

Os pontos fortes da atividade de pesca artesanal do guaiamum evidenciam tudo aquilo que é considerado benéfico ou favorável à atividade. São questões que devem ser consideradas, preservadas, potencializadas ou até mesmo estimuladas.


A Figura 61 apresenta os resultados dessa reflexão realizada junto à comunidade pesqueira do Chavão por meio da ferramenta FOFA.

Figura 61 - Ferramenta "FOFA" elaborada junto aos pescadores de guaiamum da comunidade do Chavão.



Comunidade: Chavão
Local: Rede Observação Cabo Frio - Sede Chavão
Participantes:
38 pescadores de guaiamum
2 representantes do Rede Observação Cabo Frio

Data: 14/06/2021



Tanto os pescadores do Chavão quanto do Arroz consideram como pontos fortes da atividade de pesca do guaiamum o fato de que o retorno financeiro é considerado bom e ocorre rapidamente, pois o pagamento é realizado no ato da compra. *“O bom da pesca e da catação é o retorno financeiro rápido”*, afirmou um pescador do Arroz.

Além do vínculo com a natureza, são autônomos e trabalham com algo que realmente gostam. *“O bom é a liberdade. Me sinto livre fazendo o que eu gosto. Eu programo o meu dia. Se eu pegar uma dúzia ou cinco dúzias eu estou feliz. Trabalho por conta própria: não tenho patrão.”*, expressou um pescador do Chavão.

Os pescadores do Arroz ressaltam que pescam guaiamum respeitando a legislação vigente, sendo essa uma demonstração prática de preocupação com o futuro tanto da espécie como da atividade que garante o sustento de diversas famílias. *“Pegar guaiamum com responsabilidade para nunca faltar e dentro da legalidade é uma qualidade da comunidade do Arroz”*, comentou um pescador local. O que os orienta a pescar guaiamum de forma responsável é o conhecimento que possuem sobre a sazonalidade da espécie.

Os pescadores do Chavão consideram a atuação do projeto Rede Observação junto à comunidade pesqueira local um ponto forte por oferecer um espaço para reuniões, contribuir diretamente com o repasse de informações pertinentes, com o empoderamento comunitário e apoio à participação de eventos de interesse da comunidade.

Além de citarem o fato de ser um trabalho, nos sentidos profissional e de meio de sustento, de a atividade ter relevante aspecto cultural, os pescadores do Chavão enfatizaram a participação das mulheres na atividade, seja com a pesca do guaiamum, a comercialização ou os cuidados com a ceva. Os pescadores do Arroz também mencionaram sobre a atuação das mulheres na pesca e a sua importância.

Já as oportunidades discutidas com os pescadores evidenciam o que eles consideram que pode contribuir com a atividade de pesca de guaiamum e a sua sustentabilidade.

Os pescadores do Chavão e do Arroz expressaram sobre a importância de se organizarem socialmente, seja por meio da criação de uma associação ou de uma cooperativa. *“Onde o trabalhador reúne, ganha força”*, esclarece um dos pescadores do Chavão. A grande parte dos pescadores de ambas as comunidades considera a cooperativa o melhor formato por poder abranger a organização da comercialização, tanto relacionado ao controle de qualidade quanto na melhoria do escoamento dos guaiamuns para diferentes tipos de clientes.

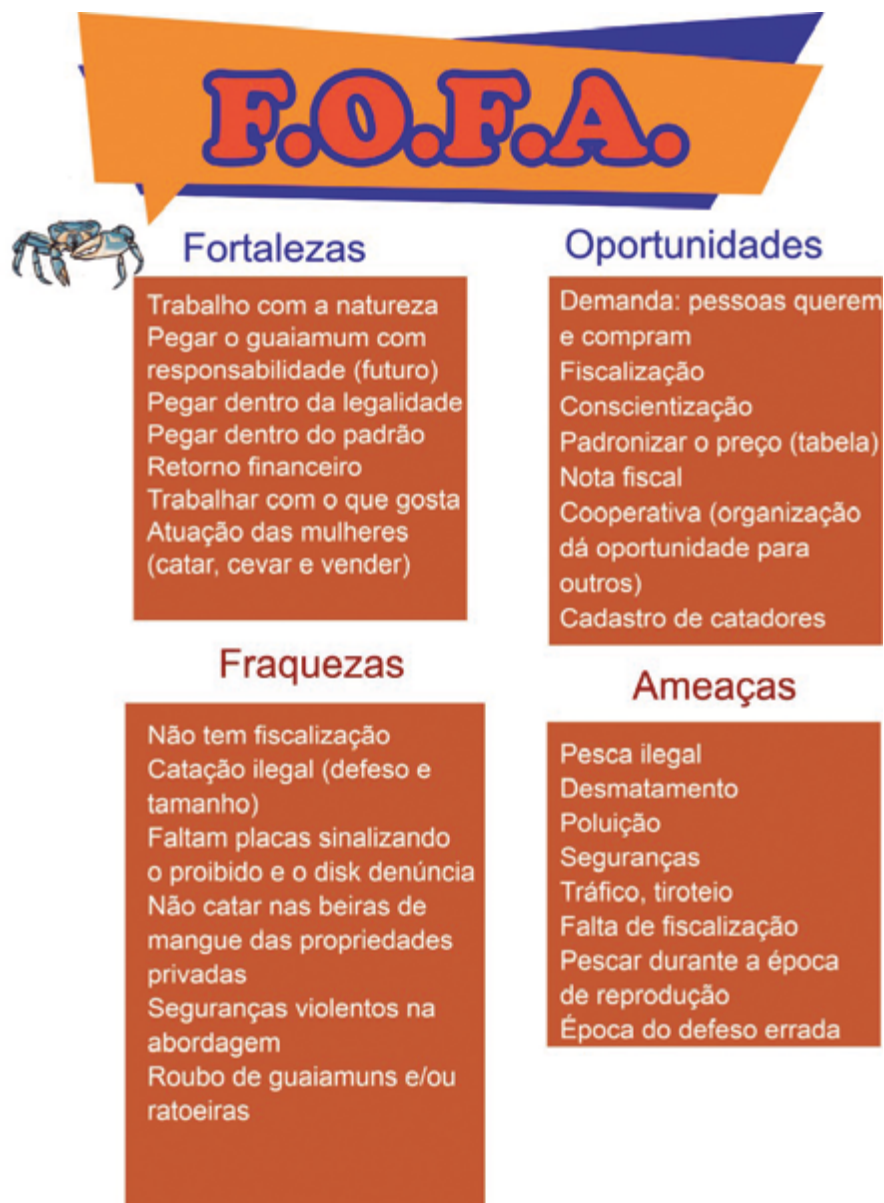
A constante demanda pela compra de guaiamum, uma fiscalização eficiente, a conscientização por parte dos pescadores, a padronização dos preços de venda e o cadastro de pescadores são as oportunidades vislumbradas pelos comunitários do Arroz. Também foi citada a possibilidade de emitir nota fiscal, pois isso pode ampliar o leque de opções para a comercialização, abrangendo restaurantes, por exemplo.

No Chavão, os pescadores veem o apoio do Projeto Rede Observação como uma oportunidade de desenvolvimento no que compete, principalmente, à organização social. A pesquisa e o monitoramento pesqueiro, ambas realizadas no âmbito do Projeto Guaiamum, o estabelecimento de parcerias e articulações, a elaboração de regras que norteiem a pesca do guaiamum e o fato de se tratar de áreas protegidas e com gestão específica são também pontos evidenciados.

4.2 PONTOS FRACOS

Os pontos fracos apontam tudo aquilo que, na visão dos pescadores, precisa ser melhorado, resolvido, acordado, modificado ou implementado para que haja ordenamento e sustentabilidade na pesca do guaiamum. Em outras palavras, são questões que ameaçam diretamente a continuidade da espécie e a atividade de pesca desse recurso. A Figura 62 ilustra os resultados dessa reflexão realizada junto à comunidade pesqueira do Arroz.

Figura 62 - Ferramenta “FOFA” elaborada junto aos pescadores de guaiamum da comunidade do Arroz.



Comunidade: Arroz - Casimiro de Abreu

Local: Beira rio - Barra de São João

Participantes:

5 pescadores de guaiamum Data: 16/08/2021


Tanto no Chavão quanto no Arroz os pescadores concordam que os dois maiores entraves são: o defeso do guaiamum estabelecido no período considerado errado e a fiscalização ineficiente que acaba criando condições favoráveis para a pesca ilegal. A fala de um pescador do Arroz explicita com clareza esse pensamento: *“a falta de fiscalização é a maior ameaça para a nossa atividade e para as espécies”*.

Os pescadores do Arroz citaram a abordagem violenta dos seguranças das propriedades particulares, o roubo de guaiamuns e de ratoeiras, a ocorrência de pesca do guaiamum de forma ilegal e a falta de placas informativas e que contenham, inclusive, um canal para denúncias. Outro ponto citado é o fato de não poderem pescar nas margens de mangue de propriedades privadas. De acordo com o entendimento dos pescadores, eles teriam direito a pescar nessas áreas por serem, à princípio, terrenos de marinha.

Para os pescadores do Chavão, os principais pontos que enfraquecem a atividade são: as alterações verificadas pelos pescadores no que se refere ao período e tempo de desova, as queimadas realizadas por fazendeiros e por catadores, o desmatamento realizado por pescadores para destapar o guaiamum, a falta de documentação dos pescadores que, inclusive, os deixam fragilizados e à margem dos seus direitos, além da presença de catadores *“de fora”* tanto pela forma que pescam quanto pela quantidade. Outro ponto amplamente discutido foi a falta de união entre os pescadores. Um dos pescadores do Chavão chegou a dizer: *“falta união dos pescadores, na hora do coletivo eles não pensam. É cada um por si e Deus por todos!”*

Em relação ao defeso, no Chavão foi dito que além de ele ocorrer na época que consideram errada, os pescadores legalizados recebem apenas por cinco dos seis meses de seguro defeso. Dessa forma, o fato de estar impedido de trabalhar em determinada época e ao mesmo tempo não receber neste mês prejudica o sustento de suas famílias acaba impulsionando para a pesca ilegal do guaiamum.

Ambas as comunidades concordam que as maiores ameaças à espécie e à atividade são: a poluição do rio, que acaba afetando também os mangues, e a legislação vigente que, segundo eles, não protege de fato a espécie. Em relação



à poluição são citados o uso indiscriminado de defensivos agrícolas, o esgoto lançado no rio e os pesticidas utilizados no gado e nos búfalos. “A cor da água muda, o cheiro muda”, afirma um pescador do Arroz.

Para o Chavão, o fato de o guaiamum estar criticamente ameaçado de extinção, o crescimento desordenado nas áreas às margens do rio e o roubo de armadilhas são ameaças evidentes. Outra questão bastante comentada está relacionada à fazenda de búfalos, pois esses animais não só atravessam pelas águas ampliando sua área de pasto como pisoteiam as tocas de guaiamum provocando a morte desses animais.

Os pescadores do Arroz falaram sobre os riscos da pesca ilegal, o aumento do desmatamento verificado por eles ao longo dos anos, os seguranças das propriedades privadas devido à abordagem violenta e a pesca do guaiamum em sua época de reprodução. A Secretaria de Agricultura e Pesca de Casimiro de Abreu destacou o crescimento populacional como um dos maiores impactos às áreas de manguezal.

Em especial, foi comentado pelos pescadores do Arroz sobre os riscos de vida que passam devido à presença de traficantes de drogas na comunidade e tiroteios frequentes. O bairro do Arroz é conhecido como área bastante perigosa devido ao tráfico de drogas, porém, o que foi explicado pelos pescadores é que muitas vezes esses traficantes fogem da polícia ou de traficantes de outro grupo justamente pela área de mangue.

A seguir, a Tabela 10 apresenta um resumo das questões elencadas pelos pescadores de ambas as comunidades:

Tabela 10 - Resumo das questões elencadas pelos pescadores do Arroz e do Chavão durante a aplicação da ferramenta FOFA.

Resultados da Ferramenta FOFA	Arroz	Chavão
Fortalezas		
Trabalhar com a natureza, com a pesca.		
Pescar com responsabilidade, respeitando as leis vigentes e pensando no futuro.		
Trabalhar com o que gosta, tendo liberdade e autonomia.		
Bom retorno financeiro, rápido.		
É um trabalho, um meio de sustento.		
Conhecimento da sazonalidade do guaiamum.		
Cultura.		
Atuação das mulheres (catação, ceva, venda).		
Projeto Rede Observação.		
Oportunidades		
Há demanda constante pela compra de guaiamum.		
Fiscalização.		
Conscientização.		
Padronização do preço de venda (tabela).		
Emissão de nota fiscal.		
Organização social (associação, cooperativa)		
Cadastro de pescadores de guaiamum.		
Apoio do Projeto Rede Observação.		
Realização de pesquisa e monitoramento.		
Estabelecimento de parcerias e articulações		
Elaboração de regras para a pesca de guaiamum.		
As áreas serem Unidades de Conservação (placas de sinalização e informativas).		

Continuação tabela 10 -

Resultados da Ferramenta FOFA	Arroz	Chavão
Fraquezas		
Fiscalização ineficiente e falta de resposta às denúncias realizadas.		
Pesca de guaiamum ilegal.		
Ausência de placas informativas.		
Proibição da pesca de guaiamum nas beiras de mangue das propriedades privadas.		
Abordagem violenta de seguranças.		
Roubo de guaiamum e de ratoeiras.		
Defeso em época errada.		
Alteração no período de desova do guaiamum devido às alterações climáticas.		
Recebem apenas por cinco dos seis meses de seguro defeso.		
Queimadas de fazendeiros e de catadores.		
Desmatamento para destapar o guaiamum.		
Catadores "de fora": pela quantidade e pela forma que pescam o guaiamum.		
Falta de união entre os pescadores.		
Falta ou dificuldade em obter a documentação dos pescadores.		
Ameaças		
Pesca ilegal.		
Desmatamento.		
Poluição, esgoto, pesticidas.		
Seguranças.		
Tráfico de drogas e tiroteio.		
Falta de fiscalização.		
Pescar guaiamum na época de reprodução.		
Defeso na época errada.		
Extinção do guaiamum.		
Crescimento desordenado.		
Fazenda de búfalos.		
Roubo de Armadilhas.		

5. PERSPECTIVAS

Sobre as perspectivas em relação à pesca, destacamos que, de acordo com o representante da Associação dos Pescadores do Rio São João, a pesca se tornou um *“grande órgão empreendedor”*, pois muitas pessoas migraram para essa atividade. Para ele, jovens que não querem se envolver em atividades ilícitas e desempregados de modo geral, nela encontram refúgio e meio de sustento.

Alguns pescadores costumam ajudar e ensinar os novos pescadores a aprenderem esse ofício. *“A gente dá uma força para eles não se envolverem com coisa errada”*, relatou um pescador do Chavão.

Aparentemente, o interesse de entrar para a atividade de pesca artesanal do guaiamum, atualmente, está mais vinculado às necessidades financeiras e dificuldades de inserção no mercado de trabalho do que devido à tradição familiar.

6. EXPECTATIVAS: SONHOS E NECESSIDADES

Ao longo desse levantamento de informações junto às comunidades de catadores de guaiamum nas áreas da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado e do Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado, algo ficou bastante evidente: as similaridades são muitas entre a realidade vivenciada pelos pescadores do Arroz e do Chavão.

As expectativas em relação a pesca de guaiamum de ambas as comunidades também se convergem. Os principais sonhos elencados e argumentados por eles refletem muito mais as necessidades essenciais para que a atividade de pesca do guaiamum seja continuada de forma sustentável do que desejos pessoais ou restritos a determinados grupos.

Essas expectativas predominantes estão descritas a seguir:

A) Revisão do defeso do guaiamum.

Certamente, a revisão do defeso do guaiamum é a maior demanda entre os pescadores de ambas as comunidades.

Para eles, o defeso como está estabelecido atualmente prejudica a conservação a espécie porque a pesca do guaiamum está liberada exatamente no período o qual eles deveriam ser mais protegidos: fortalecimento do indivíduo, acasalamento e a desova.

Portanto há grande expectativa em relação ao Projeto Guaiamum, no sentido de que as pesquisas e o levantamento junto às comunidades oferecerão uma série de dados confiáveis e locais para que o período de defeso possa ser analisado e, se for o caso, reformulado.

As instituições Fiperj, ICMBio e o Projeto Rede Observação têm claro conhecimento dessa demanda e vêm fomentando o debate sobre o defeso do guaiamum e contribuindo tecnicamente com essa questão.

B) Fiscalização.

A expectativa de que haja uma eficiente fiscalização ao longo dos manguezais do rio São João apareceu em todas as reuniões junto aos pescadores artesanais do Arroz e do Chavão.

Para eles, essa ação é urgente, pois pode mudar os rumos tanto da qualidade dos estoques dessa espécie quanto da forma como a atividade pesqueira é realizada. A fiscalização, na perspectiva deles, é a principal atividade que pode inibir e, portanto, reduzir significativamente a pesca ilegal.

Contudo, percebe-se que é preciso esclarecer para os pescadores quais são instituições responsáveis pela fiscalização, pois o ICMBio atua no âmbito da APA da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado e a Secretaria Municipal de Meio

Ambiente e Saneamento de Cabo Frio quando for dentro dos limites do Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado. Além disso, por se tratar do mesmo rio, ambos precisam manter um estreito diálogo e sintonia no planejamento e na fiscalização.

Por fim, vale citar que há a intenção por parte da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Casimiro de Abreu de estabelecer uma parceria com a ALA *“para fiscalização no rio São João, aproveitando a localização estratégica para coibir a pesca predatória, entre outras atividades irregulares”* (PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU, 2021).

C) Organização social.

Os pescadores de guaiamum já compreendem que agir individualmente torna inexistente a chance de sucesso na conquista das suas demandas e, mais ainda, na organização da atividade da pesca nesta região. Neste sentido, reconhecem abertamente a urgência de se organizarem socialmente.

Porém, o fato de se considerarem desunidos e de possuírem pouco conhecimento sobre diferentes formas de organização social evidencia a importância de que seja realizado um trabalho amplo, de base e de médio ou longo prazo. Cabe ressaltar que os pescadores do Chavão legitimam o trabalho realizado pelo Projeto Rede Observação e a sua importância no que tange ao fortalecimento deles como grupo.

As expectativas dos pescadores em relação à oficialização de uma cooperativa abrangem:

- Facilitar que a pesca de guaiamum seja realizada dentro da legalidade.
- Cadastrar os pescadores.
- Estabelecer padronização no preço de venda do guaiamum.
- Estabelecer regras para atitudes conscientes em relação à conservação do guaiamum, do ambiente e da sustentabilidade de atividade.

- Emissão de nota fiscal.
- A possibilidade de as mulheres ficarem à frente da gestão da cooperativa para que os homens fiquem focados na pesca do guaiamum.
- Possibilidade de ampliar a atuação, principalmente pelas mulheres, para beneficiamento do guaiamum e/ou pescado e confecção de artesanato.
- Mais oportunidades de comercialização do guaiamum.

Entre as dificuldades em relação a esse processo, vislumbram:

- Interesse e disponibilidade para participar das reuniões.
- Escolha do melhor formato frente à realidade deles.
- Entendimento de que, independentemente do formato (associação ou cooperativa), há um esforço coletivo. Essa organização demanda trabalho e empenho voluntário. Neste sentido, há quem entenda que seja melhor começar criando uma associação dos pescadores, para que possam aprender e entender como se dá essa atuação em prol da coletividade.

A seguir, algumas instituições que possuem interface com essas comunidades e que também enxergam como fundamental a organização social desse grupo.

O representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca de Casimiro de Abreu considera que “seria interessante incentivá-los a formar uma cooperativa”.

Representantes da Fiperj – Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro reconhecem que a organização social dessas comunidades é necessária. O Projeto Rede Observação, que já vem trabalhando o fortalecimento da comunidade de pescadores do Chavão, não só enfatiza essa necessidade como se disponibiliza a ajudá-los nesse processo.

D) Plano de Gestão Local (PGL) do Guaiamum.

Considerando que já foram concluídas as discussões junto aos pescadores e técnicos visando a elaboração do PGL e que esse documento se encontra em fase de publicação, as expectativas de ambas as comunidades e as instituições envolvidas são grandes.

De modo geral, os pescadores entendem com clareza que o PGL é fundamental para garantir a continuidade da espécie e a legalidade da pesca do guaiamum.

Para eles, a chance de regularizar a atividade, estabelecendo e divulgando regras, e de cadastrar os pescadores de guaiamum é vista como uma real possibilidade de redução de alguns conflitos já existentes.

Neste processo de elaboração do PGL as instituições que estão fortemente envolvidas são:

- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), por estar à frente desse processo e por ser o órgão gestor da APA.
- Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (Fiperj), pelo apoio técnico nas discussões.
- Projeto Rede Observação: por estar junto à comunidade pesqueira do Chavão, oportunizando, fomentando e mobilizando a participação neste processo.

Outras expectativas comentadas:

- Condições ambientais do rio São João:

Muito foi mencionado pelos pescadores, e também pelos representantes da Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João e da Colônia de Pescadores Z-22, sobre o que eles chamam de "poluição do rio". Em relação às condições ambientais do rio São João, a implementação do Projeto Guaiamum traz boas expectativas às comunidades pesqueiras devido à realização de análises das águas do rio e também de sedimentos. Esse conjunto de dados oferecerão subsídios relevantes para a compreensão sobre esse ambiente e para, de certa forma, pressionar a o posicionamento e a atuação dos órgãos e das secretarias em prol da qualidade ambiental.

- Placas informativas nas Unidades de Conservação.

Há o desejo de que, principalmente ao longo do rio São João, sejam instaladas placas informativas, tanto deixando claro que se trata de uma área protegida quanto sinalizando o que é permitido ou proibido. Conforme sugeriu um pescador do Chavão:

"Você está entrando na APA do rio São João, mostrando o que pode e não pode fazer."

Uma parte significativa dos pescadores considera que seja importante que pescadores, locais ou não, tenham clareza de que se trata de Unidades de Conservação e que, portanto, estão sujeitas a uma gestão diferenciada e com foco para a conservação ambiental. Também, as placas fortaleceriam o discurso de algum pescador frente a outro que esteja agindo de forma errada.

- Conscientização

Alguns pescadores do Chavão e do Arroz destacaram a necessidade de que haja o que eles chamam de "conscientização". Ao manifestarem grande preocupação com o futuro, no sentido da preservação do ambiente e do guaiamum, consideraram relevante o desenvolvimento de um trabalho que vise esclarecer, educar, ensinar e, portanto, "conscientizar" os pescadores de guaiamum.

"Quero que minha filha saiba no futuro o que é o guaiamum. Saiba o que a alimentou. Temos que deixar para a geração futura a nossa cultura."(Pescador do Chavão)

"O que melhoraria a nossa atividade e a vida do guaiamum seria a conscientização dos pescadores para a conservação da espécie e ter a fiscalização."(Pescador do Arroz)

- Fábrica de farinha

A intenção de um projeto para a instalar uma fábrica de farinha feita a partir de resíduos de peixes e camarões nas proximidades do Chavão foi mencionada apenas por um pescador dessa localidade e pelo representante da Colônia de Pescadores Z-4 de Cabo Frio. Em nenhum dos casos esse projeto foi melhor detalhado e, aparentemente, talvez por desconhecimento do que seja essa intenção, não reflete um desejo dos comunitários.

- Limpeza do mangue

Um pescador do Chavão comentou sobre o anseio de que seja implementado um projeto pela Prefeitura de Cabo Frio para a limpeza dos manguezais do rio São João. Para ele essa seria tanto uma alternativa para incrementar a renda dos pescadores durante o período de defeso como contribuiria para a qualidade ambiental dos mangues. A ideia é que os pescadores sejam contratados pela prefeitura e, fazendo uso de suas próprias embarcações e concheiro da área, realizem a limpeza dos mangues retirando os resíduos sólidos que acabam se fixando na vegetação.

"Eu sei a importância que tem o mangue." (Pescador do Chavão)

- Turismo

Um pescador do Chavão comentou sobre o desejo de que fosse implementado um projeto de turismo no rio São João. Porém ressaltou que a proposta não seria apenas de lazer, mas sim de aprendizado sobre a região e principalmente os manguezais a partir de navegadas guiadas, educativas.

Para fechar esse tópico sobre as expectativas em relação a pesca artesanal de guaiamum, apresentamos, a seguir, o desenho produzido por uma criança de nove anos de idade, filha de pescadores artesanais de guaiamum da comunidade do Arroz (Figura 63). Neste desenho, ela retrata a sua família sobrevoando a área em um balão, o rio São João, a vegetação abundante, algumas espécies da fauna local e a atividade pesqueira artesanal acontecendo por meio das embarcações.

Em sua visão evidenciada pelo seu desenho, é perfeitamente possível conciliar a preservação do ambiente com a realização da atividade pesqueira. Esta é a forma que ela enxerga o rio São João e certamente é, no mínimo, essa imagem que merece ser mantida ao longo das futuras gerações.



Figura 63 - Desenho retratando o rio São João produzido por uma criança de nove anos do Arroz,

REFERÊNCIAS

ASENSIO, Luis Alberto Bermejo; EGUÍBAR, José Lobillo; AFONSO, Cristina Molina. Aportes del DRP (diagnóstico rural participativo) a las metodologías participativas y aplicación a la gestión de los recursos naturales en la Gomera. *Práxis participativas desde el medio rural*, v. 6. 41 p, 2003.

BARBOSA, Décio Hamilton (Coord.). *Guia dos royalties do petróleo e do gás natural*. ANP, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: https://royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2017/05/Guia_Royalties.pdf. Acesso em: 28 jul. 2021.

BIERNACKI, Patrick; WALDORF, Dan. Snowball sampling: Problems and techniques of chain referral sampling. *Sociological methods & research*, v. 10, n. 2, p. 141-163, 1981.


BRASIL. Casa Civil. Decreto n. 4.340, de 21 de agosto de 2002. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 de agosto de 2002, ano 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm. Acesso em: 3 set. 2021.

BRASIL. Casa Civil. Decreto n. s/n, de 27 de junho de 2002. *Diário Oficial da União*, Brasília, 28 de junho de 2002, ano 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2002/Dnn9585.htm. Acesso em: 30 ago. 2021.

BRASIL. Casa Civil. Lei n. 10.779, de 24 de novembro de 2003. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 de novembro de 2003, ano 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.779.htm. Acesso em: 24 set. 2021.

BRASIL. Casa Civil. Lei n. 11.959, de 29 de junho de 2009. *Diário Oficial da União*, Brasília, 30 de junho de 2009, ano 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm. Acesso em: 2 set. 2021.

BRASIL. Casa Civil. Lei n. 12.651, de 24 de maio de 2012. *Diário Oficial da União*, Brasília, 28 de maio de 2012, ano 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 22 set. 2021.



BRASIL. Casa Civil. Lei n. 12.727, de 16 de outubro de 2012. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de setembro de 2012, ano 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112727.htm Acesso em: 22 set. 2021

BRASIL. Casa Civil. Lei n. 13.134, de 15 de junho de 2015. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de junho de 2015, ano 2015. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13134&ano=2015&ato=6d8MTV65UNVpWTd1a>. Acesso em: 24 set. 2021.

BRASIL. Casa Civil. Lei n. 9.985, de 17 de julho de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de julho de 2000, ano 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 30 ago. 2021.

BRASIL. IBAMA. Portaria n. 52, de 29 de setembro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, 02 de outubro de 2003, ano 2003. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/2003/p_ibama_52_2003_defesocaranguejouca_se_s.pdf. Acesso em: 24 set. 2021.

BRASIL. IBAMA. Portaria n. 53, de 29 de setembro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, 02 de outubro de 2003, ano 2003. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/2003/p_ibama_53_2003_defesocardisomaguanhumi_se_s.pdf. Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. IBAMA. Portaria n. 82, de 15 de dezembro de 2003. Diário Oficial da União, 17 de dezembro de 2003, ano 2003. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/2003/p_ibama_82_2003_regulamentapescabaciahidrograficariosaojoao_rj.pdf. Acesso em: 16 set. 2021.

BRASIL. ICMBio. Portaria n. 66. Diário Oficial da União, Brasília, 10 de setembro de 2008, ano 2008. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/1555_20140806_143324.pdf. Acesso em: 26 ago. 2021.

BRASIL. MMA. Portaria n. 128, de 26 de abril de 2018. Diário Oficial da União, Brasília, 30 de abril de 2018, ano 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/12382659/do1-2018-04-30-portaria-n-128-de-27-de-abril-de-2018-12382655. Acesso em: 16 set. 2021.

BRASIL. MMA. Portaria n. 445, de 16 de dezembro de 2014. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2014, ano 2014. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-plano-de-acao-ARQUIVO/00-saiba-mais/05_-_PORTARIA_MMA_N%C2%BA_445_DE_17_DE_DEZ_DE_2014.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Portaria Interministerial n. 38, de 25 de julho de 2018. Diário Oficial da União, Brasília, 27 de julho de 2018, ano 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/34380595/do1-2018-07-27-portaria-interministerial-n-38-de-26-de-julho-de-2018-34380577. Acesso em: 14 set. 2021.

BRASIL. Secretaria-Geral. Decreto n. 8.425, de 30 de março de 2015. Diário Oficial da União, Brasília, 01 de abril de 2015, ano 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Decreto/D8425.htm. Acesso em: 20 set. 2021.


CABO FRIO. Prefeitura Municipal de Cabo Frio. Decreto n. 6.393, de 22 de novembro de 2020. Diário Oficial, Cabo Frio, 26 de novembro de 2020, ano 2020. Disponível em: <http://rj.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/cabofrio/iframe.cfm?pagina=abreDocumento&arquivo=3FE90A5B8B48>. Acesso em: 25 ago. 2021.

CABO FRIO. Prefeitura Municipal de Cabo Frio. Decreto n. 6.457, de 18 de fevereiro de 2021. Diário Oficial, Cabo Frio, 24 de fevereiro de 2021, ano 2021. Disponível em: https://cabofrio.aexecutivo.com.br/arquivos/2039/DECRETOS_6457_2021_0000001.pdf. Acesso em: 30 ago. 2021.

CHAMBERS, Robert. The origins and practice of participatory rural appraisal. *World Development*, v. 22, n. 7, p. 953-969, 1994.

CHAMBERS, Robert; GUIJT, Irene. DRP: depois de cinco anos, como estamos agora?. *Revista Bosques, Árvores e Comunidades Rurais*, v. 26, p. 4-15, 1995.

DOS SANTOS, Vagner Leonardo Macedo. Efeito das alterações hidrológicas na composição de espécies e na estratégia reprodutiva de peixes em um rio costeiro do sudeste do Brasil. Macaé, 2019. 170 p Tese (Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais e Conservação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: http://ppgciac.macaee.ufrj.br/images/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Vagner_Leonardo_Macedo_dos_Santos.pdf. Acesso em: 29 set. 2021.



DRUMOND, Maria Auxiliadora. Participação comunitária no manejo de unidades de conservação: manual de técnicas e ferramentas. Belo Horizonte: Instituto Terra Brasilis de Desenvolvimento Sócio-Ambiental, 2002. Disponível em: <https://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/Planos-deManejo/ParticipacaoComunitarianoManejodeUnidadesdeConservacaoManualdeTecnicaeFerramentas.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2021.

FARIA, A.A. da C; FERREIRA NETO, P.S. Ferramentas do diálogo – qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural. Brasília, DF: MMA-IEB, 2006.

FIPERJ. Conheça a Fiperj / Missão da Fiperj. Governo do Estado do Rio de Janeiro. s.d. Disponível em: <http://www.fiperj.rj.gov.br/index.php/main/missao>. Acesso em: 30 set. 2021.

FIRMO, Angélica M.S. et al. Capture and commercialization of blue land crabs (“guaiamum”) *Cardisoma guanhumi* (Latreille, 1825) along the coast of Bahia State, Brazil: an ethnoecological approach. *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine*, v. 8, n. 1, p. 1-12, 2012.

GANTOS, Marcelo Carlos (Coord.). Territórios do Petróleo: cidadãos em ação . Campos dos Goytacazes, RJ: EDUENF, 2014.

GARCIA, Narjara Mendes et al. Educando meninos e meninas: transmissão geracional da pesca artesanal no ambiente familiar. *Psicologia da Educação*, São Paulo, n. 25, p. 93-112, 2007.

GEILFUS, Frans. 80 Herramientas para el Desarrollo Participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación IICA-GTZ, 2002. Disponível em: <http://cidbimena.desastres.hn/docum/crid/Septiembre-October2005/CD-2/pdf/spa/doc15788/doc15788-a.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2021.

GOVERNO FEDERAL. Período de Defeso. gov.br. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/aquicultura-e-pesca/pesca/periodo-defeso>. Acesso em: 22 set. 2021.

IBGE. Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica, 2021.

IBGE. Panorama: Cabo Frio. IBGE Cidades. s.d.a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/cabo-frio/panorama>. Acesso em: 18 jun. 2021.

IBGE. Panorama: Casimiro de Abreu. IBGE Cidades. s.d.b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/casimiro-de-abreu/panorama>. Acesso em: 18 jun. 2021.

ICMBIO. O Instituto. Portal do Governo Brasileiro. s.d. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/oinstituio>. Acesso em: 1 out. 2021.

ICMBIO. Plano de Ação do Mosaico Mico-Leão-Dourado. ICMBio. 2011. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/mosaicos/plano-mico-leao.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

INEA. O que é o INEA? INEA s.d. Disponível em: [http://www.inea.rj.gov.br/o-que-e-o-inea/#:~:text=Sua%20cria%C3%A7%C3%A3o%20teve%20como%20objetivo,Estadual%20de%20Florestas%20\(IEF\)](http://www.inea.rj.gov.br/o-que-e-o-inea/#:~:text=Sua%20cria%C3%A7%C3%A3o%20teve%20como%20objetivo,Estadual%20de%20Florestas%20(IEF)). Acesso em: 15 dez. 2021.


ISA. Unidades de Conservação no Brasil: Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado. Unidades de Conservação no Brasil. s.d. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/3202>. Acesso em: 22 set. 2021.

OECD. O que é o IBAMA. 2013. Disponível em: <https://oeco.org.br/dicionario-ambiental/27857-o-que-e-o-ibama/> Acesso em: 15 dez. 2021.

PEA-BC. Pescarte – Apresentação. s.d. Disponível em: <http://www.pea-bc.ibp.org.br/index.php?view=projeto-apresentacao&id=6>. Acesso em: 15 dez. 2021.

PNUD-BRASIL. O que é IDHM. PNUD-Brasil. s.d.a. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html#:~:text=O%20%C3%8Dndice%20de%20Desenvolvimento%20Humano,1%2C%20maior%20o%20desenvolvimento%20humano>. Acesso em: 28 jul. 2021.

PNUD-BRASIL. Índice de Desenvolvimento Humano. PNUD-Brasil. s.d.b. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>. Acesso em: 28 jul. 2021.



PREFEITURA DE CABO FRIO. Recuperação do Parque Natural Municipal Mico-Leão-Dourado, em Tamoios, começa em 60 dias. Prefeitura de Cabo Frio. 2020. Disponível em: <https://cabofrio.rj.gov.br/recuperacao-do-parque-natural-municipal-mico-leao-dourado-em-tamoios-comeca-em-60-dias/>. Acesso em: 2 ago. 2021.

PREFEITURA DE CABO FRIO. Cabo Frio inaugura Parque Natural Municipal do Mico Leão Dourado. Prefeitura de Cabo frio. 2021 a. Disponível em: <https://cabofrio.rj.gov.br/cabo-frio-inaugura-parque-natural-municipal-do-mico-leao-dourado/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

PREFEITURA DE CABO FRIO. Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado, em Cabo Frio, será inaugurado neste sábado (05). Prefeitura de Cabo Frio. 2021 b. Disponível em: <https://cabofrio.rj.gov.br/parque-natural-municipal-do-mico-leao-dourado-em-cabo-frio-sera-inaugurado-neste-sabado-05/>. Acesso em: 4 ago. 2021.

PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU. Agricultura e Pesca. Prefeitura de Casimiro de Abreu. Casimiro de Abreu, s.d.a. Disponível em: <https://www.casimirodeabreu.rj.gov.br/home/estrutura/#openModal15>. Acesso em: 30 set. 2021.

PREFEITURA DE CABO FRIO. Secretaria de Meio Ambiente e Saneamento. Prefeitura de Cabo Frio. Cabo Frio, s.d.b. Disponível em: <https://cabofrio.rj.gov.br/secretarias/secretaria-de-meio-ambiente-e-saneamento/>. Acesso em: 30 set. 2021.

PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU. Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Prefeitura de Casimiro de Abreu. Casimiro de Abreu, s.d.b. Disponível em: <https://www.casimirodeabreu.rj.gov.br/home/estrutura/#openModal8>. Acesso em: 30 set. 2021.

PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU. Secretário de Meio Ambiente se reúne com representantes da Associação Livre dos Aquicultores. Prefeitura de Casimiro de Abreu. 2021. Disponível em: <https://www.casimirodeabreu.rj.gov.br/2021/08/28/secretario-de-meio-ambiente-se-reune-com-representantes-da-associao-livre-dos-aquicultores/>. Acesso em: 17 set. 2021.

RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Lei n. 3.239, de 01 de agosto de 1999. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 04 de agosto de 1999, ano 1999. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/43fd110fc03f0e6c-032567c30072625b>. Acesso em: 30 set. 2021.

SILVA, Geraldine Augusto de Araujo. Dinâmicas sociais, organização política e conflitos da pesca artesanal na foz do rio São João. Niterói, 2012. 113p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia) - Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <http://ppgantropologia.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/16/2016/07/GERALDINE-AUGUSTO-DE-ARAUJO-E-SILVA.pdf>. Acesso em: 24 set. 2021.

SILVEIRA, Pedro Castelo Branco; BUTI, Rafael Palermo. A vida e a morte dos guaiamuns: antropologia nos limites dos manguezais. Anuário Antropológico, v. 45, n. 1, p. 117-148, 2020.

TAKAHASHI, Mauricio Avelar; NISHIDA, Alberto Kioharu. Traditional knowledge and variations in capture techniques used for blue land crab (*Cardisoma guanhumi*, L. 1825) along the coast of Paraíba, Brazil. Acta Scientiarum. Biological Sciences, v. 40, p. e37743-e37743, 2018.

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES. Indicadores. Info Royalties. s.d. Disponível em: <https://info-royalties.ucam-campos.br/informativo.php>. Acesso em: 5 jul. 2021.

VERDEJO, Miguel Expósito. Diagnóstico rural participativo: Una guía práctica. Centro Cultural Poveda, Santo Domingo, República Dominicana, 2003. Disponível em: http://dione.cuaed.unam.mx/veterinaria/principal/302/epab10/contenido/doc/u3/DiagnosticoRuraParticipativo_guia_practica.pdf. Acesso em: 19 jul. 2021.



CARACTERIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL DE GUAIAMUM NA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DO RIO SÃO
JOÃO/MICO-LEÃO-DOURADO E PARQUE NATURAL
MUNICIPAL DO MICO-LEÃO-DOURADO

REUNIÕES PARTICIPATIVAS

ARROZ: CERCA DE 20 PESCADORES ARTESANAIS DE GUAIAMUM



CHAVÃO: CERCA DE 50 PESCADORES ARTESANAIS DE GUAIAMUM

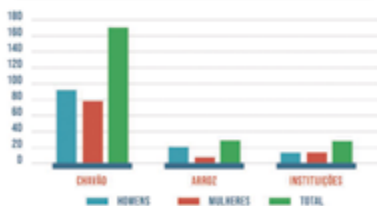


ABORDAGENS:

CHAVÃO: 170
ARROZ: 29
13 INSTITUIÇÕES: 28
TOTAL: 227



ABORDAGENS DO DRP



"NÓS, AS MULHERES, TAMBÉM CATCHAMOS, CEVAMOS E VENDAMOS"
(PESCADORA DO ARROZ)

APÓIO:



A REALIZAÇÃO DO PROJETO PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA E A SUA REALIZAÇÃO COMPARAÇÃO ESTABELECEM PELA ESCALA DE AVALIAMENTO DE COM-
PÓS DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA PETROBRAS, CONECTADO PELA INICIATIVA PROJETO PESCA - MPF/PR.

PROJETO GUAIAMUM



CARACTERIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL DE GUAIAMUM NA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DO RIO SÃO
JOÃO/MICO-LEÃO-DOURADO E PARQUE NATURAL
MUNICIPAL DO MICO-LEÃO-DOURADO

RESGATE HISTÓRICO

MATRIZ HISTÓRICA

Década							
1980	5	Pé	3	10	0	0	5
1990	5	Pé	4	20	1	1	5
2000	3,5	Pé Barco	3,5	15	2	30	3
2020	2	Pé Barco	3	10	2,5	60	2
2021	1,5	Pé Barco	5	22	5	100	1,5

COMUNIDADE: ARRIZ - CASIMIRO DE ARRIZ
LOCAL: REDE OBSERVAÇÃO CAPO FRIO - SEDE CHAVÃO
DATA: 05/08/2021

PARTICIPANTES:
4 PESCADORES DE GUAIAMUM

Década							
2021	*	•••	•••	•••	•••	•••	•••
2020	*	•••	•••	•••	•••	•••	•••
2000	•••	•••	•••	•••	•••	•••	•••
1990	•••	•••	•••	•••	•••	•••	•••
1980	•••	•••	•••	•••	•••	•••	•••

COMUNIDADE: CHAVÃO
LOCAL: REDE OBSERVAÇÃO CAPO FRIO - SEDE CHAVÃO
DATA: 15/08/2021

PARTICIPANTES:
4 PESCADORES DE GUAIAMUM



"TINHA GUAIAMUM NO QUINTAL
DE CASA"
(PESCADOR DO CHAVÃO)

"A QUALIDADE DO RIO HÁ 40 ANOS
ATRAS ERA ÁGUA PARA BEBER"
(PESCADOR DO ARRIZ)

EXPECTATIVAS

REVISÃO DO DEFESO

FISCALIZAÇÃO

ORGANIZAÇÃO SOCIAL

PLANO DE GESTÃO LOCAL (PGL) DO GUAIAMUM

CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO RIO SÃO JOÃO

PLACAS INFORMATIVAS NAS UC'S

CONSCIENTIZAÇÃO

FÁBRICA DE FARINHA

LIMPEZA DO MANGUE

TURISMO

"A EVOLUÇÃO ESTÁ VINDO ADESSA
COM O PGL"
(PESCADOR DO CHAVÃO)

"O QUE MELHORARIA A NOSSA
ATIVIDADE E A VIDA DO GUAIAMUM
SERIA A CONSCIENTIZAÇÃO DOS
PESCADORES PARA A CONSERVAÇÃO
DA ESPÉCIE E TER A FISCALIZAÇÃO"
(PESCADOR DO ARRIZ)



RIO SÃO JOÃO NA VISÃO DE UMA FILHA DE PESCADORES
DO ARRIZ (9 ANOS DE IDADE).

APOIO:



A REALIZAÇÃO DO PROJETO PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA É UMA INICIATIVA COMPARTILHADA ESTABELECIDO PELO TERMO DE ADEQUAÇÃO DO CON-
CÓRPIO DE INTERMUNICIPAIS DA FAZENDA PERMANENTE, CONVÊNIO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF/PE.

PROJETO GUAIAMUM



CARACTERIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL DE GUAIAMUM NA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DO RIO SÃO
JOÃO/MICO-LEÃO-DOURADO E PARQUE NATURAL
MUNICIPAL DO MICO-LEÃO-DOURADO

PESCA ARTESANAL DO GUAIAMUM

MATRIZ DE PESCA

Guaiamum	22	18	2-4 (2h Inverno) (1h Verão)	25-40	40	50 - 100 (12)

COMUNIDADE: ABOÍZ - CASIMIRO DE ABOÍZ
LOCAL: BARRA DO - BARRA DO SÃO JOÃO
DATA: 02/04/2021

PARTICIPANTES:
20 PESCADORES DE GUAIAMUM
2 REPRESENTANTES DO COMITÊ

A LARGURA DA TOCA
INDICA O TAMANHO.

A COR DAS FEZES INDICA
O SEXO:
MACHO - PRETA
FÊMEA - MARROM



"TEM QUE SE ABAIXAR PARA CATAR,
PARA NÃO DESMATAR".
(PESCADORA DO CHAVÃO)

"EU FUI GOSTANDO, PORQUE NÃO TINHA
HORÁRIO, NEM PATRÃO E DAVA DINHEIRO".
(PESCADOR DO BRANCO)

	Material	Pescadores	Tempo	Influência	Dia Bom	
	Ratoeira Folhas e Folhas	50 - 60	Dia todo Oceânico	Temperatura Vento e Chuvia	Depende da venda 2 ou 3 Dias	Último dia de venda R\$ 3,00 a R\$ 5,00 (ou R\$ 3,00 - 2,00)
	Lago	4	Dia todo	Mari	Mari	7 contos R\$ 25,00 a R\$ 30,00
	Ratoeira	Todos	Mari	Mari	Mari	
	Arpão Rede de nylon ou de malha fina	5 até 10	?	Água bem temperada	+ 10 Kg	R\$ 15,00/Kg
	Rede malha de malha fina	5 até 10	?	Água temperada	30 Kg	R\$ 15,00/Kg
	Leixa	2 ou 3	Mari Ter pesca	Mari	5 a 8 Kg	R\$ 35,00/Kg

COMUNIDADE: Chavão
LOCAL: REDE OBSERVAÇÃO CABO FRIO - SEDE CHAVÃO
DATA: 28/06/2021

PARTICIPANTES:
20 PESCADORES DE GUAIAMUM
2 REPRESENTANTES DO REDE OBSERVAÇÃO CABO FRIO



"COM AS ARMADILHAS MAIS
LEVES, DE 15 PESCADOS A LEVAR
MAIS: UNAS 20, 30 ARMADILHAS".
(PESCADOR DO BRANCO)

"NÃO É SÓ COLOCAR RATOEIRA
E CATAR, É TUDO EM PROCESSO."
(PESCADOR DO BRANCO)

"NÃO TEMOS PORTO E NENHUMA
ESTRUTURA, ANCIARRANDOS
O BARCO E ACAMPAMOS".
(PESCADOR DO BRANCO)



A QUANTIDADE DE RATOEIRAS VARIA ENTRE 25 E 60

APÓIO:



A REALIZAÇÃO DO PROJETO PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA É UMA INICIATIVA COMPARTILHADA ESTABELECIDO PELO TERMO DE ACORDO ENTRE O COMITÊ DE REPRESENTANTES DA EMPRESA PETROBRAS, CONVIDADO PELA SECRETARIA PÚBLICA FEDERAL - MPF/RS.

PROJETO
GUAIAMUM



CARACTERIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL DE GUAIAMUM NA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DO RIO SÃO
JOÃO/MICO-LEÃO-DOURADO E PARQUE NATURAL
MUNICIPAL DO MICO-LEÃO-DOURADO

PESCA ARTESANAL DO GUAIAMUM

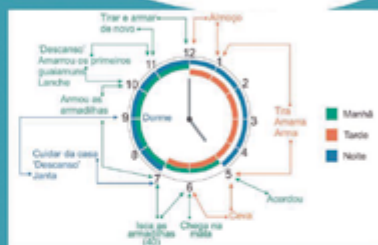
MATRIZ DE USO DO TEMPO

Atividade	Homem	Mulher
Recoiher	•••••	•••••
Amarrar	•••••	•••••
Isçar	•••••	•••••
Amarar	•••••	•••••
Manutenção de equipamentos (rede/amarradmal)	•••••	•••••
Embarcar a rede	•••••	•••••
Armar a rede	•••••	•••••
Vender	•••••	•••••
Ceiva	•••••	•••••
Cozinhar	•••••	•••••
Casa	•••••	•••••
Filhos	•••••	•••••

COMUNIDADE: ARROZ - CASIMIRO DE ABREU PARTICIPANTES:
LOCAL: BEIRA RIO - BARRA DE SÃO JOÃO 8 PESCADORES DE GUAIAMUM
DATA: 23/06/2021



ROTINA DIÁRIA



COMUNIDADE: CHAVÃO - CABO FRIO PARTICIPANTES:
LOCAL: REDE OBSERVAÇÃO CABO FRIO - SEDE CHAVÃO 1 PESCADOR DE GUAIAMUM
DATA: 18/06/2021



"ATÉ OS DIAS DE HOJE
AINDA CANTAMOS A PÉ DO BARCO"
(PESCADOR DE GUAIAMUM)

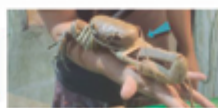
"ENQUANTO O MARIDO CATA, EU ESTOU
FAZENDO 'OS CORRE' COM OS FREQUÊSES"
(PESCADORA DE GUAIAMUM)

"A GENTE AMA AS BATOIRAS E DE 2
EM 2 HORAS A GENTE VOLTÁ PARA VER"
(PESCADOR DE GUAIAMUM)

"A GENTE ACAMPA PARA ECONOMIZAR
GASOLINA E PARA PESCAR NOS INTERVALOS."
(PESCADOR DE GUAIAMUM)

"VENHO PESCAR, MATO UM PEIXE
E COMO NO MATO, LEVO ÁGUA E CAFÉ"
(PESCADOR DE GUAIAMUM)

"A ENDEIRA VIRA UMA CORDINHA PARA AMARRAR O GUAIAMUM"
(PESCADOR DE GUAIAMUM)



FONTE: IMAGEM CEDIADA POR UM PESCADOR DE
GUAIAMUM DA COMUNIDADE DO CHAVÃO.

APOIO:



A REALIZAÇÃO DO PROJETO PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA É UMA MÉRITA COMPARTILHADA, FINANCIADA PELA TERCIA DO LUCRO LÍQUIDO DE 2008
DEUTA DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA PETROBRAS, FINANCIADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF/RS.

PROJETO GUAIAMUM



CARACTERIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL DE GUAIAMUM NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DO RIO SÃO JOÃO/MICO-LEÃO-DOURADO E PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO MICO-LEÃO-DOURADO

BENEFICIAMENTO, COMERCIALIZAÇÃO E RENDA

"A CEVA ADREGA VALOR, A GENTE ENGORDA ELE, FICA MAIS GOSTOSO E MAIS CARO." (PESCADORA DO CHAVÃO)

"LAVO OS GUAIAMUNS TODO DIA, ELES FICAM LIMPINHOS, COLOCO AGUA COM NILHO". (PESCADORA DO ARROZ)

FLUXOGRAMA DE COMERCIALIZAÇÃO



COMUNIDADE: CHAVÃO - CABO FRIO
LOCAL: REDE OBSERVAÇÃO CABO FRIO - SEDE CHAVÃO
DATA: 23/08/2021
PARTICIPANTES:
14 PESCADORES DE GUAIAMUM

"VENDAMOS EM CASA, FAZEMOS A CEVA E DEIXAMOS O GUAIAMUM EM CASA CRESCENDO". (PESCADORA DO ARROZ)

"DE 15 EM 15 DIAS ENTREGAMOS OS GUAIAMUNS AO ATRAVESSADOR QUE NORMALMENTE É O MESMO". (PESCADORA DO CHAVÃO)

"O CLIENTE SABE O QUE QUER, TAMBÉM E QUALIDADE". (PESCADORA DO ARROZ)

"JANEIRO E FEVEREIRO É QUANDO A GENTE MAIS GANHA TEM MAIS COMPRADOR, MAIS FESTAS, FÉRIAS E MAIS TURISTAS". (PESCADORA DO CHAVÃO)

RENDA FAMILIAR



"AS ATIVIDADES DE PESCA SE MISTURAM, ANIMAMOS AS RATIBEIRAS E PISCAMOS NOS INTERVALOS. AS ATIVIDADES SÃO SIMULTÂNEAS". (PESCADOR DO CHAVÃO)

"A RENDA DO GENTE VEM DO GUAIAMUM E PEIXE, NÃO FAZEMOS OUTRA ATIVIDADE, SÓ QUANDO ESTÁ MUITO RUIM MESMO". (PESCADOR DO ARROZ)



FONTE: IMAGEM CEVIA POR UM PESCADOR DE GUAIAMUM DA COMUNIDADE DO CHAVÃO



VALOR PRATICADO	COMUNIDADE DO CHAVÃO		
	ATRAVESSADOR	CLIENTE	
	R\$ 3,5 (P)	R\$5,00 (M)	R\$ 10,00 (G)
24 GUAIAMUNS/DIA	R\$ 84,00	R\$ 120,00	R\$ 240,00
100 GUAIAMUNS/DIA	R\$ 350,00	R\$ 500,00	R\$ 1.000,00

P: PEQUENO; M: MÉDIO; G: GRANDE

VALOR PRATICADO	COMUNIDADE DO ARROZ		
	CLIENTES		
	R\$ 50,00 (PEQUENO)	R\$ 100,00 (MÉDIO)	R\$ 100,00 (GRANDE)
40 GUAIAMUNS/DIA*	R\$ 167,00	R\$ 334,00	R\$ 400,00

*"DIA BOM"

APOIO:



A REALIZAÇÃO DO PROJETO PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA É UMA INICIATIVA COMPARTILHADA COORDENADA PELA TURMA DE LICENCIAMENTO DE BOM DIA DA RESPONSABILIDADE DA EMPRESA PETROBRAS, FINANCIADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF- RJ.

PROJETO
GUAIAMUM



CARACTERIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL DE GUAIAMUM NA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DO RIO SÃO
JOÃO/MICO-LEÃO-DOURADO E PARQUE NATURAL
MUNICIPAL DO MICO-LEÃO-DOURADO

MAPEAMENTO PARTICIPATIVO DOS TERRITÓRIOS
DE PESCA E ÁREAS DE EXCLUSÃO

N.	PONTOS DE CAPTURA	PESCADORES "DE FORA"	INCIDÊNCIA DE PESCADORES	
			CHUÃO	ARRIOZ
1	BARROILONGO			
2	FIGUEIRINHA			
3	BARRANCO DA CASA BRANCA			
4	MANGUEIRA CARROÇA			
5	ILHOLING			
6	ILHA DO BÓFALO			
7	CANAPODEIRA			
8	VALA DO JUCARÉ			
9	BARRANCO DA VALA DO URICARÉ			
10	ILHA DO ESCALUPTO (ILHAZINHO)			
11	PASTO DO BÓFALO			
12	BARRANCO DA VALA DA MESA			
13	CAPIVIRA DO BÓFALO			
14	PAU DA ROSCA			
15	MATA DA COMPORTINA			
16	MATA DA CASA QUEBRADA			
17	COMPORTINA DO CAMPINHO			
18	MATA DO BARROILONGO			
19	MATA DO PORCO-DE-MATO			
20	MATA DA CASA QUEBRADA (CONTINUAÇÃO)			
21	ILHA DA CASA QUEBRADA			
22	MATA DO RIO DOURADO			
23	ATORNO DA COBAL			
24	BARRANCO DO ESCALUPTO			
25	NO PODEIRO			
26	PÊ NO MORRO			
27	PORTO DO TABOADO			
28	PROFESSOR SUZANA			
29	BONDA			
30	CENTRO NÓICO			
31	CAPOEIRA			
32	PNES			
33	ÁREA DO FORDO			
34	1ª VALA - COMPORTA			
35	CANAL DO MORRINHOS			
36	COQUEIRO			
37	2ª VALA			
LEGENDA			MAIOR INCIDÊNCIA	
			MEIORE INCIDÊNCIA	
			"DE FORA"	



"ESSES LOCAIS FORAM OS MAIS EXPLORADOS E PREJUDICADOS PELOS PESCADORES DE FORA. ELES CONTINUAM indo. ALGUM BARCO, ATRAVESSAM A ILHA E CHEGAM NO PAU DA ROSCA."
(PESCADOR DO CHUÃO)

"SE DESCANSAR UMA ILHA POR TRÊS ANOS, QUANDO ABRIR PARA CATAÇÃO SÓ VAMOS CATCH SUBARIMU DIGANTE."
(PESCADOR DE ARRIOZ)

"MAS PARA QUEM NÃO TEM EMBARCAÇÃO ESSAS ÁREAS DE EXCLUSÃO SÃO OS LOCAIS POSSÍVEIS PARA CATCH."
(PESCADOR DO CHUÃO)

"A FISCALIZAÇÃO JUNTO COM O PESCADOR IRIA FAZER UM TRABALHO BACANA DE PRESERVAÇÃO. IA AJUDAR MUITO."
(PESCADOR DO CHUÃO)

APBIO: Pesquisa
MARINHA
& PESQUEIRA

MPF PETROBRAS

A REALIZAÇÃO DO PROJETO PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA É UMA MÓDULO COMPARTILHADA COORDENADA PELA TERCIA DO GOVERNADO DO RIO
DE JANEIRO EM COLABORAÇÃO COM A EMPRESA PETROBRAS, FINANCIADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF/RS.

PROJETO GUAIAMUM



CARACTERIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL DE GUAIAMUM NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DO RIO SÃO JOÃO/MICO-LEÃO-DOURADO E PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO MICO-LEÃO-DOURADO

MAPEAMENTO DE USOS E CONFLITOS

**"ELES SÃO IRRESPONSÁVEIS NA FORMA DE CATAR, SÃO PRECISADORES"
(LUIZ DE FREITAS, 60 ANOS)**

**"DOIS LADOS OPPOSTOS BRIGANDO PELA MESMA COISA",
(LUIZ DE FREITAS, 60 ANOS)**

CONFLITO

Entre quem?	Qual é?	Importância	Entre quem?	Qual é?	Importância
Pescadores de rede X Pescadores de arraia	Ruagem e rede	✘	Pescadores X Pescadores X Fazenda X rio São João	Ruínas de arrastais	✘
Coleteiro X Fazenda (Carreira) (Sagradas)	Quilombo existente Não deixa arrastar Albergamento existente	✘	Fazendeiros no Parque X Pescador maronês	Albergamento devido à resistência e abandono do pescador	✘
Pescador coleteiro X Batecazeiro	Jato de abrigamento	✘	Pescador X Pescador	Invasão de espaço	✘
Coleteiro X BARRA	Defeito arrasto	✘	Pescadores X Pescares X Dama de Fazenda	Substituição de arrastais e arrastais destruição de mata Albergamento a pescador	✘
Coleteiro X Coleteiro	Captura de peixes Arrasto de captura	✘	Pescadores X Pescares X Dama de Fazenda	Albergamento existente Não deixar usar o mangueiro	✘
Coleteiro X Coleteiro	Compre peixeiro / Rêde	✘	Pescadores X Dama	Mercado no rio Maracá	✘
			Pescadores X Da Foz	Atiga para pesca Ruínas de arrastais e rede, arrastais	✘

CONDOMÍNIO: JARDIM - SÃO JOÃO DE AREIAS
LOCAL: RESERVA DO PESCADOR
DATA: 10/10/2021
PARTICIPANTES:
4 PESCADORES DE TUBARÃO

CONDOMÍNIO: CRIAR
LOCAL: RESERVA OBSERVAÇÃO CABO FRIO - SEDE OBSERV
DATA: 22/11/2021
PARTICIPANTES:
20 PESCADORES DE TUBARÃO

USO	USOS DO RIO SÃO JOÃO E ÁREAS DE SEU ENTORNO
PESCADORES	PESCA DE PEIXES
	CAPTURA DE GUAIMUM
	MORADIA TEMPORÁRIA (ACAMPAMENTOS)
	SURFICULTURA
FAZENDAS	STRACACIÃO DE EMBARCAÇÕES
	CAPTURA DE CARANDEU-DE-ÁGUA
	ALBERGAMENTO
	CRIAÇÃO DE BÓVIDAS, BOIS E CAVALELOS
	PLANTANDO DE MILHO, CANA-DE-ÁGUA E/OU OUTRAS
	ESPECIES
	PLANTIO E TRATAMENTO DE EUCALIPTO
	USINA DE CANA
	ESTRADA
	TRINCHAS E MORADIAS
MUNICÍPIOS DE CABO FRIO E CASIMIRO DE ABREU	
CINEMAS / TABACARIES	
PROLÁBIOS / CEMAS	
ORGANOS COMPLEMENTES	
	DESCARTE DE SÓLIDO NAS ÁREAS DO RIO SÃO JOÃO
	NOTA DE FUGA DO COMPROTÓPOLICIAL
	DESCARTE DE SULFATO DE ALUMÍNIO
	FISCALIZAÇÃO

**"NÃO ELAS JÁ NOS CONHECEM, NÁ MENOS CONFLITO, MAS AINDA NÉ".
(LUIZ DE FREITAS, 60 ANOS)**

**"ELES PESQUEM AS TOCAS, ESTRADAM AS ARRASADILHAS, MATAM O GUAIAMUM E A MATA, ALÉM DE AMEAÇAR O PESCADOR"
(LUIZ DE FREITAS, 60 ANOS)**

**"ELES CATAM SEM CONSCIÊNCIA, PEGAM OS PESQUEIRINHOS".
(LUIZ DE FREITAS, 60 ANOS)**



**"QUERIAM AS BATECARIAS, NÃO DEIXAM ARMAR BEDE NEW BATEIRA E NÃO DEIXAM PESCAR"
(LUIZ DE FREITAS, 60 ANOS)**

**"ELE COMPRA GUAIAMUM FILHOTE E EM GRANDE QUANTIDADE".
(LUIZ DE FREITAS, 60 ANOS)**



APOIO:



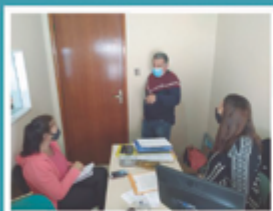
A REALIZAÇÃO DE PESQUISA PESQUEIRA E PESQUEIRA É UM BOMBO COMPENSATÓRIA ESTABELECIDO PELO TERMO DE ASSOCIAÇÃO DE CONTRATO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA PETROBRAS, CONCLUÍDO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF.

PROJETO GUAIAMUM



CARACTERIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL DE GUAIAMUM NA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DO RIO SÃO
JOÃO/MICO-LEÃO-DOURADO E PARQUE NATURAL
MUNICIPAL DO MICO-LEÃO-DOURADO

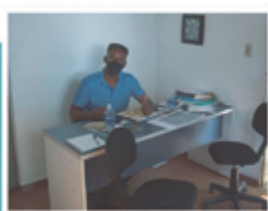
INSTITUIÇÕES



COLÔNIA DE PESCADORES 2-4 E SECRETARIA DE PESCA DE CABO FRIO



SECRETARIAS DE AGRICULTURA E PESCA E DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE CABO FRIO



CAPTANZIA DA COLÔNIA DE PESCADORES 2-4 DE CABO FRIO E ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES DO RIO SÃO JOÃO

DIAGRAMA DE VENN



1. ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES
2. COLÔNIA DE PESCADORES 2-4
3. REDE OBSERVAÇÃO
4. EMBO
5. FURTEL
6. PROJETO GUAIAMUM
7. PARQUE MICO-LEÃO-DOURADO
8. PROTEÇÃO AMBIENTAL DO RIO SÃO JOÃO
9. PROTEÇÃO AMBIENTAL DO RIO SÃO JOÃO
10. PARQUE MICO-LEÃO-DOURADO
11. FAZENDA TIGRE

COMUNIDADE: CABO FRIO

LOCAL: REDE OBSERVAÇÃO CABO FRIO - SEDE CHURRO

DATA: 06/12/2021

PARTICIPANTES:

29 PESCADORES DE GUAIAMUM



1. COLÔNIA 2-4 (SEDE DO PESCADOR)
2. PESCADOR
3. PROJETO GUAIAMUM
4. EMBO
5. FAZENDA CAÇAMA
6. EMBO
7. COPULACA
8. JUCA
9. BACIA, PEÇA-COLÔNIA DE ARROZ
10. CORREIO DE BACIAS
11. JUCA

COMUNIDADE: ARROZ - CASIMIRO DE ABREU

LOCAL: RESIDÊNCIA DE PESCADOR

DATA: 13/12/2021

PARTICIPANTES:

4 PESCADORES DE GUAIAMUM

"ANTIGAMENTE ELES SÓ VINHAM PREENDER PESCADOR, HOJE EM DIA ELES ESTÃO ORIENTANDO, INFORMANDO E CONVERSANDO." (LÍDERE E ATUADOR DO EMBO)

"ELES TROUXERAM A INFORMAÇÃO E NOS ORIENTAM, ATRAVÉS DELES NÓS FOMOS VISTOS E RECONHECIDOS." (LÍDERE E ATUADOR DO PROJETO REDE OBSERVAÇÃO)

"ANO PASSADO VAZOU MUITO RESÍDUO E MATOU MUITO BICHO."
(LÍDERE E ATUADOR DE EQUIPES DA TÁCTICA CAPOTE)

"A COLÔNIA É A VOZ DO PESCADOR NA POLÍTICA."
(LÍDERE E ATUADOR DE PESCADORES 2-4)

N.	INSTITUIÇÃO	IMPORTÂNCIA		ATUAÇÃO	
		ANOTE	EMBO	ANOTE	EMBO
1	RELA	0	0	0	0
2	CAPTANZIA DA COLÔNIA 2-4 DE CABO FRIO PESCADORES DO RIO SÃO JOÃO	0	0	0	0
3	EMBO	0	0	0	0
4	COLÔNIA DE PESCADORES 2-4 DE CABO FRIO	0	0	0	0
5	COLÔNIA DE PESCADORES 2-4 DE RIO SÃO JOÃO	0	0	0	0
6	COPULACA	0	0	0	0
7	FAZ. CAÇAMA	0	0	0	0
8	FAZ. BELANO	0	0	0	0
9	EMBO	0	0	0	0
10	EMBO	0	0	0	0
11	JUCA	0	0	0	0
12	PARQUE MICO-LEÃO-DOURADO	0	0	0	0
13	PROJ. GUAIAMUM	0	0	0	0
14	PROJ. PESCADOR	0	0	0	0
15	PROJ. REDE OBSERVAÇÃO	0	0	0	0
16	SECRET. DE AGR. E PESCA DE CABO FRIO	0	0	0	0
17	SECRET. DE AGR. E PESCA DE CASIMIRO DE ABREU	0	0	0	0
18	SECRET. DE MEIO-AMBI. E DES. SUST. DE CABO FRIO	0	0	0	0
19	SECRET. DE MEIO-AMBI. E SANEAMENTO DE CABO FRIO	0	0	0	0
20	SECRET. DE MEIO-AMBI. E SANEAMENTO DE RIO SÃO JOÃO	0	0	0	0

IMPORTÂNCIA: MAIOR NOTA = MAIOR IMPORTÂNCIA
ATUAÇÃO: MAIOR NOTA = MAIOR ATUAÇÃO

APOIO:



A REALIZAÇÃO DO PROJETO PESCA MARIÍFICA E PESQUEIRO É UMA NOVA EXPERIÊNCIA CARACTERIZADA PELA TERCEIRA DO GOVERNAMENTO DO RIO DE JANEIRO EM PARCELA DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA PETROBRAS E UMA NOVA EXPERIÊNCIA CARACTERIZADA PELA TERCEIRA DO GOVERNAMENTO DO RIO DE JANEIRO EM PARCELA DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA PETROBRAS, FINANCIADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF/RS.

PROJETO GUAIAMUM



CARACTERIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL DE GUAIAMUM NA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DO RIO SÃO
JOÃO/MICO-LEÃO-DOURADO E PARQUE NATURAL
MUNICIPAL DO MICO-LEÃO-DOURADO

POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES

F.O.F.A.

FORTALEZAS

É TRABALHE
DEVOLVE RÁPIDO
CONVICIONADO DA SUSTENTABILIDADE
TRABALHAM COM A PESCA
CULTURA
LIBERDADE E AUTONOMIA
ATUAÇÃO DAS MULHERES
TENDER, CENAR E CANTAR
PROJETO TEM OBSERVAÇÃO

OPORTUNIDADES

ORGANIZAÇÃO SOCIAL
APOIO DO PROJETO TEM OBSERVAÇÃO
PESQUEIRA E MONITORAMENTO
PRÁTICAS ARTICULAÇÕES
ILABORAR REDEAS
UNIDADE DE CONSERVAÇÃO
SINALIZAÇÃO –
PLACAS –
INFORMAR –

"ONDE O TRABALHADOR REÚNE,
GANHA FORÇA"
(PESCADOR DO CARIÓTIPO)

"FALTA UNIÃO DOS PESCADORES, NA HORA DO COLETIVO
ELES NÃO PENSAM, É CADA UM POR SI E DEUS POR TODOS!"
(PESCADOR DO CARIÓTIPO)

FRAQUEZAS

ÉPICA DO BOTEIRO
CENAR DE DOIS MESES ATRASADO –
INVESTIMENTO ALTA
DOIS A MESES DO CARIÓTIPO DEPOIS DO
RECEBEM O
DEBENTURAR: FAZENDO LINDAS E CANTADORAS
DESCOMENTANDO PARA DESTAQUE
CATAÇÃO DE FORMA
– QUALIDADE E FORMA
NÃO HÁ DO CARIÓTIPO FISCALIZAÇÃO E DENÚNCIA
FALTA UNIÃO
DOCUMENTAÇÃO

AMEAÇAS

EXTINÇÃO DE GUAIAMUM
POLUIÇÃO – ESCOTO
CRESCIMENTO DESACONHECIDO
FAZENDO DE BÓDIPLOS
PESQUEIRO
RUBRO DE ARRABALHO
PROTEÇÃO ESPORTANEA

COMUNIDADE: CARIÓTIPO
LOCAL: REDE OBSERVAÇÃO CABO FRIAS – SOCIEDADE
DATA: 14/08/2020
PARTICIPANTES:
20 PESCADORES DE GUAIAMUM
2 REPRESENTANTES DO REDE OBSERVAÇÃO CABO FRIAS

"O BOM É A LIBERDADE, ME SINTO LIVRE
FAZENDO O QUE EU GOSTO".
(PESCADOR DO CARIÓTIPO)

"O BOM DA PESCA É DA CATAÇÃO É O
RETORNO FINANCEIRO RÁPIDO"
(PESCADOR DO CARIÓTIPO)

"PEGAR GUAIAMUM COM RESPONSABILIDADE PARA NUNCA
FALTAR E DENTRO DA LEGALIDADE É UMA QUALIDADE DA
COMUNIDADE DO ARRIOZ"
(PESCADOR DO ARRIOZ)

"A FALTA DE FISCALIZAÇÃO É A MAIOR
AMEAÇA PARA A NOSSA ATIVIDADE E PARA
AS ESPÉCIES"
(PESCADOR DO ARRIOZ)

F.O.F.A.

FORTALEZAS

TRABALHO COM A NATUREZA
PESCAR O GUAIAMUM COM RESPONSABILIDADE
OUVIRUM
PESCAR DENTRO DA LEGALIDADE
PESCAR DENTRO DO PADRÃO
RETORNO FINANCEIRO
TRABALHAR COM O QUE GOSTA

OPORTUNIDADES

DEBENTURAR: PESSOAS QUE TEM E COMPRAR –
FISCALIZAÇÃO –
CONVICIONAMENTO
PROTEÇÃO DO PISCO (ETIQUETA)
META FISCAL –
COOPERATIVA (ORGANIZAÇÃO DA –
OPORTUNIDADE PARA BOTEIRO)
CANTAR DO CARIÓTIPO –

FRAQUEZAS

NÃO TEM FISCALIZAÇÃO
CATAÇÃO LEGAL (DEFEITO E TAMANHO)
FALTAM PLACAS SINALIZANDO O PROIBIDO E
O QUE DENÚNCIA
NÃO CETERA NAS BARRAS DE MARQUE DAS PRO-
PROTEÇÃO PROIBIDO
SUSTENTABILIDADE NA ARRABALHO
RUBRO DE GUAIAMUM E FOU BOTEIRO

AMEAÇAS

PESCA LEGAL –
DESCOMENTANDO –
POLUIÇÃO –
DEBENTURAR –
TAMANHO, TENDENTE –
FALTA DE FISCALIZAÇÃO –
PESCAR INJUNTA A ÉPICA DE REPRODUÇÃO –
ÉPICA DO DEFEITO FERRADO –

COMUNIDADE: ARRIOZ – ESCOTO DE ARRIOZ
LOCAL: BARRA DO RIO – BARRA DE SÃO JOÃO
DATA: 18/08/2020

PROJETO GUAIAMUM
MARINHA & PESQUEIRA

APÓIO:



PROJETO GUAIAMUM
MARINHA & PESQUEIRA



A REALIZAÇÃO DO PROJETO POSSUÍVA BARRERA E RESISTÊNCIA E UMA MENOR COMPARTILHADA ESTADUAL PARA PESSOAS DO TENDENTE DE BOTEIRO DE
DETA DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA PETROBRAS, CONDUZIDA PELA DIRETORIA PÚBLICA FEDERAL – MPF/AL







caracterização

O caranguejo gualamum (Cardisoma guanamum) está criticamente ameaçado de extinção ao mesmo tempo que é consumido como iguaria por famílias e turistas no Brasil. Ele representa uma parcela significativa na composição da renda familiar de pescadores artesanais.

Em meio a esse contexto, surge a pergunta: como ocorre a captura do gualamum?

Este livro apresenta diversos aspectos relacionados à pesca artesanal do gualamum realizada às margens do rio São João, especificamente na Área de Proteção Ambiental da Baía do Rio São João/Mico-Leão-Dourado e no Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado, localizados no estado do Rio de Janeiro, Brasil.